

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA COLÔNIA ALEMÃ
GENERAL OSÓRIO (1909 - 1979)**

Dilce Maria Stürmer

Orientador: Prof. Dr. Mário José Maestri Filho

Passo Fundo, agosto de 2007

Dilce Maria Stürmer

**A Infância e Adolescência na Colônia Alemã General
Osório (1909 – 1979)**

Dissertação de Mestrado em História Regional, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Mário José Maestri Filho.

Passo Fundo
2007

Dilce Maria Stürmer

**A infância e adolescência na colônia alemã General Osório
(1909 – 1979)**

Banca examinadora:

Prof. Doutor Mário José Maestri Filho..... – UPF – Orientador

Prof. Doutor Eduardo Svartman..... – UPF - Examinador

Prof^a Doutora Florence Carboni.....- URGs - Examinadora

Passo Fundo
2007

À minha filha Mariana, aos sobrinhos Estéfani, Pablo, e Gabriele, ao companheiro Almeri.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final. Por isso, sou grata aos professores do curso de mestrado em História da Universidade de Passo Fundo, em especial ao professor Dr. Mário Maestri, pela orientação amiga, criteriosa e incansável.

Agradeço às minhas colegas e amigas, Dalila, Anelice, Lenir, que sempre estiveram à disposição para qualquer ajuda que fosse necessária.

Às pessoas que se disponibilizaram a dar os depoimentos e que enriqueceram, de fato, o presente trabalho.

À minha mãe Hedi e ao meu pai Antídio (in memória), que me ensinaram o valor do estudo e do conhecimento.

Às minhas irmãs Ani e Cristina, pelo incentivo e amizade.

À Arani, pelo cuidado e dedicação incondicional dispensado à minha filha Mariana, para que eu pudesse, com tranquilidade, me dedicar a esse trabalho.

Ao Almeri e à Mariana, pela paciência, pelo apoio e pelo amor.

RESUMO

A história do município de Ibirubá, ex-colônia General Osório, é consequência, sobretudo, da imigração alemã no sul do Brasil. A partir de 1824, imigrantes falando dialetos alemães chegaram às “colônias velhas”, instalaram-se em pequenas propriedades e exploraram-nas ao máximo com o trabalho familiar. Tiveram muitos filhos, os quais, no contexto da falta de terra, deram origem às “colônias novas”, em outras regiões do norte do Rio Grande do Sul e, a seguir, fora do Estado. Em 1898, a empresa Dias e Fagundes foi fundada com o objetivo de colonizar uma área de terra adquirida de posseiros e do governo provincial, localizada a leste do Rio Jacuí Mirim. A região passou a ser valorizada após a construção da estrada de ferro Santa Maria-Passo Fundo, que ensejava o fácil escoamento da produção local. No ano seguinte, começaram a chegar os primeiros colonos, vindos das “colônias velhas” e, alguns, diretamente da Alemanha. Até a emancipação do atual município de Ibirubá, em 1955, predominava na colônia a economia de subsistência, destacando a suinocultura e a agricultura familiar. A religiosidade, o trabalho, a escola para os filhos, eram primordiais para os colonos camponeses alemães. Neste contexto, a história particular das crianças e dos adolescentes, objeto da presente dissertação, apresentou-se como um rosário de privações, muito trabalho, castigos severos e, de poucos brinquedos, confeccionados geralmente pelas crianças com as próprias mãos.

Palavras-chave: Imigração, colonização, alemães, infância.

ABSTRACT

The history of the municipal district of Ibirubá, general former-colony Osório, is above all consequence of the German immigration in the south of Brazil. Starting from 1824, immigrants speaking German dialects arrived in the “old” colonies, the settled in small properties and they explored them to the maximum with the family work. They had many children that, in the context of the earth lack, they created the “new” colonies, in another areas of the north of Big Rio of the South and, to proceed, out of the State. In 1898, the company Dias and Fagundes was founded with the objective of colonizing an area of acquired earth of posseiros and of the provincial, located government the east of the river Jacuí Mirim. The area became valued after the construction of the railroad Santa Maria – Pass Fund, that ensejava the easy flowing of the local production. The following year, they began to arrive the first colonist, comes from of the “old” colony and, some, directly of Germany. Until the emancipation of the current municipal district of Ibirubá, in 1955, it prevailed in the colony the subsistence economy, highlighting the suinocultura and the family agriculture. The religiosity, the work, the school for the children was primordial for the colonist German peasants. In this context, the history peculiar of the children and of the adolescents, object of the present dissertation, came as a rosary of privations, of a lot of work, of severe punishments and, of few toys, generally made by the children with the own hands.

Word-key: Immigration, colonization, German, childhood.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	6
APRESENTAÇÃO.....	8
1. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL.....	14
1.1. Da Europa para o Brasil.....	14
1.2. Colonização no Primeiro Reinado	16
1.3. Alguns fracassos	18
1.4. Os colonos e a Revolução Farroupilha	20
1.5. A colonização na fase Provincial.....	21
1.6. A opinião pública e a colonização: 1874 – 1889	23
1.7. A fundação das novas colônias	24
1.8. A atividade agrícola nas colônias	26
1.9. Todos precisam trabalhar.....	27
1.10. Artesanato, indústria e comércio	28
1.11. O êxito da colonização.....	31
1.12. O colono camponês e o caboclo	32
2. HISTÓRIA DA COLÔNIA GENERAL OSÓRIO	34
2.1. Ibirubá e sua localização.....	34
2.2. O princípio	36
2.3. A importância da estrada de ferro.....	37
2.4. A colônia general Osório	38
2.5. A chegada dos primeiros colonos	40
2.6. O isolamento	45

2.7. Matas e serrarias	46
2.8. O moinho e a venda	48
2.9. O canto	50
2.10. A primeira marcenaria e as igrejas	52
2.11. O pastor e o padre	54
2.11. O desenvolvimento agrícola da colônia	57
2.12. As escolas	58
2.13. A medicina e os hospitais	59
2.14. Os melhoramentos na colônia	63
2.15. Anos difíceis.....	64
2.16. A emancipação.....	66
2.17. A economia	67
3. A PRODUÇÃO COLONIAL E A VIDA DOS IMIGRANTES E TEUTO-BRASILEIROS.....	71
3.1. O lote e a picada.....	72
3.2. A casa.....	74
3.3. O vestuário	76
3.4. O trabalho da família	79
3.5. A alimentação	81
3.6. O kerb e os bailes.....	83
3.7. O preconceito, o sexo antes do casamento e o casamento.....	86
3.8. O papel da mulher na colônia	87
3.9. Alemão ou brasileiro?.....	89
4. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	91
4.1. A memória.....	91
4.2. O contato físico	92
4.3. A educação na família.....	94
4.4. A educação na escola	97
4.5. A língua e a campanha da nacionalização	100
4.6. A vida depois de Getúlio.....	103
4.7. O castigo na escola	104
4.8. O castigo em casa	106

4.9. O trabalho	108
4.10. As brincadeiras	110
4.11. A ignorância sobre as questões do sexo.....	111
4.12. As outras crianças	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
LISTA DOS ENTREVISTADOS.....	118
CRONOLOGIA.....	120
BIBLIOGRAFIA	122

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com a localização de Ibirubá.....	34
FIGURA 2 – Mapa do Município de Ibirubá	35
FIGURA 3 – Vista parcial de Ibirubá.....	36
FIGURA 4 – Recibo expedido aos colonos pela empresa colonizadora Dias e Fagundes..	39
FIGURA 5 – Karl Krammes, pioneiro da colonização alemã na colônia general Osório ...	41
FIGURA 6 – Construção das casas da colônia, em mutirão.....	42
FIGURA 7 – As carretas utilizadas pelos primeiros colonizadores, no final do século 19.	43
FIGURA 8 – Colônia General Osório, 1905	43
FIGURA 9 – Colônia General Osório, 1909	44
FIGURA 10 – Serraria às margens di rio Lagoão	47
FIGURA 11 – Antiga casa de comércio, construída em 1903.....	48
FIGURA 12 – Moinho de Carlos Karnopp.....	49
FIGURA 13 – Serraria de Carlos Karnopp, construído em 1901.....	50
FIGURA 14 – Grupo musical do tempo do pastor Albert Adam	51
FIGURA 15 – Coral misto da comunidade evangélica de Ibirubá (1938)	52
FIGURA 16 – Primeira marcenaria da colônia, de Karl Krammes e sua família.....	52
FIGURA 17 – Ibirubá, aproximadamente no ano 1910. À esquerda, a Igreja Evangélica (IECLB) e mais à direita, ao alto, a Igreja Católica.....	54
FIGURA 18 – Médico e pastor Albert Adam.....	55
FIGURA 19 – Franz Hümmler (padre Chico) junto às crianças que fizeram a primeira Eucaristia.....	56
FIGURA 20 – Diaconisas evangélicas: Luiza, Sibila, Scheila.....	60
FIGURA 21 – Fundos do hospital Santa Helena, em 1947.....	60
FIGURA 22 – Hospital Annes Dias, em 1944.....	61

FIGURA 23 – Residência de Willy Kochemborger, onde funcionava o correio.....	63
FIGURA 24 – Grupo de colonos se preparando para os trabalhos de manutenção da estrada. Ao fundo, a casa da família de João Kuffel.....	66
FIGURA 25 – Pequena fábrica de queijo – início da colonização.....	69
FIGURA 26 – Seção de enlatamento de fumos, de Henrique Zeilmann – início da colonização.....	69
FIGURA 27 – A primeira cervejaria da colônia (1915).....	70
FIGURA 28 – Ferraria de Linos Bomann (1939).....	70
FIGURA 29 – Família Holdefer, uma das primeiras a ocupar Ibirubá: Foto que mostra a vestimenta (em dias de festa) dos primeiros colonizadores.....	78
FIGURA 30 – Criação de porcos: chiqueiro que ficava atrás do Hotel Central, em 1930..	82
FIGURA 31 – Festa de kerb que se realizou em novembro de 1945, no salão Friedrich (rua do Comércio).....	85
FIGURA 32 – Alunos e professor da escola Linha Seis.....	98
FIGURA 33 – Alunos e professor da escola evangélica, na sede (1926).....	99
FIGURA 34 – Alunos e professor da escola católica, na sede (1934).....	100
FIGURA 35 - O trabalho com o arado.....	109

APRESENTAÇÃO

Os movimentos populacionais sempre marcaram a história da humanidade e vários foram os motivos que levaram as pessoas a migrarem: o desemprego, o escravismo, o exílio, a fome, as guerras e tantos outros. A Europa, no século XIX, passava por problemas sociais e políticos que aceleraram a emigração a outros continentes, principalmente o americano.

Por isso, em 1824, dos Estados germânicos, imigraram para o sul do Brasil, alemães com muitas profissões, principalmente agricultores, os quais se instalaram no vale do Rio dos Sinos. A partir de então, com o aumento populacional nessa região, foram surgindo mais colônias para atender a necessidade de terras dos outros imigrantes e filhos dos primeiros colonizadores alemães. Foi nesse momento que apareceram algumas empresas colonizadoras particulares que faziam loteamentos, vendas e distribuição de área para ocupação efetiva.

Pode-se dizer que a vinda dos alemães para a Colônia General Osório, atual município de Ibirubá, deveu-se à criação da empresa colonizadora Dias e Fagundes, fundada no ano de 1898, em Cruz Alta. Tinha como objetivo ocupar uma área de 143.334.728 m², localizada na região do Alto Jacuí, no norte do atual Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a construção da estrada de ferro que ligava Santa Maria a Passo Fundo, passando por Cruz Alta, valorizou a área. Então, em 1899, começaram a chegar os primeiros colonos alemães à região do atual município. Havia, no lugar, os caboclos que já habitavam a área. Mas estes não foram considerados pelo governo provincial e muito menos pela empresa colonizadora, pois não possuíam documentos que comprovassem a legal posse das terras.

A colônia passou a ser conhecida com o nome de General Osório e a principal atividade econômica era a agricultura e a criação de suínos. Nos primeiros anos, o isolamento em relação aos centros maiores era evidente e, por isso, o que se produzia nos

lotes era quase exclusivamente para a subsistência. O povoado era um distrito de Cruz Alta e com o crescimento populacional e econômico, em 1955, deixou de pertencer ao município mãe através da emancipação. Já nesse ano era conhecido oficialmente como Ibirubá.

Muitos trabalhos já foram realizados sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Entretanto, esta dissertação tem como objetivo recontar a história da infância e da adolescência desses imigrantes e teuto-brasileiros. Para tanto, é tomada como base a antiga Colônia General Osório, que anos após a sua criação passou a receber pessoas de outras etnias, como por exemplo, os italianos. É uma forma de preservar a memória das pessoas, anônimas ou não, que contribuíram para a formação dessa região do Alto Jacuí.

Num primeiro momento, a intenção desse trabalho consistia apenas em uma pesquisa sobre o cotidiano dos colonizadores, com as características semelhantes a muitas outras colônias alemãs, italianas e polonesas. Com o passar das semanas, no decorrer das aulas do curso de mestrado, surgiu a idéia de reescrever a vida das crianças e adolescentes que passou despercebida pela história dos adultos.

Portanto, de algum modo, essa dissertação quer retratar a vivência dos descendentes de colonos-camponeses alemães que se instalaram na Colônia General Osório no período de 1909 até 1979. No contexto histórico do atual município, aconteceram histórias particulares e silenciosas de crianças e adolescentes, partes integrantes desse passado. Com muito trabalho, privações, castigos, poucos brinquedos e uma educação severa (familiar e escolar), formaram-se homens e mulheres (hoje vovôs e vovós) que assistem ao crescimento de seus netos, bisnetos e tataranetos, já tratados com uma educação bastante diferenciada.

Para chegar à veracidade desses fatos, foram realizadas entrevistas no período entre 2006 e 2007, com homens e mulheres de 50 a 98 anos, todos residentes em Ibirubá. A infância é algo que esses trabalhadores rurais teuto-brasileiros gostam de relembrar e contar. Porém, quando questionados sobre os castigos em relação à educação severa, à falta de expressões físicas de afeto, à falta de explicação sobre as transformações físicas na puberdade, transpareceu uma forte mágoa e tristeza entre os depoentes. O comentário usado por muitos – “antigamente não era assim como hoje” – revela quão diferente era a educação escolar e familiar nos primeiros tempos da colônia em relação aos dias atuais. O abraço, por exemplo, um gesto tão comum atualmente, era algo raro nas famílias de origem alemã. Na verdade, as entrevistas orais forneceram o tempero certo para a dissertação.

O trabalho das entrevistas foi o coração da presente pesquisa, sobretudo porque todos os depoentes estavam interessados em contribuir para o enriquecimento da história do município. Surgiram, inclusive, amizades e bem-querer entre a entrevistadora e os entrevistados, por conta das revelações feitas quando dos depoimentos. A maioria dos entrevistados morava, quando criança e adolescente, na zona rural do atual município - hoje encontram-se na cidade. Pessoas muito simples na origem, na vida e na linguagem, mas com uma grande disponibilidade e memória viva.

Além dos depoimentos, as revistas locais editadas por ocasião das comemorações dos 25, 35 e 50 anos da emancipação de Ibirubá: “Um coração aberto – 25 anos”, “Pólo regional de integração – 35 anos” e “Apenas o início de uma grande história – 50 anos” contribuíram para a composição de uma linha de tempo da história da antiga colônia. Também foi utilizada a revista de comemoração dos cem anos de colonização de Ibirubá: “Um século de história”. Por serem revistas encomendadas, existem exageros nas exaltações aos colonizadores e personalidades políticas de todas as épocas. Este fato, porém, não impediu o aproveitamento de algumas fotos e fatos registrados, que contribuíram para o andamento da pesquisa. O livro elaborado por membros da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em comemoração à passagem dos cem anos da comunidade religiosa, ajudou igualmente para o desenvolvimento do trabalho, inclusive com fotos inéditas, além de outras publicações e documentos.

Com o objetivo de enriquecer a dissertação, foram utilizadas bibliografias que abordam o assunto da imigração e regiões coloniais no Rio Grande do Sul. Alguns com escritos recentes de autores conhecidos, como René Gertz, importante especialista do tema: o livro *O perigo alemão* e o artigo “Luteranos no Brasil”, ajudaram muito, pois falam sobre os alemães e teuto-brasileiros, antes e depois da 2ª guerra; o saudoso historiador Marcos Justo Tramontini contribuiu com seu livro *A organização social dos imigrantes*, para o entendimento da estrutura da colônia de São Leopoldo e sua organização social, entre outras coisas; Olgário P. Vogt explicou em detalhes a estrutura da família e a agroindústria na fumicultura em *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS*. Foi também muito importante o relato da história do planalto riograndense de 1850-1920, feito por Paulo A. Zarth em *História agrária do planalto gaúcho*. Os trabalhos do historiador Mario Maestri (também orientador desse trabalho), com três volumes sintéticos da *Uma história do Rio Grande do Sul*, contribuíram igualmente em forma fundamental para o presente estudo.

Para iniciar a pesquisa oral, o livro *Nas cercanias da memória*, de João Carlos Tedesco, ajudou a entender a relação da memória individual no processo da lembrança. Além disso, facilitou o trabalho e a relação com as pessoas entrevistadas, respeitando-as sem, entretanto, confundir a memória com a história real dos depoentes.

Mesmo com alguns comentários já superados pelo desenvolvimento da historiografia, Jean Roche serviu de base para esquematizar a história da imigração alemã no Rio grande do Sul com os dois volumes do seu clássico *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Obviamente outros autores foram consultados para complementar as idéias expostas nesse trabalho.

A disponibilidade das pessoas que trabalham no museu municipal de Ibirubá foi imprescindível para a aquisição das fotos dos primeiros anos da colônia, pois essa documentação iconográfica é pouco encontrada em outros setores.

Foi um tanto difícil encontrar documentos históricos na Prefeitura Municipal de Ibirubá. Mesmo na própria Secretaria de Educação e Cultura não existem escritos sobre a história de Ibirubá, além das revistas das comemorações. É lamentável ter que registrar que não havia e não há preocupação e interesse em preservar a história de Ibirubá (sem cortes), a menos que traga algum benefício político imediato. O conhecimento sobre os partidos dos antigos prefeitos de Ibirubá foram conseguidos através das lembranças de um antigo morador e ex-vereador (Valdir Rebellato), já que a informação não estava à disposição na Câmara de Vereadores, na Prefeitura, Biblioteca ou Museu Municipal.

Sem qualquer pretensão arrogante, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir para um maior conhecimento da história do município, mesmo tendo como tema central um aspecto delimitado da vida dos agricultores da região, qual seja a infância e a adolescência.

A estrutura do trabalho

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro – “A imigração alemã no Rio Grande do Sul” -, é apresentado um breve estudo sobre as causas da imigração alemã em terras sul-brasileiras e a forma como aconteceu a colonização no período do Primeiro Reinado e nas décadas subseqüentes. Procurou-se apresentar os motivos que levaram as primeiras colônias a ter êxito ou fracasso dentro das condições encontradas na época (a partir de 1824). Num breve relato, foi comentada a criação das novas colônias alemãs e suas dificuldades, como a repercussão da Revolução Farroupilha nas colônias. Além disso,

o capítulo aborda rapidamente as principais atividades econômicas realizadas nos lotes, a importância do trabalho familiar e da policultura. A vida do caboclo, após a chegada do imigrante, também é explorada nesse capítulo. Pretende-se fazer uma comparação com as oportunidades apresentadas e as condições de que dispunham o colono (camponês), em relação ao caboclo.

No segundo capítulo – “História da Colônia General Osório” -, aborda-se a chegada dos primeiros colonos camponeses às terras do atual município de Ibirubá, seus problemas com transportes, com distâncias, com falta de recursos materiais, etc. Além disso, aborda-se, nessa parte, a devastação das vegetações primitivas, o surgimento das primeiras igrejas, as primeiras escolas e hospitais e os melhoramentos que aconteceram no povoado com o passar dos anos, até a emancipação do município. Assinala-se a importância do canto para os colonos-camponeses, que muito além do prazer de cantar, era uma oportunidade para se fazer lembrar e ser visto pela comunidade. O leitor poderá ter uma pequena visão da história econômica, política, social e religiosa de Ibirubá. Foram aproveitados alguns depoimentos que enriqueceram o capítulo, comprovando os trabalhos teóricos utilizados.

O terceiro capítulo – “A produção colonial e a vida dos imigrantes e teuto-brasileiros” -, traz uma exposição sobre a vida cotidiana dos imigrantes e descendentes: a medição dos lotes; a construção; o interior e a evolução das casas; os vestuários dos adultos e crianças, quem costurava as roupas, quando as crianças recebiam roupas novas; a alimentação mais comum na colônia, nos dias especiais; o que era plantado e os alimentos comprados; as festas laicas e religiosas; a mulher e sua importância para a família, seu trabalho na roça e em casa, seu compromisso com os filhos; o casamento, os relacionamentos antes do casamento. No final do capítulo, fez-se uma pequena reflexão sobre o sentimento de fazer parte da história do Brasil, sendo considerado “alemão”.

Por fim, o quarto capítulo – “Infância e adolescência” -, apresenta um pouco da infância e adolescência dos vovôs e vovós da antiga Colônia General Osório: os relacionamentos na família, na escola e de que forma se deu a aproximação com crianças de outras etnias. Esse capítulo, em especial, traz à tona as alegrias e os sofrimentos passados pelos filhos dos colonos camponeses. O medo e a vergonha dos filhos e alunos com os pais e professores que impediam um relacionamento mais amigável e espontâneo. Muitas dúvidas, principalmente às relacionadas ao sexo, permaneceram sem respostas até depois do casamento. Devido ao trabalho intenso na colônia, os pais não dispunham de muito tempo para os filhos. São abordadas nesse capítulo, as brincadeiras e as diversões criadas na infância, mesmo com pouquíssimos ou nenhum brinquedo. Discute-se,

igualmente, a questão da proibição de se falar alemão e os problemas enfrentados na colônia, durante a II Guerra. Esse problema foi abordado com a ajuda dos depoimentos e de outros estudos como: *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul*, de Maria Hoppe Kipper, *A língua alemã*, de Lissi Bender Azambuja e *Tempos de incertezas*, de Sérgio R. Dillenburg. Eles mostram as dificuldades das famílias das colônias alemãs para se adaptarem tão rapidamente com a nacionalização, no período do Estado Novo. Percebe-se o quão difícil foi para as crianças e adolescentes entenderem essa mudança na escola e, conseqüentemente, na família.

Por isso é lembrado, neste capítulo, o trabalho infantil e as responsabilidades das crianças e adolescentes para a sustentação da família.

1 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

A história da humanidade sempre foi marcada por movimentações populacionais, causadas pelos mais diferentes motivos. João Carlos Tedesco lembra, em *Imigração e integração cultural: interfaces*: “Movimentos de conquistas de território, colonizações, grupos nômades, invasões, processos de ocupação variados (guerras, colônias, escravismo, urbanização, ruralização...), organizações políticas nacionais (fuga, exílio, expulsão...) sempre marcaram a história da humanidade e foram características de fenômenos migratórios.”¹

Na época das primeiras levas de imigrantes europeus dirigidas ao sul do Brasil, a Alemanha ainda não existia como República Federativa e país unificado, constituindo-se sobretudo, por Confederação Germânica, composta por 35 estados e quatro cidades livres, estruturadas em torno da Dieta (assembléia de representantes) de Frankfurt. O Congresso de Viena, de 1815, substituiu o Sacro Império por essa Confederação.²

1.1 Da Europa para o Brasil

Até o início do século XIX, era quase impossível a migração entre Alemanha e o Brasil, devido à legislação colonial portuguesa. Com isso, a colônia brasileira estava fechada à imigração. Foi com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, que se abriram as possibilidades para a vinda de imigrantes europeus não portugueses ao Brasil: alemães, austríacos, suíços e, mais tarde, italianos, poloneses, etc. Inicialmente, a imigração não tinha como objetivo substituir a mão-de-obra escravizada e

¹ TEDESCO, João Carlos. *Imigração e integração cultural: interfaces*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 31.

² Enciclopédia BARSA. p. 222.

sim, aumentar a população com famílias que trabalhassem na agricultura para fornecer gêneros alimentícios, aumentar o exército com seus descendentes, produzir alimentos, ocupar o território, constituir população livre como contraponto à escravizada.³

O governo brasileiro conseguiu atrair os europeus oferecendo vantagens que facilitavam o início de uma nova vida. Entre outras, foram-lhes oferecidas terra, dinheiro, animais, liberdade de culto e, em alguns casos, isenção de impostos por um espaço de dez anos, sob condição da não entrega dos lotes para terceiros.⁴

Muitos motivos facilitaram a vinda dos alemães, ou tornaram essas promessas tentadoras. Entre eles, a industrialização que, com início na Inglaterra, se alastrou pela Europa Central, no século XIX, gerando desemprego no campo, ao substituir a produção artesanal rural pelas máquinas, desigualdades sociais, além da insegurança entre a população mais pobre. Outro motivo foi a explosão demográfica, ocorrida entre 1750 e 1850. O crescimento do número de nascimentos e a queda da mortalidade infantil, devido a maiores cuidados higiênicos e melhores medidas sanitárias, favoreceram o aumento da população, diminuindo a oferta de empregos e aumentando as dificuldades de sobrevivência. Os altos impostos cobrados, também, dos pequenos proprietários, que muitas vezes possuíam parcelas minúsculas de terra, ou sequer as possuíam, faziam-lhes sentirem-se fantoches nas mãos de agiotes, proprietários da terra, industrialistas e burgueses urbanos.⁵

A Igreja Católica, Apostólica e Romana, que durante a Idade Moderna ocupou-se de “cuidar” da vida das pessoas, através do poder religioso, estava ligada intimamente com a aristocracia latifundiária no objetivo de defender seus próprios interesses. Portanto, pressionava pela expansão demográfica, pouco se importando com a vida do trabalhador que era obrigado a pagar dízimo e impostos. A pobreza e os filhos eram colocados como vontade de Deus, e, portanto, deveriam ser aceitos sem questionamentos.⁶

A situação era em algo diferente no que se refere ao Calvinismo. Segundo Hilda Agnes Hübner Flores, em *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, a religião foi, entre outras razões, uma motivação para a emigração de alemães evangélicos para a América: “[...] o calvinismo via a pobreza como ausência da graça de Deus. Para seus seguidores, era ponto de honra vencer economicamente, para provar a si mesmo os favores

³ MAESTRI, Mário. *História do RS – O Império*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 102.

⁴ ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 95.

⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 43.

⁶ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 15.

divinos que levariam à salvação. Portanto, a emigração para um país sem limitações da pátria, era vista com simpatia, principalmente entre evangélicos – que em São Leopoldo, com a primeira colônia estabelecida, formava maioria.”⁷

O processo de transformação do feudalismo para a propriedade privada nos Estados germânicos foi demorado e difícil, principalmente nas regiões de proximidades com a França. Apenas em 1848 foram substituídas as expressões “súdito” e “vassalo” por “cidadão”, para designar uma condição social.⁸ Segundo o jornalista Geraldo Moser, em seu comentário sobre a vinda dos alemães ao Rio Grande do Sul, no álbum oficial do *Sesquicentenário da Imigração Alemã*, os pequenos camponeses, proprietários de terras, sofreram perdas durante muitos anos, dificultando a permanência no campo: “A propriedade individual não trouxe, de início, o progresso material, mas se caracterizou durante decênios por um depauperamento geral. Sobreviveram a anos de colheitas fracassadas, o gado era dizimado por doenças e os trigais atacados por ferrugem. As propriedades eram parceladas cada vez mais entre os herdeiros, com todas as conseqüências danosas do minifúndio. E se o latifúndio, durante a nobreza não beneficiara as populações, o minifúndio, por sua vez, parecia agravar a situação social dos novos cidadãos.”⁹ Essas foram algumas das causas que levaram a população trabalhadora rural européia, particularmente a alemã, a uma precariedade social e econômica, tornando-a um canteiro fértil para a propaganda emigratória, que pareceu tão convincente ao ponto do imigrante abandonar parentes, vida, e partir para o desconhecido na esperança de um futuro melhor.

1.2 Colonização no Primeiro Reinado

O Brasil passou por algumas mudanças políticas e econômicas fundamentais, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Era necessária, então, a colonização subsidiada pelo governo imperial, porque, como Dilse Piccin Corteze lembra em *Ulisses va in América*, pretendia-se “que a pequena propriedade se subordinasse e apoiasse a grande

⁷ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 15.

⁸ MOSER, Geraldo. *Álbum Oficial do Sesquicentenário da Imigração Alemã*. Sociedade Editora de Publicações Especializadas EDEL LTDA. p. 35.

⁹ Id. ib., p. 35.

propriedade.”¹⁰ Por isso, sendo, como assinalado, do interesse do governo brasileiro o aumento do número de soldados, o povoamento das regiões desabitadas, divididas em pequenos lotes, o major Jorge Von Schaeffer, conhecido de dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, Imperatriz do Brasil e austríaca, foi incumbido do recrutamento de colonos alemães, aos quais propôs uma vida nova no país distante, com promessas, no mínimo tentadoras, como lembra Hilda Flores: “Viagem gratuita para o Brasil; pagamento das despesas de manutenção por dois anos (160 réis aos adultos no primeiro ano e metade no segundo, crianças recebendo 50% do valor); 77 hectares de terra gratuita (que não poderia ser vendida antes de 10 anos); gado bovino, eqüino e suíno às famílias, na proporção de número de membros; sementes ou mudas de café, algodão, arroz, trigo, fumo, feijão, batata inglesa, milho; cidadania brasileira a partir da chegada e liberdade de culto com padre ou pastor sustentados pelo governo.”¹¹

Essas promessas não se realizaram na totalidade, pois a instituição do Império, após 1824, era contra a obtenção imediata da nacionalidade brasileira e tinha a religião católica como a oficial. Isso fez com que, a partir de 1827, houvesse cuidado para a não contradição com as leis brasileiras, no fechamento dos contratos com os colonizadores alemães. Por isso, foram retiradas algumas cláusulas: a liberdade de culto e a naturalização logo após a chegada ao Brasil. Apenas os primeiros colonos tiveram a sorte de receber as terras sem atraso. Os seguintes, não raro, encontraram problemas e foram obrigados a esperar, por meses, em alojamentos até conseguir um lote.¹²

Em *A organização social dos imigrantes*, Marcos Justo Tramontini comenta o relatório de João Daniel Hillebrand, apresentado ao presidente da província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em 1854, fazendo severas críticas ao inspetor José Tomás de Lima e ao major Jorge Von Schaeffer: “[...]desse modo, como já foi dito, o relatório tinha como objetivo inequívoco, e, nesse contexto Hillebrand, ao historiar sobre a colônia, construiu sua argumentação e costurou seu ataque, localizando, preferencialmente, em dois personagens, Schaeffer e José Tomás de Lima, a origem dos principais problemas da colonização: o primeiro como responsável pelos contratos de imigração, e o segundo, pela demarcação e distribuição dos lotes coloniais.”¹³ Segundo Hillebrand, os contratos continham promessas mentirosas e ilegais porque foi desrespeitada, entre outras, a cláusula

¹⁰ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 35.

¹¹ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 18.

¹² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 95.

¹³ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. Ed.Unissinos, 2003. p. 53.

que determinava a cedência de terras de campo, mato demarcado e livre. As terras não haviam sido demarcadas quando os colonos chegaram e, conseqüentemente, a distribuição dos lotes também foi atrasada.¹⁴

O início da colonização alemã no Rio grande do Sul deu-se no vale dos Sinos, em São Leopoldo, em 1824, sem haver uma legislação específica ou funcionários especializados para atender as necessidades dos recém-chegados. De 1824 a 1830, entraram no Rio Grande do Sul 5.350 imigrantes alemães. Apesar disso, os primeiros colonos que se estabeleceram receberam regularmente ferramentas e sementes até conseguir superar suas necessidades. Como o destino da maioria era o trabalho agrícola, o inspetor responsável, José Tomás Lima, foi obrigado a fornecer dois exemplares de um dicionário de agricultura para que os colonos tivessem alguma noção do solo, das plantas, estações do ano e reaprender a trabalhar em terras sul-brasileiras, diferentes da longínqua Europa.¹⁵

Para o inspetor, os primeiros colonos, em um período de cinco anos, já viviam relativamente bem, devido aos produtos cultivados, que se desenvolveram de tal maneira, que puderam ser vendidos ao mercado de Porto Alegre (cereais, feijão, batata, etc.).¹⁶ A policultura e o trabalho familiar foi a marca do imigrante europeu não português. João Carlos Tedesco escreve: “A agricultura foi elemento aglutinador e formador do espaço de vida e sociabilidade do imigrante. A pecuária foi sempre secundária, ainda que complementar.”¹⁷ Independentemente disso, além dos agricultores, surgiram outros profissionais, como sapateiros, tecelões, moleiros, alfaiates.¹⁸

1.3 Alguns fracassos

Anterior à fundação de São Leopoldo, o governo provincial tinha em mãos um projeto com o objetivo de povoar a região das Missões jesuíticas que ficava, aproximadamente, quinhentos quilômetros a noroeste de Porto Alegre. Na época o acesso era bastante difícil, devido à distância e falta de meios de comunicação. No entanto, em novembro de 1824, alguns imigrantes foram enviados da capital para Rio Pardo, onde

¹⁴ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. Ed. Unissinos, 2003. p. 54.

¹⁵ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 96.

¹⁶ Id. ib., p. 96.

¹⁷ TEDESCO, João Carlos. *Colonos,carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre:EST, 2000. p. 19.

¹⁸ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 97.

perderam duas semanas negociando carroças para o transporte até o destino. Nesse período de espera, muitos sofreram com a falta de comida, adoeceram, seguindo viagem apenas em 14 de dezembro, para chegar em 6 de janeiro a São João das Missões. A colônia fracassou e os poucos que restaram foram conduzidos a São Borja.¹⁹ O fracasso da colônia aconteceu porque não havia qualquer possibilidade de escoamento da produção, inviabilizando o projeto verdadeiramente inseqüente. Já São Leopoldo, devido a sua localização, desenvolveu-se depois de algum tempo, servindo de modelo a outras colônias, como lembra Mário Maestri em *Os senhores da serra*: “O sucesso da colônia de São Leopoldo deveu-se, sobretudo, a sua localização e qualidade das terras. Implantada nas margens do Rio dos Sinos, a 26m de altitude, escoava facilmente seus produtos para a capital, a uns trinta quilômetros de distância.”²⁰

O governo provincial riograndense, desejando povoar a “zona da mata”, divisa entre Santa Catarina e Rio grande do Sul, não considerou o fracasso de São João das Missões e encaminhou colonos católicos de São Leopoldo para Torres, para se estabelecerem na colônia de São Pedro de Alcântara, e colonos protestantes para o vale do Rio Três Forquilhas. Também foi uma péssima iniciativa, pois os colonos passaram por privações, pela distância e difícil acesso à região, sobretudo para o escoamento da produção. Essa população conheceu um processo lento de adaptação-estagnação, não havendo grandes progressos como pretendia o presidente da província.²¹ Os sucessos e fracassos com os mesmos imigrantes provam que o desenvolvimento da colonização não dependia da qualidade étnica, e sim das condições mínimas para a permanência e fortalecimento da colônia.

A partir de 1830 foi suspensa a colonização, devido às crises políticas que abalaram o Império, que resultaram na Abdicação – 1831 - e no período regencial – 1831-40. Isso criou uma grande preocupação entre os colonos de São Leopoldo que esperavam do governo uma legislação geral que regularizasse a sua situação. Entretanto, o que ocorreu foi o corte de créditos para a colonização, na Lei do Orçamento de 15 de dezembro de 1830 do Governo Imperial. Os colonos ficaram sem a ajuda de custo que lhes fora prometida e que até então não haviam recebido. A insegurança era grande, pois o parlamento colocou-se contra a política de colonização do imperador, sendo esta uma das causas da sua abdicação. Com isso, o Brasil passou a ser governado por regentes, que

¹⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 98.

²⁰ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra*. Passo fundo:UPF, 2005. p. 19

²¹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 99.

deram pouca importância aos colonos, já que interessavam-lhes, diretamente, os grandes proprietários de terra, passando para as províncias o compromisso com a colonização, pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.²²

A naturalização seria um caminho para a estabilidade e segurança dos imigrantes. Havia, no Império, a Lei de 23 de outubro de 1832, que concedia a nacionalidade brasileira aos estrangeiros. Mas esses deveriam ter, no mínimo quatro anos de residência, quando fossem proprietários de terras ou exercessem alguma outra profissão legal. Entretanto, segundo Jean Roche, “como se exigia apresentação de prova de idade, de residência, de propriedade, e, depois de uma declaração perante o Conselho Municipal, o pagamento, enfim, de uma taxa, as naturalizações foram muito raras.”²³

1.4 Os colonos e a Revolução Farroupilha

O compromisso com a colonização, que passou para as províncias a partir do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, passou para segundo plano porque, no dia 20 de setembro de 1835, iniciou a Revolução Farroupilha. Durante dez anos o Rio Grande do Sul ficou estacionado, de certa forma, e as questões das colônias também. E, apesar de serem recomendados a não se manifestarem, alguns colonos alemães resolveram apoiar e lutar junto aos revolucionários.²⁴

Era comum o recrutamento de colonos e a prática da violência de ambos os lados: farroupilhas e imperialistas. Hilda Flores lembra, em *Alemães na guerra dos farrapos*: “A história, via de regra, não registra essa ambivalência, inclinando-se pela versão do vencedor. Mas, é certo que violência gera violência, e a documentação, lida nas entrelinhas, mostra que em São Leopoldo, ambos os contendores chegaram até a Encosta da Serra, exaurindo a colônia de víveres, munições, animais e recrutas. Consta que algumas mães favoreciam o casamento de filhos adolescentes, na tentativa de evitar o recrutamento e mantê-los no trabalho agrícola, como meio de sobrevivência da família, recrutado que já fora o chefe.”²⁵

²² MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre:UFRGS, 1999. p. 21.

²³ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 100.

²⁴ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p.36.

²⁵ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na guerra dos farrapos*. Porto Alegre:EDIPUCRS, 1995. P. 86.

Após a Guerra Farrroupilha, pela lei de 3 de setembro de 1846, os alemães da Colônia de São Leopoldo receberam a tão esperada cidadania brasileira, já prometida por Jorge Von Schaeffer. Mas, os problemas e as questões de terras não resolvidas antes das lutas, acabaram aparecendo. Os colonos deveriam fazer a medição dos fundos e das laterais dos lotes, porque a medição era feita apenas na parte frontal. Isso criou muitas confusões nas vendas, permutas e inventários. Hilda Flores comenta, no livro *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*: “Na década de 1860 ninguém ainda possuía escritura e a confusão fundiária era total. A insatisfação e o clamor chegaram até a Prússia, pátria mãe de muitos imigrados. Esta, em 1863, enviou o ministro plenipotenciário, Von Eichmann que, depois de percorrer picada por picada constatando os problemas *in loco*, gestionou solução junto ao governo imperial.”²⁶ A partir daí, houve um recenseamento em todos os lugares, picadas da colônia de São Leopoldo. Os problemas nas demarcações de terras e lotes rurais aconteceram em todo o processo de colonização.

1.5 A colonização na fase Provincial

Com a responsabilidade da colonização nas províncias, o governo provincial resolveu favorecer os imigrantes, pois a escravidão entraria em crise inevitavelmente nas décadas seguintes, e era necessário investir na agricultura. Com a promulgação da Lei de Terras de 1850-1854, as terras não seriam mais doadas e sim vendidas aos colonos e interessados. Em contrapartida, eles teriam a hospedagem e outras despesas pagas pelo governo provincial, do porto de Rio Grande às colônias. Os lotes eram comprados pelos colonos sem grandes dificuldades, porque a primeira prestação vencia ao final do terceiro ano da aquisição. Caso o colono não o explorasse e não habitasse nele no prazo de dois anos, o governo provincial retomaria o lote.²⁷

Muitos colonos descendiam de famílias de agricultores. Entretanto, como as parcelas agrícolas na Europa eram minúsculas, comumente o imigrante conhecia igualmente uma profissão artesanal. Para o governo brasileiro, era importante que as levas de imigrantes trabalhassem na terra e produzissem, como propõe Maria T. S. Petrone, em *O imigrante e a pequena propriedade*: “O imigrante europeu, instalado em pequena

²⁶ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 40.

²⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.26.

propriedade, deveria constituir-se no agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado”. Sendo assim, muitos imigrantes foram “forçados” a trabalhar na terra, sem ter a devida preparação e prática de um agricultor.²⁸

Após alguns anos da criação de São Leopoldo, o governo provincial fundou outras colônias que receberam também imigrantes e descendentes de imigrantes da primeira colônia do Rio Grande do Sul. A Colônia de Santa Cruz foi instalada em 1849, com a participação de imigrantes europeus da região renana, pomeranos do norte da Europa e silesianos, além dos filhos dos colonos de São Leopoldo. A colônia contava com um solo fértil, mas havia o problema de transportes. Por isso optou-se pela produção de fumo, que contribuiu muito para o crescimento da região. À medida que os anos foram passando, o tamanho dos lotes diminuíram, como coloca Hilda Flores em *História da imigração alemã no Rio grande do Sul*: “Os primeiros lotes, de 77 hectares, foram distribuídos em Santa Cruz entre 1849-1850. A Lei de 1851 reduziu a área do lote para 48 hectares, ao preço de 300\$000 réis, pagáveis em cinco anos. Mais tarde, seriam apenas 25 hectares, área ainda mais parcelada por partilhas ou vendas. Principalmente nas adjacências de vilas, eram freqüentes lotes de até cinco hectares, explorados por artesãos ou comerciantes residentes no perímetro urbano.”²⁹

Criada em 1855, a Colônia de Santo Ângelo (atual município de Agudo) sofreu com a dificuldade de comunicação e seu desenvolvimento foi mais lento. A maioria da população era a pomerana, mas havia renanos e boêmios. Em 1858, Nova Petrópolis foi criada em um terreno montanhoso. Ela foi ocupada por colonos vindos de São Leopoldo, imigrantes pomeranos e boêmios que também sofreram com a falta de comunicação e com a distância, o que dificultou o acesso aos mercados consumidores. Mais tarde, outras colônias foram fundadas pelo governo provincial: Monte Alverne (1859), São Feliciano (1857), as colônias de São Francisco de Assis do Alto Uruguai (1859), São Nicolau (Encruzilhada) e São Gabriel (1871). As terras onde surgiram as colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel, na orla do Planalto, a partir de 1874, foram passadas para o governo imperial,

²⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 18.

²⁹ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 44-45.

porque o governo da província não encontrou condições para povoá-las.³⁰ A ajuda provincial a essas colônias foi modesta, pois, conforme destaca Jean Roche em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, o governo acreditava que a “prosperidade das colônias devia nascer da capacidade de trabalho dos colonos e da natural expansão da agricultura.”³¹

Apesar de serem acusadas de onerarem os cofres públicos, as colônias já estruturadas acabavam ajudando-os com a contribuição de impostos, diretos e indiretos.³² Além das colônias provinciais, foram aparecendo as colônias particulares, que também se desenvolveram com a presença de colonos alemães. Entre elas, encontra-se Taquara, a leste da Colônia São Leopoldo, dividida em lotes, a partir de 1846, por Tristão José Monteiro, que convidou, ele mesmo, imigrantes alemães para se fixarem no lugar.³³

Às margens direitas do Rio Taquari, Antônio Fialho de Vargas loteou as terras que adquiriu e, em 1855, Lageado passou a ser colonizado principalmente por colonos germânicos.³⁴ Logo, às margens esquerdas do mesmo rio, José Inácio Teixeira Júnior, proprietário das terras, que enxergava com bons olhos a colonização, facilitou para que seu enteado, Antônio Sampaio Menna Barreto, em 1856, loteasse terras de sua propriedade que se localizavam no atual município de Estrela, também para famílias alemãs.³⁵ Em 1857, a colônia de São Lourenço foi criada em terras devolutas, loteadas por Jacob Rheingantz. Famílias de pomeranos, que já trabalhavam com atividades agrícolas, foram convidadas a se estabelecerem na região.³⁶

1.6 A opinião pública e a colonização:1874-1889

De acordo com Loraine Giron e Heloisa Bergamaschi, no livro *Colônia:um conceito controverso*, o colono em geral, e não só no sul mas no centro do país, era visto pelas elites brasileiras como inferior e subalterno, o que marcou a vida dos imigrantes e seus descendentes: “Os colonos, agora habitantes da colônia/lote, são homens livres que colhem, com seu trabalho e de sua família, vários produtos agrícolas. Mesmo livres são

³⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 24.

³¹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 110.

³² Id. ib., p.110.

³³ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 49.

³⁴ Id. ib., p. 50.

³⁵ Id. ib., p. 51.

³⁶ Id. ib., p. 48-49.

cidadãos de segunda categoria. A grande maioria continua sendo pobre, ignorante e estrangeira.”³⁷ Não apenas o colono, mas o caboclo, o nativo, o cativo negro, também eram considerados inferiores pelos grandes proprietários e escravistas. Essa elite sentia que perdia lucros, com a distribuição de terras aos imigrantes.³⁸

As colônias oficiais e particulares localizavam-se em regiões florestais, o que diminuiu a possibilidade de encontro com o luso-brasileiro, permitindo a unidade desses grupos e a conservação da língua alemã. Havia, porém o medo, por parte do governo da Província, que se formasse uma mini-Alemanha no Rio Grande do Sul. Os deputados provinciais, desconfiados e descontentes, não dispensavam mais os mesmos créditos às colônias, apesar de haver entre eles dois deputados de origem alemã: Voseritz e Haensel. O governo imobilizou-se diante das dificuldades e, para completar, a população luso-brasileira livre e proprietária mostrou-se em geral contrária à colonização alemã, em parte por temer o avanço da germanização das regiões habitadas pelos colonos – “O perigo alemão.”³⁹

Com a unificação alemã, em 1871, e o desenvolvimento industrial dessas regiões da Europa, na província sulina, entre 1875 e 1889, a imigração alemã diminuiu, cedendo o lugar a colonos de outras nacionalidades, com destaque para a italiana. De início, a vinda de camponeses italianos foi considerada desfavorável pela opinião pública, devido ao fracasso da tentativa de colonização provincial em Conde d’Eu e Dona Isabel. Entretanto, como vimos, em 1876, a província cedeu essas colônias para o governo imperial.⁴⁰ De 1874 a 1889, os governos provincial e geral alfinetavam-se, acusando um ao outro de desperdício de capital e má administração das colônias. Para Jean Roche, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, o “Governo Provincial desejava antes estabelecer colonos nacionais, mas como também não pode fazê-lo, deixou o serviço da colonização ao governo federal, até o fim do império.”⁴¹

³⁷ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Heberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 68.

³⁸ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: A ocupação do território*. Passo Fundo: UPF, 2006. p.146.

³⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: GLOBO, 1969. p. 113-114.

⁴⁰ Id. ib. p.115.

⁴¹ Id. ib. p. 116.

1.7 A fundação das novas colônias

Já no Brasil República, proclamada em 1889, o governo passou aos estados as terras tidas como devolutas destinadas à imigração, amparado no artigo 64 da Constituição de 1891. Jean Roche destaca que, através deste artigo, o governo estadual era responsável por “organizar e dirigir o serviço relativo às terras do estado respeitando as posses de boa-fé que nele existiam, desde que os interessados provem regularmente a cultura efetiva e a residência habitual anteriores a 15 de novembro de 1889.”⁴²

De 1889 a 1914, houve um rápido crescimento das colônias herdadas do Império ou fundadas pelo governo estadual na região de depressão Central, na Serra do Sudeste, na Serra Geral e no Planalto Setentrional. Entre outras, foi fundado o núcleo de Ijuí que teve um desenvolvimento rápido e equilibrado. Esse crescimento ocorreu, também, após o surgimento da estrada de ferro, em 1911, ligando Ijuí a Cruz Alta. Em um ano, o valor das terras e o número de habitantes aumentaram consideravelmente.⁴³

Para absorver os novos imigrantes e os descendentes dos antigos colonos, não bastava as colônias já instaladas. Por isso, o governo regional foi obrigado a fundar novos núcleos no sul do estado, na borda da Serra Geral e prosseguir com a colonização no Planalto. Eram colônias oficiais que tinham como base a agricultura e, segundo Jean Roche, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, a administração riograndense não fundou apenas como também fiscalizou e apoiou as mesmas: “[...] interveio, durante toda a fase de exploração, na gestão e no equipamento deles, dotando-os de uma rede de comunicações internas, de um conjunto de edifícios públicos e de escolas, assim como de um cadastro bem em ordem; tudo isso traduz, pois, um esforço superior ao que despenderam os outros Estados do Brasil.”⁴⁴ Paralelas às colônias oficiais, foram surgindo as particulares, que se desenvolveram nos interstícios livres das antigas colônias alemãs e italianas, localizando-se no vale do Caí, do Taquari, do rio Pardo e de seus afluentes. As colônias puramente alemãs entraram no Planalto, subindo o Alto Jacuí ou seguindo a estrada de ferro. Entre elas encontra-se General Osório (atual Ibirubá), fundada em 1898.⁴⁵

A partir de 1920, a imigração no Brasil diminuiu gradativamente, pois o governo brasileiro passou a regulamentar e a fixar condições para a entrada de estrangeiros. A maioria das novas colônias acabou recebendo mais os filhos dos antigos colonizadores do

⁴² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.118.

⁴³ Id. ib., p.129.

⁴⁴ Id. ib., p.129.

⁴⁵ Id. ib., p. 129-130.

que os imigrantes, devido à importante expansão demográfica conhecida pela população colonial-camponesa. Isso porque, como para os habitantes das primeiras colônias era difícil a partilha dos lotes entre herdeiros, eles tratavam de procurar novas terras, separando as famílias, mas conservando os costumes e língua, determinados pela nova realidade.⁴⁶

A fundação de novas colônias, inclusive a de General Osório, não aconteceu de maneira espontânea ou devido à força de vontade e espírito desbravador dos migrantes das “colônias velhas”. Este movimento se deve às transformações causadas pelo capitalismo, que obriga pessoas a procurarem um novo lugar para construir suas vidas. Paulo Zarth lembra, em *História agrária do Planalto gaúcho*: “No final do século a pressão demográfica sobre as colônias velhas, situadas nas proximidades de Porto Alegre e fundadas sob o sistema de pequenas propriedades, impulsionaram colonos excedentes para as novas áreas disponíveis nas matas do planalto. Com esses agricultores, somados aos novos imigrantes europeus e aos antigos agricultores instalados, o território riograndense foi totalmente ocupado de forma efetiva. As áreas florestais do Alto Uruguai foram definitivamente transformadas em zonas agrícolas. Os novos contingentes demográficos e a ferrovia, construída na década de 1890, deram um grande impulso à tímida agricultura local, aproveitando-se da fertilidade natural dos solos virgens.”⁴⁷

1.8 A atividade agrícola nas colônias

Como esperava a administração brasileira, os imigrantes alemães e seus descendentes passavam a trabalhar na agricultura e no artesanato, logo que conseguiam os lotes. A princípio, para a subsistência e, mais tarde, para abastecer os mercados. Cultivavam vários produtos através da mão de obra familiar, mas apenas as colônias próximas geograficamente dos mercados consumidores, ou servidas por meios de comunicação, é que desenvolveram com mais facilidade.⁴⁸

Além dos produtos agrícolas de origem alemã (aveia, cevada, trigo, etc.), os imigrantes aprenderam a cultivar e consumir essencialmente plantas americanas, muitas delas já domesticadas dos nativos americanos: a batata, o feijão preto, o fumo, a mandioca e o milho. Esse último produto tornou-se a principal cultura na lavoura do imigrante e de

⁴⁶ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.385.

⁴⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho*. Ijuí:UNIJUI, 1997. p. 29.

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercad Aberto, 1990. p.47.

seu descendente, pois sua colheita acontece num espaço grande de tempo, de janeiro a junho. Conforme Jean Roche, no livro *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*: “E tudo nele [no milho] pode ser utilizado. O gado consome muito milho como forragem verde; os cavalos comem-lhe os grãos como aveia na Europa; este cereal alimenta, sobretudo, a criação dos porcos, e o homem também o consome, verde ou farinha.”⁴⁹ Além de alimento para animais e para o homem, a espiga debulhada servia como lenha, as folhas secas serviam para a forragem, enchimento dos colchões e até mesmo para enrolar os cigarros: nada era perdido nesse produto, que se desenvolveu com a colonização alemã.⁵⁰

A mandioca era cultivada pelos colonos, por causa da facilidade de produção e por ser um alimento resistente, de uso cotidiano, como a batata-inglesa. Era grande o consumo de mandioca por parte dos luso-brasileiros: portanto, logo, os alemães encontraram mercado para a farinha de mandioca.⁵¹ O feijão-preto passou a ser cultivado pelos imigrantes e durante muito tempo foi o produto mais importante para a exportação.⁵² Em 1940, o Rio Grande do Sul já era o maior produtor de batata-inglesa no Brasil, devido ao incentivo do consumo após a chegada dos germânicos.⁵³

A cana-de-açúcar e o fumo não eram de origem européia, mas foram aproveitadas pelos alemães. Elas desenvolveram-se ocupando grandes áreas nas colônias. Nas palavras de Jean Roche, a “cultura do fumo representa, portanto, uma das mais importantes contribuições das colônias alemãs à economia do Rio Grande do Sul.”⁵⁴

Durante a primeira fase da colonização, os imigrantes também cultivaram fibras têxteis e outros gêneros para as necessidades: a abóbora, o algodão, o amendoim, o girassol, o linho e o rícino (para a iluminação doméstica). Uma das características da agricultura alemã no Rio Grande do Sul foi a variedade de culturas.⁵⁵

⁴⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 256.

⁵⁰ Id. ib., p. 59.

⁵¹ Id. ib., p. 262.

⁵² Id. ib., p. 262.

⁵³ Id. ib., p. 252.

⁵⁴ Id. ib., p. 252.

⁵⁵ Id. ib., p. 250.

1.9 Todos precisam trabalhar

Os colonos europeus usavam uma antiga técnica nativa para a agricultura – a coivara. Inicialmente, começavam pela derrubada dos arbustos e plantas lenhosas; seguiam com a queimada, para limpar a área; após isso, realizavam a plantação ou semeadura e, por fim, o trabalho da capina para a destruição dos inços. Era um trabalho penoso, onde todos os membros da família participavam. Dependendo do tipo de produto, o solo empobrecia-se, após alguns anos de utilização. Então, a área era deixada em repouso para a reconstituição natural, enquanto se começava todo o processo em outra roça. Esse processo era chamado de rotação das terras. Mais tarde, tal prática foi muito condenada. Entretanto, a abundância de terras virgens e florestas dificultaram a formação de uma consciência crítica sobre esse tipo de agricultura na época.⁵⁶

A técnica utilizada pelos primeiros colonos foi usada também pelos descendentes em outras regiões do estado. Paulo Afonso Zarth destaca no livro *História agrária do planalto gaúcho*, que a “agricultura rudimentar, baseada no jogo, praticada pelos lavradores serranos era, portanto, uma atitude lógica, se consideramos a grande disponibilidade de terras virgens que permitiam um cultivo com pousio longo arbustivo, analisados por Ester Boserup. Esse sistema de cultivo somente tornou-se inviável na região, à medida que as terras foram sendo privatizadas – impedindo o acesso fácil costumeiro – e a densidade demográfica foi crescendo, principalmente após forte imigração no final do século.”⁵⁷.

Devido à localização de colonos alemães em zonas florestais, separadas das zonas pecuárias, esses agricultores foram, inicialmente, os grandes fornecedores de gêneros agrícolas do Rio Grande do Sul.⁵⁸

Para as autoridades, a agricultura praticada pelos colonos tanto alemães como mais tarde os italianos, seria mais um apoio à economia do Rio Grande do Sul devido a sua diversificação. Para João Carlos Tedesco, em *Colonos, carreteiros e comerciantes*: “A policultura era vista, inclusive, como forma de amenizar as possíveis e/ou inevitáveis crises econômicas. Com isso se fazia apologia e se manifestava generosidade em relação, aos italianos e a toda a região colonial. ‘O regime de policultura, felizmente praticado do Rio Grande do Sul, tem impedido que a economia geral do Estado se ressinta excessivamente

⁵⁶ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: A ocupação do território*. Passo Fundo: UPF, 2006 p. 147.

⁵⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí:UNIJUI, 1997. p. 130.

⁵⁸ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 296.

das crises inevitáveis que a lei da oferta e procura determina periodicamente em relação a certas mercadorias’.”⁵⁹

Para os colonos, a *colônia* era a terra que garantia o sustento e a sobrevivência da família, onde plantavam e criavam animais para a alimentação e locomoção. Nela, além da produção havia o consumo, característica das unidades camponesas.⁶⁰ Para isso, era necessário o trabalho de todos os membros, inclusive das mulheres da casa e das crianças maiores. Como se existisse uma identidade única entre a família e o trabalho, um dependendo do outro.⁶¹ Pelas obrigações produtivas, era natural que as crianças não distinguíssem o tempo de brincadeiras e o tempo de trabalho.⁶² No mesmo tempo que a terra livrava o colono da subordinação de algum patrão, era uma prisão, pois nas responsabilidades no cultivo e na preservação era somente sua e dos membros da família. Loraine Giron e Heloisa Bergamaschi lembram, em *Colônia: um conceito controverso*: “Mais do que um pedaço de terra, a colônia constituía um espaço de liberdade, na qual eram senhores para produzir o que desejassem. Se a terra os tornava livres, ao mesmo tempo os escravizava. O trabalho livre envolvia um esforço diário de toda a família, bastante sacrificada.”⁶³

1.10 Artesanato, indústria e comércio

O artesanato nas colônias alemãs iniciou-se com os trabalhos caseiros onde toda a família participava: fiavam e teciam o linho e o algodão; fabricavam as farinhas, o óleo das sementes de abóbora, o açúcar mascavo e a preparação do fumo; trabalhavam na construção das primeiras moradias (verdadeiras choupanas). Mais tarde, apareceram os alfaiates, marceneiros, sapateiros, seleiros, tecelões, etc. Havia produção artesanal que fornecia os artigos para a vida local e o artesanato que transformava os produtos de exportação.⁶⁴

⁵⁹ TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre:EST, 2000. p. 30.

⁶⁰ WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970. p.28.

⁶¹ ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. *Os novos paradigmas da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p.23.

⁶² DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na coroa, pranto na vida*. Dissertação de Mestrado:UPF, 2005. p. 125.

⁶³ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 63.

⁶⁴ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 486.

A maioria dos artesãos era filho de colonos agricultores. Por isso, havia a troca onde, segundo Jean Roche em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, os “artesãos forneciam certos serviços ou produtos aos agricultores e transformavam grande número de suas colheitas, continuando eles próprios a explorar a terra.”⁶⁵

As ferramentas usadas no artesanato eram simples, o ganho não era alto, e isso impediu que os artesãos, filhos de colonos, adquirissem ou iniciassem uma empresa. O artesanato rural teve seu apogeu entre 1880 e 1890: a partir daí passou a regredir. Pode-se dizer que as grandes fábricas e empresas não surgiram do artesanato rural.⁶⁶

O surgimento da indústria no Rio Grande do Sul é antigo: entretanto, ela prosperava lentamente porque dependia de mercados nacionais para exportação e importação. A primeira indústria alemã foi fundada em 1856 e produzia peças para a construção naval. Conforme Jean Roche, ainda “em 1874, não havia em todo o Rio Grande senão 34 empresas, chamadas, com ou sem razão, indústrias, dirigidas por alemães, entre outras, 8 serrarias a vapor, 3 marcenarias a vapor, 3 fábricas de viaturas, 5 fundições, 4 fábricas de vinagre, 1 fábrica de azeite, 4 fábricas de charutos.”⁶⁷

O comércio nas colônias surgiu, em boa parte, com trocas de mercadorias. Muitos produtos levados para o mercado de Porto Alegre eram pouco lucrativos, devido ao preço dos fretes, à distância, às dificuldades do caminho, à falta de tempo, à falta de animais de transporte, etc. Tudo isso fez com que o colono entregasse seus produtos para transportador que, em geral, era o comerciante local. Os comerciantes compravam produtos coloniais e vendiam os produtos trazidos da cidade, pois tinham o monopólio do transporte, primeiro das carroças puxadas a mulas, a seguir dos caminhões.⁶⁸

Conforme João Carlos Tedesco mostra em *Colonos, carreteiros e comerciantes*: “É impossível falar da região colonial italiana, em nível de Brasil, sem mencionar o comerciante. Ao redor desse ator sócio-econômico surgem explicações sobre a origem da industrialização da região colonial e de outros espaços de maior amplitude. Ele é o elo de ligação de inúmeros processos econômicos, culturais, maximizadores de fatores locais na sua relação com o mundo externo à colônia.”⁶⁹

O comerciante foi um dos personagens que mais acumulou capital com essa mediação entre a colônia e o “mundo externo” a ela. Mais do que o próprio colono, o

⁶⁵ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.486.

⁶⁶ Id. ib., p. 487.

⁶⁷ Id. ib., p. 504-505.

⁶⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. p.49.

⁶⁹ TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 90.

comerciante, dono da venda, lucrava com o trabalho e as necessidades da família colonial camponesa. Além disso, segundo Hilda Flores em *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, a “venda tinha também função bancária, fazendo a guarda dos ganhos do colono, de maneira a formar um razoável patrimônio, que permitia ao vendeiro evoluir para casa comercial mais forte ou se transferir para a cidade, com maiores condições de progresso.”⁷⁰ Também, nesse caso, a família (mulher e filhos) tinha um papel fundamental: atendiam o balcão na ausência ou saída do proprietário para as cidades.⁷¹

Em 1860 a 1865, surgiu nas colônias alemãs o caixeiro-viajante que intermediava Porto Alegre e a Serra. Apresentava amostras, fechava negócios, fazia cobranças das vendas anteriores. Jean Roche escreve: “Relativamente pouco numerosos (trinta a quarenta em 1883), os caixeiros-viajantes ocupavam, na profissão, um posto importante.”⁷²

O caixeiro-viajante era portador de notícias e o contador de anedotas e de seu poder de convencimento dependia o seu êxito no comércio. Ele viajava em mulas, cavalos, carregando sacolas. Mais tarde, com o aparecimento dos veículos auto-motores esse profissional se modernizou.⁷³

Para Hilda Flores, mais do que um simples vendedor, o caixeiro-viajante era um informante para as pessoas que viviam nos lugares mais retirados dos centros urbanos: “Era profissão já praticada na Europa. O viajante representava firmas comerciais e industriais de Porto Alegre e eventualmente de centros produtores do interior. Percorria regularmente as colônias dos vales e d Planalto, e também a Campanha, estabelecendo relacionamento amistoso com o vendeiro, oferecendo mostruários, recebendo encomendas, cobrando faturas e entregando pedidos da viagem anterior. Paralelo levava também notícias sociais, esportivas e políticas, informando sobre os acontecimentos do mundo, sobre mercado e preços.”⁷⁴

⁷⁰ FLORES, Hilda Agnes Flores. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 98.

⁷¹ Id. ib., p. 98.

⁷² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 432.

⁷³ Id. ib., p.433.

⁷⁴ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 99.

1.11 O êxito da colonização

Como já foi visto, não foi fácil a integração dos imigrantes alemães com a população já existente no Rio Grande do Sul devido à língua diferente, ao desprezo das classes proprietárias luso-brasileiras pelo trabalho manual na agricultura, às dificuldades de adaptação à terra e ao clima.

O direito de acesso à terra para todos fez com que, inicialmente, houvesse poucas diferenças sociais e hierárquicas entre os imigrantes. Com o tempo, porém, elas surgiram e se fortaleceram. O sucesso colonial deveu-se a diversos fatores: posse da terra, proximidade dos mercados, meios de escoamento das mercadorias, consistência, coesão e saúde familiar, tradição nos trabalhos agrícolas; etc.

O êxito da colonização alemã deveu-se a múltiplos fatores: a fertilidade da terra, a abundância de água, acesso aos mercados, ao esforço da família colonial-camponesa, etc. Entretanto, não podemos jamais esquecer que o colono-camponês trabalhou, sobretudo, para alimentar e reproduzir o núcleo familiar, não havendo *enriquecimento* a não ser em casos singulares, como a proximidade da colônia de um centro consumidor, que permitia a especialização e intensificação da produção.

Desde a primeira geração, toda a família colonial-camponesa trabalhava, inclusive as crianças. Não havia muito tempo para o descanso. Conforme Jean Roche: “Apenas se toma tempo de preparar a refeição do dia seguinte: os homens e as mulheres, e muitas vezes as crianças, são absorvidos, de manhã à noite, no desbravamento da floresta. Se a derrubada e a queimada são tarefas masculinas, as mulheres semeiam, plantam, colhem, ordenham e devem ainda fazer o pão, a manteiga, etc.”⁷⁵ A mulher (mãe ou a menina moça) além de ajudarem nas tarefas gerais da colônia como a lavoura, o cuidado com os animais etc., dobravam seu tempo com os afazeres domésticos no qual o homem não participava: o preparo da comida, a costura, a limpeza da casa, o cuidado com as crianças.

Em *Uma história do Rio grande do Sul – O Império*, Mário Maestri comenta: “O lote era a unidade de base da economia familiar colonial. Praticava-se divisão etária, sexual e familiar das tarefas. Os homens responsabilizavam-se pelos trabalhos ligados à agricultura mercantil e ao trato dos animais de maior porte. As mulheres ocupavam-se das tarefas caseiras, hortas e cuidados da pequena criação. Elas intervinham ativamente ao lado dos homens em praticamente todos os trabalhos agrícolas. Segundo suas forças, as crianças

⁷⁵ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 559.

labutavam desde os seis anos. Havia tarefas artesanais masculinas e femininas e um verdadeiro desequilíbrio, em detrimento das mulheres e dos filhos, na divisão dos trabalhos.”⁷⁶

Todos os membros da família colonial camponesa trabalhavam, mas, tradicionalmente, quem administrava e se ocupava dos lucros do trabalho era o pai. Sendo complicada a divisão dos lotes, os filhos, muitas vezes, depois de labutarem com os pais, eram obrigados a continuar suas vidas procurando outra região de terras férteis.

Mesmo com as exigências do trabalho familiar nas colônias e as separações de pais e filhos, devido a procura de terras, o colonizador acabou garantindo sua sobrevivência e de sua família. O fato de ser pequeno proprietário de terras, distanciou-o do caboclo que, muitas vezes, sem ter como comprovar a posse das terras em que habitava, não contava com os mesmos direitos do colono.

1.12 O colono camponês e o caboclo

As privações e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes e descendentes europeus não portugueses no sul do Brasil, são lembrados com ênfase e paixão pela historiografia regional, sobretudo étnica, em geral apoiada nos depoimentos de pessoas entrevistadas. Isso eleva o colonizador a um herói e desbravador, relegando ao esquecimento os nativos e caboclos que habitavam essas terras antes da chegada de europeus não portugueses.

A figura do caboclo surgiu com a miscigenação e o processo de aculturação dos nativos em todo o Brasil e viviam, conforme Jussara Della Flora expõe em *Rosas na coroa, pranto na vida*, de “pequenos roçados, localizados distantes das casas, dedicados à subsistência, explorados com ferramentas rústicas; da coleta de pinhão e de outros produtos; da extração da erva-mate; da criação de animais soltos. Eles não praticavam o cultivo de planta de ciclo longo. Esse modo de vida nascia da amplitude do espaço físico e do pouco desenvolvimento tecnológico.”⁷⁷

Dilse Corteze, em *Ulisses va in América*, observa que o colono italiano, e podemos incluir o colono alemão, se vê com superioridade diante do nativo ou caboclo. O trabalho do caboclo era desprezado pelo colono camponês; “A superioridade que o colono julgava

⁷⁶ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do sul – O Império*. Passo Fundo:UPF, 2005. p.110.

⁷⁷ DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na coroa, pranto na vida*. Dissertação de Mestrado, UPF, 2005. p. 37.

possuir sobre o caboclo era, sobretudo, a do proprietário da terra sobre o não-proprietário. De certa forma, repetida a superioridade ocorrida na Itália, dos antigos senhores da terra sobre o arrendatário pobre, que fracassara miseravelmente na exploração da terra, tendo de emigrar em virtude das condições socioeconômicas a que era submetido.”⁷⁸

Com os imigrantes alemães não foi diferente. Os desajustes sociais, econômicos, as perseguições religiosas e as guerras, levaram muitos deixar parentes e terra natal para tentar a vida na região sul do Brasil. Mas a pouca aproximação entre os colonos e nativos e caboclos se deve a questão da propriedade e a forma de trabalho, segundo Dilse Corteze: “O caboclo e o colono possuem formas distintas de trabalhar. O caboclo brasileiro não recebeu terra para desenvolver a agricultura, nem teve experiência cultural e econômica voltada à policultura comercial.”⁷⁹

Os colonos que se instalaram nas colônias oficiais ou particulares eram donos de seus lotes e tinham uma certa dependência com o controle econômico dos comerciantes de produtos agrícolas. Diferentemente os trabalhadores caboclos dessas regiões, continuavam ligados ao estancieiro ou ao comerciante de mate. Para Paulo Zarth: “O colono escapava ao tradicional controle dos estancieiros e chefes políticos locais, que impunham ao lavrador caboclo uma sólida dominação política e econômica.”⁸⁰

Com o desenvolvimento da agricultura e a aceitação dos produtos coloniais, surgiu uma nova forma de relação onde o agricultor era explorado pelo comerciante. Paulo Zarth enfatiza: “A nova organização econômica local rompeu com a estrutura social em que os lavradores caboclos estavam fortemente atrelados aos coronéis-estancieiros.”⁸¹

⁷⁸ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in américa*. Passo Fundo:UPF, 2002. p. 165.

⁷⁹ Id. ib., p.165.

⁸⁰ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí:UNIJUI, 1997. p. 176.

⁸¹ Id. ib., p.176.



Fonte: Prefeitura Municipal.

Figura 2: Mapa do município de Ibirubá.

Mesmo sendo um município que depende essencialmente da agricultura, sua população está concentrada na zona urbana. Atualmente, com o número de 18.633 habitantes, 13.521 vivem na cidade e apenas 5.112 vivem na zona rural.

A zona urbana de Ibirubá é dividida pelos seguintes bairros: Bairro Chácara, Bairro Floresta, Bairro Hermany, Bairro Jardim, Bairro Odila, Bairro Progresso, Bairro Santa Helena, Bairro São Jacob, Bairro Unida.

Já na zona rural, encontramos as localidades de: Alfredo Brenner, Arroio Grande, Boa Vista, Capela Fátima, Esquina Erno Wayhs, Esquina São Carlos, Esquina São José, Fazenda Itaíba, Linha Duas, Linha Cinco, Linha Fior, Linha Seis, Linha Pulador Sul, Linha Pulador Norte, Passo Bonito, Pinheirinho, Rincão do Diesel, Rincão Seco, São Lucas, São Paulo Pontão,, São Roque, São Sebastião, Santo Antônio do Bom Retiro, Santo Antônio do Triunfo, Santo Antônio do Umbú e Várzea.



Fonte: Fotos Zamboni

Figura 3: Vista parcial de Ibirubá, 2007.

2.2 O princípio

A história do município de Ibirubá, antiga colônia General Osório, é consequência da imigração alemã colonial-camponesa no sul do Brasil. A Alemanha, como já assinalado, em inícios do século XIX, era formada por pequenos estados independentes, com dialetos e governos próprios e não era um país unificado. A situação dos habitantes dos estados germânicos não era das mais confortáveis devido à fome, à falta de terras, a ausência de trabalho, às guerras esporádicas que ocorriam na região.⁸²

Assim, a partir de 1824, imigrantes chegaram inicialmente em São Leopoldo e Novo Hamburgo – colônias velhas – e, mais tarde, espalharam-se e fundaram outras colônias. As terras ocupadas eram, ao menos para a administração, devolutas e não serviam para o latifúndio. Os colonos-camponeses instalaram-se em propriedades de uns setenta hectares, exploradas ao máximo com trabalho familiar. Tiveram muitos filhos, que depois

⁸² TATSCH, Dirce Terezinha. *Relações pais e filhos em diferentes comunidades étnicas*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 29.

de adultos não conseguiram terras na região e foram obrigados a partir para outras paragens, dando origem às “colônias novas”.⁸³

Segundo Ismael Vanini em *O sexo, o vinho e o diabo*, a produção das primeiras colônias alemãs no Rio Grande do Sul foi importante para a economia sulina, pois além “de produzirem gêneros alimentícios para os centros urbanos e emergentes, as pequenas propriedades policultoras incrementavam as receitas tributárias do Estado.”⁸⁴

2.3 A importância da estrada de ferro

Em fevereiro de 1882 foi fundado o Partido Republicano Riograndense, que esteve no poder, no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1890 e 1928, quando surgiram algumas colônias de iniciativas privadas. Apesar de não concordar programaticamente com a imigração, apoiou nos fatos a colonização, sobretudo espontânea. Além de colaborar com os deslocamentos dos recém-chegados até as colônias, ajudou no desenvolvimento dos meios de transportes para um melhor escoamento das mercadorias. Muitos municípios do Rio Grande do Sul se beneficiaram com a manutenção das vias aquáticas, a ampliação da rede rodoviária estadual e a criação de estradas de ferro em alguns lugares estratégicos. Com isso a região de Cruz Alta, município mãe da Colônia General Osório, também foi contemplada com uma ferrovia.⁸⁵

Conforme Mário Maestri em *HRS - A República velha*, as ferrovias estaduais passavam pelo sul, pela depressão central e norte: “Na Depressão Central, Santa Maria despontou como grande entroncamento ferroviário. Saindo da Margem do Taquari, uma estrada de ferro passava por Santa Maria (1885), Alegrete e Uruguaiana (1907). Também de Santa Maria, uma nova ferrovia chegava a Cruz Alta (1893), Carazinho (1899), Passo Fundo (1900), Erechim, Rio Uruguai (Marcelino Ramos) (1910). Em 1910, o transporte ferroviário ligou Cacequi, Bagé e Pelotas a Rio Grande. A linha tronco norte, Santa Maria-Marcelino Ramos, tinha 514 quilômetros.”⁸⁶

A inauguração do trecho da estrada de ferro Santa Maria - Passo Fundo, passando por Cruz Alta, valorizou a região, melhorou a locomoção e a comunicação dessas paragens

⁸³ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004 . p. 44.

⁸⁴ VANINI, Ismael. *O sexo, o vinho e o diabo*. Dissertação de mestrado- Universidade de Passo Fundo. 2002. p. 33.

⁸⁵ MAESTRI, Mario. *HRS-A República velha*. Passo Fundo. Ed. UPF, 2005. p. 64-65.

⁸⁶ Id. ib., p. 65.

um tanto isoladas das outras áreas do estado. Foi nesse período também que surgiu projeto oficial e de empresas particulares, oferecendo terras nas chamadas “colônias novas”. Segundo Paulo Zarth, em *História Agrária do Planalto gaúcho*, os alemães e seus descendentes, principais compradores de terras, tinham acesso a informações sobre a venda de terras na região através de jornais da época: “Os loteamentos rurais particulares eram anunciados através de jornais comumente lidos pelos colonos, nos quais nos foi possível verificar a dimensão e os detalhes do comércio de terras. Servimo-nos especialmente do periódico DIE SERRA POST e da sua versão em português, CORREIO SERRANO, que era largamente lido nas colônias alemãs do sul. Os alemães ou os seus descendentes eram os principais compradores de terras, por serem os mais antigos no Estado: sua população havia crescido além da capacidade de absorção dos lotes coloniais, levando em consideração o modelo de agricultura praticada.”⁸⁷

2.4 A Colônia General Osório

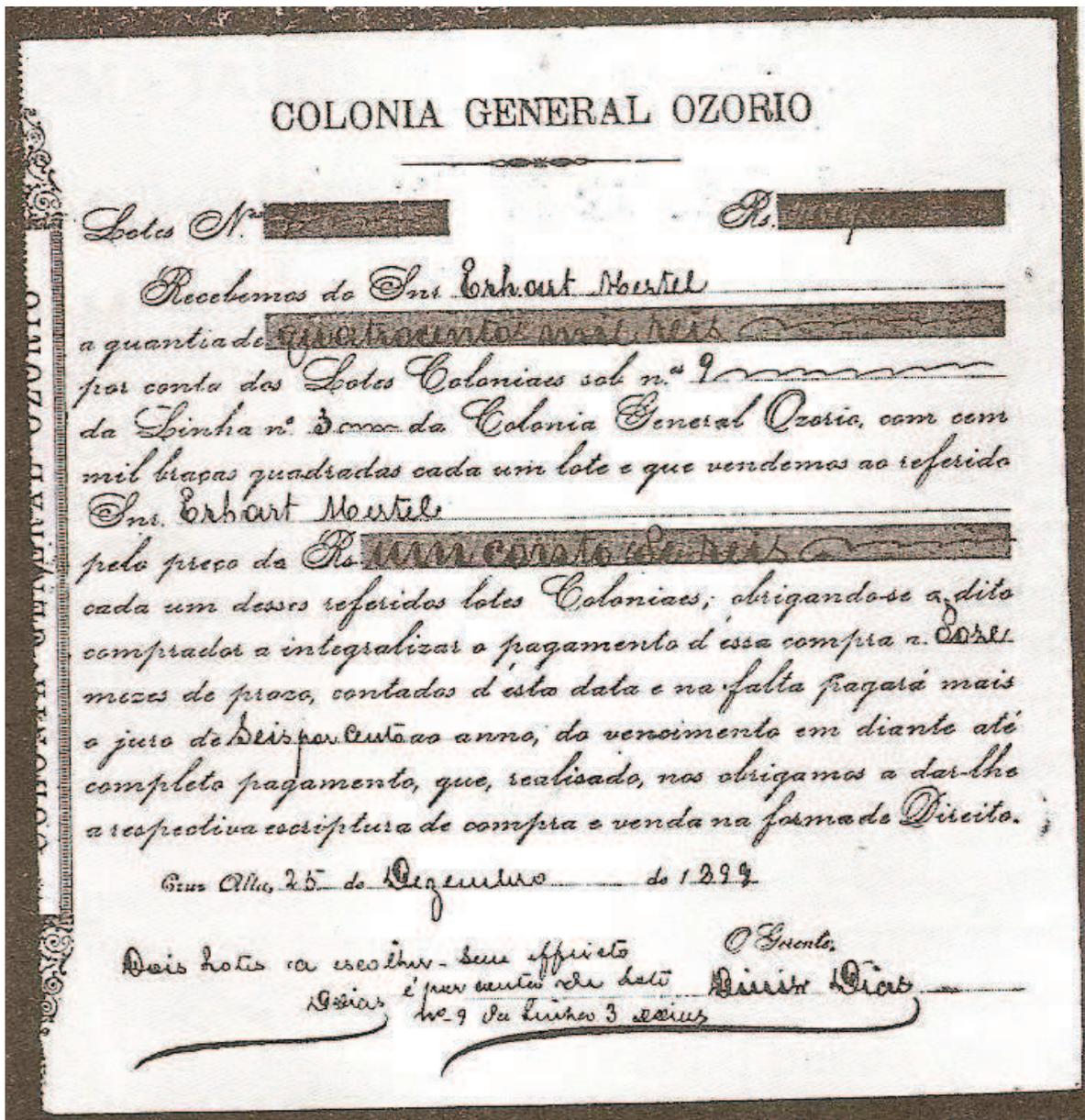
A procura e a necessidade de terras era evidente na medida em que a população das antigas colônias alemãs aumentava. No final do século XIX, já havia as colônias oficiais (do império e da província) e as colônias particulares de povoamento. Devido a isso, em 1898, a empresa Dias e Fagundes foi fundada pelo advogado Diniz Dias e o intendente de Cruz Alta, Serafim Fagundes, com o objetivo de colonizar uma área de terras de 143.354.728 m² adquirida de posseiros e do Estado, com as seguintes divisas: ao norte, limitava-se com terras de Antônio Rocha, Rodolfo Meira, João Hammel, José Lúcio Almeida e outros; ao sul com terras de Manoel Theodoro da Silva, João Theodoro da Silva, Senhorinha Rodrigues Curussú, João Ritter, João batista de Oliveira, João Mathias, Caetano Gonçalves, Manoel João Camargo, Justino José dos Santos e outros; ao leste com o travessão conhecido como Marco Grande, com terras do Estado e do Arroio Grande; e ao oeste com terras de Posse Machado e o Rio Lagoão (Jacuí Mirim).⁸⁸

A colônia recebeu o nome de General Osório e estava situada a sessenta quilômetros de Cruz Alta, da qual ficou vinculada como 7º distrito. Os colonizadores pagaram ao Estado duzentos contos de réis e as escrituras foram lavradas nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1899. Apesar da empresa oferecer poucos benefícios, comparada com as

⁸⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí. Ed.UNIJUÍ, 1997. p. 82.

⁸⁸ REVISTA IBIRUBÁ-RS. *Um coração aberto*. Rio Grande do Sul-25 anos. 1980. p. 3.

outras colonizadoras, em meados de 1899 começaram a chegar os primeiros colonos, vindos das colônias velhas e de Santa Cruz do Sul.⁸⁹



Fonte: Museu municipal.

Figura 4: Recibo expedido aos colonos pela colonizadora Dias e Fagundes.

Pouco se comenta sobre os antigos moradores de região antes da chegada dos imigrantes ou filhos de imigrantes alemães. Para os colonizadores que pagavam pela terra e foram os primeiros a tê-la registrada, esses posseiros eram pessoas de pouca importância. Entretanto, muitos deles serviam de mão-de-obra para desmatar e abrir estradas. O fato é que os lotes negociados por empresas colonizadoras não eram totalmente desabitados.

⁸⁹ REVISTA NOSSA TERRA. 50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história. Rio Grande do Sul. Edição Especial. 2005. p. 4.

Havia os caboclos que, encurralados pelo mercado das terras, foram obrigados a trabalhar como assalariados e, na sua maioria explorados.⁹⁰ Paulo Afonso Zarth lembra, em *História agrária do planalto gaúcho*: “A imigração dos colonos contribuiu para acelerar a ocupação das terras dos posseiros nacionais e, em consequência, aumentar a oferta de trabalhadores livres para as estâncias.”⁹¹

As colônias particulares de povoamento, principalmente alemãs, eram mais isoladas do que as oficiais, devido à escassez dos meios de comunicação. E a colônia General Osório (atual Ibirubá) fazia parte desses núcleos de povoamento surgidos no período, nessa região. Em *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, Jean Roche comenta: “As colônias particulares de povoamento essencialmente germânico penetram no planalto subindo o Alto Jacuí ou acompanhando a via férrea. São assim fundados, de um lado, os núcleos de Santa Clara (1896), Alto Jacuí (1897), Não-Me-Toque (1897), General Osório (1898), Dona Ernestina (1900), Selbach (1906), na bacia superior do Jacuí.” O mesmo autor assinala: “Essas colônias apresentam, aliás características um pouco diferentes das colônias oficiais. Fundadas por particulares ou sociedades, que não tiveram o mesmo cuidado que o Governo em desenvolver os meios de comunicação, estes núcleos estão mais isolados do que os do Estado.”⁹²

2.5 A chegada dos primeiros colonos

Após os levantamentos topográficos feitos pelo agrimensor Pretorius e seus auxiliares, Ehrhardt Mertel e Peter Nicknich, começaram a chegar à região do atual município de Ibirubá, em 1899, os primeiros colonos: Karl Krammes, Johann Stuzbecher, Juliusw Loppe, Heinrich Werner, Karl Maier; Erhardt Mertel e Heinrich Werner, que nasceram na Alemanha; em 1900, de Santa Cruz do Sul, vieram as famílias de Wilhelm Boness, Albert e Joseph Adiers, Hermanno Humm, Hermanno Spengler, Lorenz Kloh e Hermann Holdefer, além de Ernest Wilm, que era solteiro. No final de 1902 havia 24 famílias alemãs domiciliadas na colônia nova, que foi incrementada com a chegada de Friedrich Kunz, Friedrich Tauchert, Johann Gabe, Gustav Muller, August Bottcher, Richard Garmatz, Heinrich Knach, Karl Harnopp, Jakob Schveig, Karl Garmetz e Wilhelm

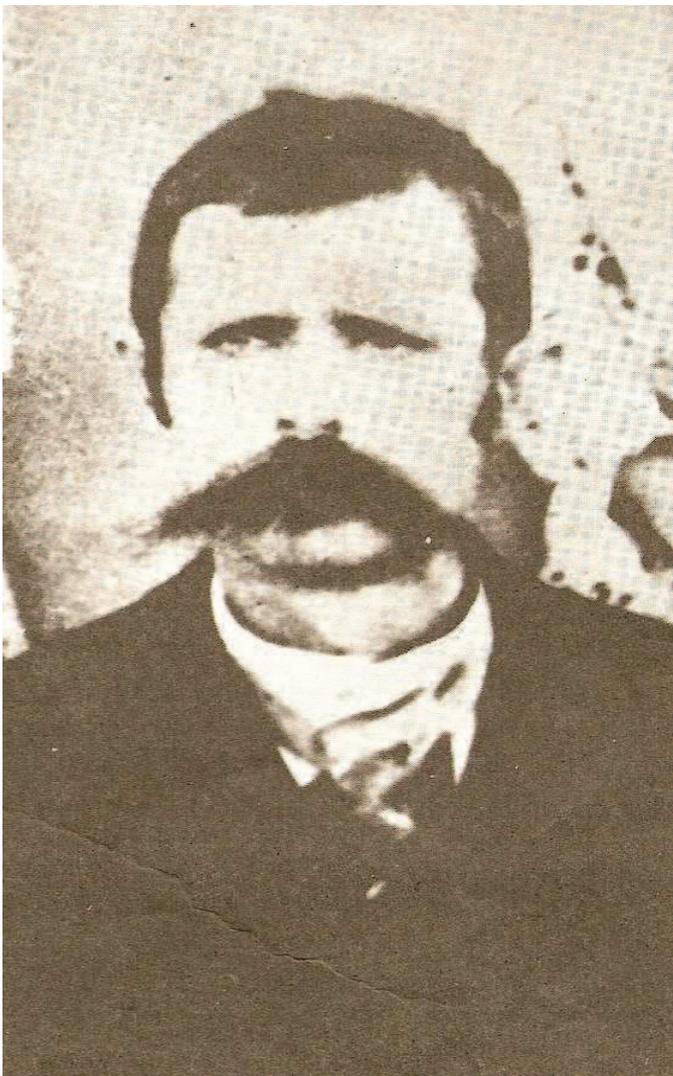
⁹⁰ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do planalto gaúcho*. Ijuí. Ed.UNIJUÍ, 1997. p. 98.

⁹¹ Id. Ib., p. 179.

⁹² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo. 1969. p. 131.

Geng. As primeiras famílias italianas, Nicolodi, Ciprandi e Camera chegaram algum tempo depois à colônia.⁹³

Karl Krammes, também conhecido como Carlos Krammes, nasceu no navio, durante a viagem transatlântica, quando seus pais imigravam da Alemanha para o Brasil, em 1866. Emigraram para Santa Cruz do Sul, onde Karl viveu até o ano de 1899. Nesse ano, decidiu comprar terras e começar uma vida nova com sua mulher, Joana Assmann Krammes. Sendo ele um dos primeiros colonizadores alemães da colônia General Osório, hospedava as famílias que mais tarde compravam terras, em um galpão improvisado e faziam as refeições em sua casa.⁹⁴



Fonte: Museu municipal de Ibirubá.

Figura 5: Karl Krammes, pioneiro da colonização alemã na Colônia General Osório.

⁹³ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul, 2005. p. 4. Edição especial.

⁹⁴ REVISTA IBIRUBÁ *Um século de história*. 1999. p. 7. Edição especial.

Jacob Reis era o agenciador encarregado pelos colonizadores de fazer as vendas dos lotes, de 25 a 50 hectares, nas chamadas “colônias velhas” e em Santa Cruz do Sul.⁹⁵

Os primeiros colonos viveram algum tempo no meio da mata virgem, em lotes que se comunicavam com os centros mais importantes por “picadas abertas” no mato. A maioria das famílias de colonos-camponeses vinha de trem até Cruz Alta e, após longa viagem de carroça, puxando cargas e repousando ao longo da difícil trilha, chegavam à região. Segundo parece, havia surpresa e desconsolo ao depararam-se com um lugar desconhecido e repleto de mata densa. Abrir picadas a facão e encontrar o melhor lugar para construir a moradia, perto de uma fonte de água, era a primeira das atividades dos recém chegados. Era costume, entre os colonos, a ajuda em mutirão para as construções das casas e galpões.



Fonte: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Ibirubá.

Figura 6: Construção das casas da colônia, em mutirão.

⁹⁵ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de integração* – ano 35. 1990. p. 7.

Depois de construídas as moradias, roçavam e derrubavam o mato, construíam pequenas lavouras de subsistência e criavam animais. A distância e as dificuldades de comunicação faziam faltar roupas, ferramentas e alimentos.⁹⁶



Fonte: Arquivo do Jornal Visão Regional de Ibirubá.

Figura 7: As carretas utilizadas pelos primeiros colonizadores, no final do século 19.

No início, a sede da colônia foi denominada Barão de São Jacob e, logo, recebeu o nome de General Osório. Provavelmente para evitar confusão com o município de Osório, teve o nome mudado para General Câmara, em 1938. Finalmente, para evitar futuros problemas de confusão com o município do mesmo nome, um estudioso e conhecedor da região (não se sabe o nome), membro do IBGE, impôs o nome Ibirubá, que na língua tupi-guarani, significa “pitangueira do mato”.⁹⁷

⁹⁶ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul, 2005. p. 5. Edição especial.

⁹⁷ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de integração – 35 anos*. 1990. p. 10.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 8: Colônia General Osório, 1905.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 9: Colônia General Osório, 1909.

As motivações eram muitas, mas a esperança de uma vida melhor parece ser o que levou os primeiros colonos a mudar para a região. Para Edgar Welzer, de 73 anos, a procura por terras melhores foi o motivo encontrado pelos avós para se instalar na colônia General Osório: “Pra procurá terra. Terras boas aqui; terras de pedra, principalmente procuravam. Meu pai veio de Estrela em 1900. Meu pai chegou com quatro anos.”⁹⁸ Loda

⁹⁸ Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

Klein, de 72 anos, comenta que a terra foi o principal argumento para que seus avós, vindos de Picada café, mudassem para a região: “A minha família é, veio da Picada café, lá de baixo, das colônias velhas. Meu avô, por parte de pai, veio aqui pra fundar Picada café aqui, que hoje existe, em 1917. meu pai tinha 12 anos. E daí, se colocaram aí e a filharada foi crescendo e as outras gerações já foram pra outras regiões, outros municípios. Mas a vinda deles pra cá foi exatamente a procura de terra. Essa foi a razão.”⁹⁹

Frederico Antônio Schüssler, de 58 anos, fala sobre as poucas coisas que havia na colônia quando da chegada de seus pais: “Olha, pra te ser franco, eles vieram prá cá pra tentar uma vida melhor. Meu pai trabalhava como pedreiro e minha mãe ajudava o sogro e a sogra numa padaria. Na época foi difícil até que eles se estabaleceram aqui em Ibirubá. Isso aqui era mato, tinha algumas casas só. Existia as trilhas onde passavam as carroças e os cavalos, porque a noventa anos atrás não existia carro.”¹⁰⁰

Conforme Flora Meinke, de 86 anos, seus avós vieram da Alemanha, onde trabalhavam como assalariados numa granja, mas queriam mudar de vida: “Meus avós vieram da Alemanha e vieram direto pra Ibirubá, na colônia Linha Duas [pertencente à Ibirubá]. E daí meu avó abriu mato ali e se fez uma terra, lavoura e lá se foi. Dali a meio ano a vó veio. Eles já eram casados na Alemanha, já tinham uma filha. Mas daí ele quis vim pra cá, porque eles trabalhavam lá pra uma, vamos dizer, granja assim. Lá o vô cuidava as ovelhas e a vó cuidava a casa, dentro de casa. Então eles resolveram vim embora, porque só empregados... eles queriam ser donos. Então aqui eles compraram a terra.”¹⁰¹

2.6 O isolamento

O isolamento devido à distância, nem tanto entre os vizinhos ou povoados, mas em relação aos centros maiores, as dificuldades de locomoção e de comunicação, eram comuns aos imigrantes alemães das primeiras colônias e, mais ainda, aos habitantes das colônias fundadas posteriormente. A paisagem alemã era diferente da encontrada no sul do Brasil. Enquanto que na terra natal a campanha era urbanizada, as terras riograndenses eram, em grande parte, cobertas por matas virgens e possuíam população dispersa. A penetração nas

⁹⁹ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

¹⁰⁰ Depoimento de Frederico Antônio Schüssler, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

¹⁰¹ Depoimento de Flora meike, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro dia 29-11-2006.

matas densas, o trabalho com um solo diferente, a construção das benfeitorias dentro dos lotes, a falta de ferramentas qualificadas para essas lidas e principalmente a solidão relativa foram as grandes dificuldades enfrentadas na época.¹⁰²

Isso não ocorreu apenas com os germânicos e seus descendentes, mas com os colonos camponeses italianos, segundo João Carlos Tedesco, em *Um pequeno grande mundo*: “Nos primeiros anos da colônia, o relativo isolamento físico e social abrigou os colonos a construírem sua auto-suficiência. Eles produziram vários artigos de consumo artesanais, bem como articularam relações econômicas com a terra centradas na família. Falando em isolamento, Ducatti neto relata que, no início do século XX, ao chegar ao sertão de Erechim, no Rio Grande do Sul, o que o abalou mais não foi propriamente o trabalho duro que foi obrigado a enfrentar, mas, sim, a solidão, o ambiente estranho e diferente e a ausência das diversões a que estava acostumado.”¹⁰³

René Gertz coloca, em *O perigo alemão*, que esse isolamento era visto por pessoas da época ou alguns historiadores como sendo falta de vontade ou motivação para uma maior integração com as comunidades não alemãs. A conservação da língua, dos costumes era sinal de um anti-nacionalismo: “Acusação repetida contra alemães e descendentes, desde o início da imigração em 1824, é o da não-integração. Esses colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticiudadania brasileira, mesmo para os descendentes que são brasileiros de fato e de direito.”¹⁰⁴

Lorraine Slomp Girom e Heloisa Eberle Bergamaschi escrevem sobre o assunto em *Colônia: um conceito controverso*, e colocam que além da elite brasileira, o povo pobre também discriminava os imigrantes recém chegados. Por isso, os encontros com os não alemães eram poucos: “Agrupados nas colônias, os imigrantes mantinham sua língua e seus costumes. Os contatos com os ‘brasileiros’ eram esporádicos, mesmo com membros das diretorias coloniais.”¹⁰⁵

¹⁰² REVISTA NOSSA TERRA. 50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história. Rio grande do Sul, 2005. p.4-5. Edição Especial.

¹⁰³ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo*. Passo Fundo. Ed.UPF, 2001. p. 0.

¹⁰⁴ GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1998. p. 13.

¹⁰⁵ GIRON, Lorraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 43.

2.7 Matas e serrarias

A Colônia General Osório era formada por matas onde predominavam o pinheiro e várias espécies de madeira de lei como a grápia, o cedro, a guajuvira, a canela, o angico, o tarumã. Essa vegetação foi fundamental para a construção das casas dos colonizadores e de comércio, que surgiram ao longo dos anos, e para o fornecimento da lenha para os fogões e fornos. O desmatamento exagerado da região aconteceu já nos primeiros anos de ocupação, pois os pinheiros excedentes e outras árvores eram cortadas e queimadas para abrir grandes espaços para as plantações, como já assinalado. Na época não havia consciência e preocupação com o meio ambiente.¹⁰⁶

Conforme depoimento de Loda Klein, de 72 anos, a vegetação do atual município de Ibirubá mudou radicalmente desde o tempo que ainda era apenas colônia General Osório devido a necessidade de abrir espaços para as lavouras: “Tinha no meu tempo de infância, na juventude também, os matos de araucárias. Tinha tanto pinheiro que hoje não tem mais nada. Tinha regiões que não crescia outra vegetação além do pinheiro. Como também tinha matos que dava só madeira de lei. Chamadas madeiras de lei porque, na época, o Getúlio criou uma lei que estas madeiras não poderiam ser exportadas, a lei proibia. Só o pinho araucária poderia ser exportado. Eu li uma vez num livro, porque eu era marceneiro. Cedro, cabriúva, grápia, todas essas madeiras que não fossem araucárias. As madeiras preciosas, de valor, hoje já não existem mais. Porque eu fui marceneiro durante vinte anos da minha vida. Chegavam enterrar torras inteiras pra desaparecer pra fazer lavoura. Quando a terra não dava mais outra coisa, era derrubado um outro pedaço de mato, pra roça nova. Não havia renovação.”¹⁰⁷

Com o passar dos anos, foram aparecendo serrarias na região do Alto Uruguai que aceleraram o desaparecimento de muitas matas. Em *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, Hilda Flores propõe: “Centenas de serrarias derrubavam os pinheiros nativos. Só em Passo Fundo e Cruz Alta havia 450 serrarias em 1924, das quais 139 em mãos de alemães. Cada tronco de pinheiro, vendido a meio reis, fornecia três dúzias de tábuas. As sobras da madeira eram empilhadas e queimadas periodicamente.”¹⁰⁸

Embora rudimentar e exclusivamente manual, uma das primeiras indústrias da colônia General Osório foi uma serraria, instalada às margens do rio Lagoão e que serviu

¹⁰⁶ REVISTA IBIRUBÁ. *Um coração aberto*. Rio Grande do Sul. 25 anos. 1980. p 17.

¹⁰⁷ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15 de maio de 2007.

¹⁰⁸ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p .72.

por muitos anos para o fabrico de tábuas. Era do tipo “quem está por baixo, leva serragem nos olhos” mas que ajudou para a aceleração do desmatamento. Várias estacas suportavam o tronco, numa altura de aproximadamente dois metros. Duas pessoas manuseavam a serra, uma acima e outra embaixo. Como já foi visto, a região era coberta por muitas árvores e em especial por pinheiros que, com o avanço do tempo, foram dando espaço às lavouras de soja.”¹⁰⁹



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 10: Serraria às margens do Rio Lagoão.

2.8 O moinho e a venda

Em 1901, foi resolvido um dos problemas mais aflitivos das famílias estabelecidas na região, com a construção de um moinho por Germano Kumm. Até então, o moinho mais próximo ficava em Rincão dos Valos (hoje Santa Clara do Ingaí), numa distância de 15 quilômetros. Em 1903, apareceram as primeiras casas de comércio de Germano Spengler, Pedro da Silva e Ernesto Hermany, onde era feita uma permuta de produtos: as famílias camponesas trocavam banha, galinhas, leite e ovos, produzidos em seus lotes, por açúcar, banana, café, tecidos, etc., trazidos de Cruz Alta.¹¹⁰

¹⁰⁹ REVISTA IBIRUBÁ-RS. *Um coração aberto*. Rio Grande do Sul – 25 anos. 1980. p. 17.

¹¹⁰ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo Regional de Integração - 35 anos*. 1990. p. 7.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 11: Antiga casa de comércio, construída em 1903.

O comerciante tinha uma função importante nas colônias. Ele comprava e negociava os produtos do colono, além de fazer a ponte entre o camponês e os centros urbanos. Na venda, eram encontrados utensílios que não se produziam na colônia, como artigos de farmácia, querosene, sal, tecidos. Os produtos farmacêuticos mais comuns, de uso caseiro eram as pomadas, xaropes contra a tosse, óleo para o cabelo, vermífugos, glicerina, fortificantes, esparadrapos e o conhecido bálsamo alemão. Telmo Lauro Müller comenta, em *Colônia alemã - imagens do passado*: “Todas elas tinham em comum sua aparência: enormes armários envidraçados que alcançavam o teto. Uma escada estava a um canto para alcançar lá em cima.”¹¹¹

Era o lugar que rompia o isolamento físico e cultural do morador da colônia; um lugar de contato dos colonos com a sociedade riograndense.¹¹² Para Loraine Giron e Heloisa Bergamaschi, em *Colônia: um conceito controverso*, primeiramente o tropeiro e depois o comerciante, ligavam os estrangeiros e filhos, com as pessoas que habitavam os arredores da colônia: “O intercâmbio comercial que propiciaria maiores contatos com os

¹¹¹ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – Imagens do passado*. Porto Alegre:EST, 1981. p. 74-75.

¹¹² SCHNEIDER, Sérgio. *A agricultura familiar e industrialização*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.23.

nacionais era feito pelos tropeiros que transportavam os produtos para os centros urbanos, e pelos comerciantes que os comercializavam e revendiam produtos industrializados nas colônias.”¹¹³

João Carlos Tedesco afirma em *Um pequeno grande mundo*: “É impossível falar da região Colonial Italiana ou alemã em nível de Brasil sem mencionar o comerciante. Ao redor desse ator socioeconômico surgem explicações sobre a origem da industrialização da Região Colonial e de outros espaços de maior amplitude. Ele é o elo de ligação de inúmeros processos econômicos locais na sua relação com o mundo externo à colônia.”¹¹⁴

Também no ano de 1901, Carlos Karnopp construiu uma serraria e moinho mais perto do povoado. Pode-se dizer que a partir dessa época o vilarejo começou a desenvolver-se e a colônia passou a receber cada vez mais famílias.¹¹⁵



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 12: Moinho de Carlos Karnopp.

¹¹³ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul:EDUCS, 1996. p. 43.

¹¹⁴ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo*. Passo Fundo ed. UPF. 2001, p. 35.

¹¹⁵ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de Integração - 35 anos*. 1990. p. 7.



Fonte: Museu municipal de Ibirubá.

Figura 13: Serraria de Carlos Karnopp, construída em 1901.

2.9 O canto

Em 1903, foi fundada a primeira Sociedade de canto “General Osório”. Foi criada por membros de confissão evangélica e tinha as características de um coral de interior. As reuniões para os ensaios eram feitas nas casas dos participantes. O objetivo do grupo era alegrar as festas, participar das comemorações cívicas, animar os cultos e participar de velórios. Parece ser algo pitoresco mas, para os imigrantes e seus descendentes era uma forma de superar as dificuldades e saudades, como coloca Hilda Flores em *História da imigração alemã no Rio grande do Sul*: “O canto, presente nos momentos de alegria e tristeza, era referencial de ligação de espaço e tempo do imigrante com seu passado cultural O canto fazia parte da esfera de nostalgia do colono, saudade da pátria e aceitação dos recursos, privações e valores da nova pátria.”¹¹⁶

Loda Klein, em seu depoimento coloca a importância de pertencer a um grupo de canto. Mais que um simples prazer de cantar, era uma forma de ser visto e lembrado pelas

¹¹⁶ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 131.

peças da comunidade: “A mãe ainda é sócia fundadora , aqui na Picada Café. Desde a fundação ainda é. O convívio dentro da sociedade, quem cantava era expoente, aparecia na sociedade. Existiam noites que nos salões de baile, o coral se apresentava para todos. Era silêncio total no salão.”¹¹⁷

Era costume nos estados germânicos o canto, a música, a leitura, pois o inverno era comprido e as pessoas passavam muito tempo durante o ano dentro de suas casas. Telmo Lauro Müller, em *Colônia Alemã – História e memórias*, propõe: “Daí o artesanato intenso com uma oficina caseira completa.”¹¹⁸ Então, o imigrante alemão trouxe para a nova terra a vontade de tocar instrumentos, cantar, formar corais e sociedades de cantos.¹¹⁹

Nas colônias italianas o canto tinha o mesmo sentido. Era uma fórmula para não esquecer a vida em outros tempos e lugares. João Carlos Tedesco escreve sobre o assunto em, *Um pequeno grande mundo*, lembrando que o canto era uma espécie de necessidade para o enfrentamento das dificuldades: “Antigamente, cantava-se no trabalho e no seu retorno, na estrada, na igreja, em casa, nos filós. Alguns analistas chegam a dizer que a colonização italiana no Rio Grande do Sul *se fez cantando*. Ou, então, que a primeira geração de imigrantes abateu as florestas, abriu os caminhos e assinalou a sua passagem cantando.”¹²⁰



Fonte: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Ibirubá.

Figura 14: Grupo musical do tempo do pastor Adam.

¹¹⁷ Depoimento de Loda Klein, de 72, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

¹¹⁸ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã – Histórias e memórias*. Porto Alegre:EST, 1981. p. 112.

¹¹⁹ Id. ib., p. 12-113.

¹²⁰ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: A família italiana no meio rural*. Passo Fundo. Ed.UPF, 2001. p. 25.

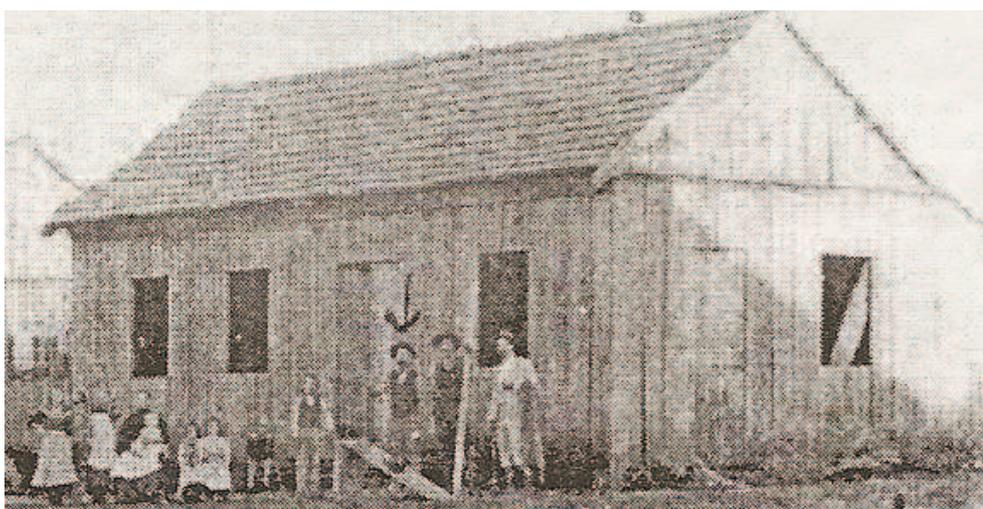


Fonte: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Ibirubá.

Figura 15: Coral misto da Comunidade Evangélica de Ibirubá (1938).

2.10 A primeira marcenaria e as igrejas

Em 1905, Karl Krammes fundou a primeira marcenaria. A colônia cresceu de tal maneira que, em 1906, já contava com mais de setenta famílias.¹²¹



Fonte: Arquivo do Jornal Visão Regional.

Figura 16: Primeira marcenaria da colônia, de Karl Krammes e sua família.

¹²¹ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo Regional de Integração - 35 anos*. 1990. p.8.

A Colônia General Osório se construiu a partir de trabalho duro, de dificuldades pela falta de certas ferramentas e até alimentos, pelo isolamento e também pela religiosidade. As primeiras famílias do lugar eram todas de confissão evangélica e eram atendidas por pastores de localidades vizinhas. Grande parte dos imigrantes alemães, que chegaram a São Leopoldo em 1824, era protestante. Conseqüentemente, seus descendentes também o eram.¹²² Hilda Flores comenta, em *História da Imigração Alemã*: “A imigração alemã trouxe uma novidade para o país, em termos de religião, até então formada pelo monobloco oficial da Igreja Católica, Apostólica, Romana, à qual se submeterem o indígena e o africano em sua condição de escravo. A religião estava dentre as preocupações primeiras dos imigrantes, sendo o aspecto que por certo mais efetivamente influenciou em suas vidas e na das colônias. Cerca de 56% dos assentados em São Leopoldo entre 1824-1830 eram evangélicos – trabalhadores livres, agenciados na Europa com promessa de liberdade religiosa.”¹²³

Em 1900, o pastor-viajante do Sínodo Riograndense, da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - Sudhaus, celebrou o primeiro culto. Em 1905, já fora construída uma sala para a realização dos cultos e no ano seguinte, vinte famílias resolveram fundar a Comunidade Evangélica Alemã e elegeram a seguinte diretoria: Henrich Wohlenberg, Gottlieb Graf, Karl Karnopp e Hermann Schwanke. Como pastor da igreja, assumiu no mesmo ano, Otto Arnold. Com a chegada de novas famílias evangélicas a comunidade ficou maior e surgiu a idéia da construção de uma nova igreja e uma escola. Então, em 1915, os membros fundaram um “Schulverein”, Sociedade Escolar na sede do povoado, hoje o Colégio Sinodal.¹²⁴

A IELB - Igreja Evangélica Luterana do Brasil - também ganhou espaço na Colônia General Osório. Quando a Igreja Evangélica Luterana “Emanuel” iniciou seu trabalho missionário no Brasil, em 1900, particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, a região das colônias novas se tornou o um dos alvos. Assim, em 1902, o pastor Wittrock começou suas pregações em Rincão dos Valos, onde passou a residir. Em 1954, com o pastor Walter Hesse, a sede ficou definitivamente em Ibirubá; nos primeiros quatro anos na atual Linha 4, depois, no centro do atual município.¹²⁵

¹²² GERTZ, René E. *Os luteranos no Brasil*. Revista da História Regional. 2001. p.1.

¹²³ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 105.

¹²⁴ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005, p. 30. Edição Especial.

¹²⁵Id. ib., p.29.

Quando chegaram os primeiros colonos católicos, não havia padre disponível para o povoado. Então, foram atendidos pelos padres Palotinos da paróquia do Divino Espírito Santo de Cruz Alta. A primeira missa, em 20 de setembro de 1904, foi rezada na residência do agricultor João Henrique Thiesen. A primeira capela foi inaugurada em 23 de setembro de 1909, em frente à praça General Osório, e ao lado ficava a Escola Católica. O primeiro vigário foi o padre Carlos Dietz, que tomou posse em 27 de janeiro de 1929, permanecendo até 1934. Em 1937 iniciaram os preparativos para a construção da nova e atual igreja matriz e cada família deveria participar com a doação de um valor mínimo correspondente a mil tijolos.¹²⁶

Como o povoado era pequeno no início da colonização, as igrejas evangélica e católica foram construídas próximas uma da outra. Protestantes e católicos relacionavam-se bem, mas havia a separação das escolas, onde o ensino era direcionado a sua crença religiosa. Além disso, não se admitia a união de católicos, evangélicos e luteranos através do casamento. Os pais não aceitavam namoro de filhos com pessoas de outra religião. Os pastores e padres desaconselhavam essa aproximação.¹²⁷



Fonte: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Figura 17: Ibirubá, aproximadamente no ano 1910. À esquerda, Igreja Evangélica (IECLB) e mais à direita, ao alto, a Igreja Católica.

2.11 O pastor e o padre

A religiosidade esteve presente na vida dos colonos. Era primordial fazer parte de uma instituição religiosa onde pastores e padres eram considerados e ouvidos pela população. Em *Ulisses va in América*, Dilse Piccin Corteze escreve sobre a importância da

¹²⁶ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul, 2005. Edição especial.p.29.

¹²⁷ Depoimento Regina Arlete Trein, 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 31-01-2007.

religiosidade para a aproximação das famílias camponesas italianas e para a superação da saudade da terra natal, o que pode ser estendido aos colonos camponeses alemães: “A religiosidade seria arma poderosa dos colonos, sobretudo ao chegarem ao Novo Mundo, elemento de congregação social. As ‘lágrimas de saudades’ do imigrante ao lembrar os domingos e as obrigações dominicais nas aldeias da Itália teriam sido ‘a força que os tirou do isolamento familiar para irem ao encontro dos vizinhos que viviam o mesmo drama e sentiam a mesma saudade’ Ou seja, o motor do associativismo colonial seria a fé religiosa.”¹²⁸

Em *Colônia: um conceito controverso*, Loraine Giron e Heloisa Bergamaschi propõem, certamente com algum exagero, que a religião foi o ponto de apoio para os imigrantes e descendentes: “Excluídos da nova terra, passaram por um longo processo de luto, pela perda de sua pátria e separação dos entes queridos. A adaptação parece ter sido lenta e dolorosa, na qual a religião teve papel fundamental.”¹²⁹

A confiança nos líderes das igrejas era grande. Alguns deles exerciam outras tarefas no vilarejo. Em 1909, o pastor Albert Adam veio à colônia e, sendo conhecedor de enfermagem, foi o pioneiro no setor de assistência aos doentes. Em casos de necessidade, chegava a fazer pequenas intervenções cirúrgicas. Em muitos registros de óbitos pode-se ler: “Atestado fornecido pelo pastor médico licenciado Albert Adam”. Ele atuou até 1920 como pastor e em 1924 voltou para a Alemanha.¹³⁰



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 18: Médico e pastor Albert Adam.

¹²⁸ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in américa*. Passo Fundo:UPF, 2002. p. 129-130.

¹²⁹ GIRON, Loraine Slomp; ERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 44.

¹³⁰ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de Integração - 35 anos*. 1990. p. 8.

Para a época, segundo a constituição castilhistista, não era necessário ser médico para trabalhar como tal, como coloca Mário Maestri em *HRS - A República velha*: “Também seguindo os princípios positivistas, aboliram-se os privilégios de diplomas, liberando-se o exercício livre das profissões no ‘território’ sul-rio-grandense. Na época, o Rio Grande não contava com instituições de ensino superior e os profissionais legalmente diplomados eram raros.”¹³¹

Em 15 de novembro de 1940, Franz Hümmler, conhecido como Padre Chico, nascido em Fretter Wesfália, na Alemanha, assumiu como responsável a paróquia católica, onde permaneceu por mais de trinta anos. Ele teve uma atuação bastante polêmica no município. Muitos ainda o lembram como líder religioso e político; outros o consideram intrometido e autoritário. O fato é que participou da emancipação do município (1955), foi eleito vereador pela ARENA (31 de janeiro de 1973 até 31 de janeiro de 1977), entre outras atividades, obtendo um poder expressivo sobre a população. Em 1979, devido sua idade e condição de saúde, retornou para a Alemanha, ficando como seu procurador, Lucindo Augusto Braganholo, advogado e professor, seu colega na escola Ginásio General Osório.¹³²



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 19: Franz Hümmler (Padre Chico) junto às crianças que fizeram a Primeira Eucaristia.

¹³¹ MAESTRI, Mário. *HRS: A República Velha*. Passo Fundo. Ed. UPF, 2005. p. 21.

¹³² REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá – Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005. p. 29 e p. 36. Edição especial.

2.12 O desenvolvimento agrícola da colônia

A colônia foi crescendo e a produção também. Por isso, com a intenção de solucionar o problema da comercialização dos principais produtos agrícolas, como a banha suína, o fumo em folha e outros gêneros, bem como o fornecimento das mercadorias de consumo aos moradores da colônia, reuniu-se, em 1911, um grupo de pessoas que fundou a “Genossenschaft General Osório”. Numa lista, que ainda existe, constam 87 nomes de associados fundadores. O primeiro presidente foi Heinrich Méier e o primeiro dirigente dos negócios foi Edmundo Kern. Serviu como primeira sede, uma construção de madeira, nos fundos do terreno, na esquina da rua do comércio com a Getúlio Vargas, acima da praça General Osório.¹³³

Para Hilda Agnes Hübner Flores, a idéia de cooperativismo foi trazida da Alemanha por um padre jesuíta: “É a idéia de solidariedade, embutida no cooperativismo que o jesuíta Teodor Amstad trouxe da Alemanha e desenvolveu na zona do minifúndio agrário. Imigrado em 1885, viu nas cooperativas de crédito que conheceu na Alemanha a solução aos problemas dos pequenos agricultores, impedidos de colocar seus produtos pela distância do centro consumidor.”¹³⁴

O imigrante alemão e seu descendente trabalhavam principalmente com a agricultura, diferente do luso-brasileiro que, com acesso ao latifúndio, deu ênfase à pecuária. Os colonos praticavam a policultura de grãos e legumes. E as condições do clima e do solo favoreceram o desenvolvimento da agricultura. As terras férteis, há pouco desmatadas, davam ótimos rendimentos nessa região do planalto riograndense. Paulo Afonso Zarth assinala em *História agrária do planalto gaúcho*: “Os rendimentos da produção nas áreas virgens era, logicamente, bastante elevado. Os imigrantes do início do século XX ficavam maravilhados com os enormes pés de milho que cresciam nas roças novas conquistadas à floresta.”¹³⁵

Não tendo sido abolida a escravidão no Brasil, em nenhum momento, o europeu substituiu o trabalho escravizado. Dedicou-se à agricultura em pequenas propriedades, com trabalho familiar, o que contribuiu para o povoamento das áreas consideradas pelo governo brasileiro como desabitadas.¹³⁶

¹³³ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo Regional de Integração - 35 anos*. 1990. p. 9.

¹³⁴ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST, 2004. p. 94.

¹³⁵ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí. EdUNIJUÍ, 1997. p. 131.

¹³⁶ Id. ib., p.179.

2.13 As escolas

A educação também foi uma preocupação dos colonos. Nos anos de 1907 e 1908, nas linhas do interior da colônia, foram criadas sociedades escolares tornando acessível o aprendizado para as crianças. Mas, nessas escolas, a língua falada era também o alemão pois os professores eram pessoas escolhidas entre os colonos, com alguma noção de matemática, sabendo ler e escrever, sem formação para tal.¹³⁷

A falta de escolas preparadas para atender as crianças e adolescentes, era um problema em todas as zonas colônias, inclusive nas colônias italianas como mostra Mário Maestri, em *Os senhores da serra*, onde a pessoa mais instruída entre os colonos era comumente responsável pela educação: “Esse mestre informal ministrava aulas precárias, em geral em sua casa, em troca de módica soma ou alimentos ou serviços. Ele lecionava as quatro operações e ensinava os alunos a ler e – nem sempre – a escrever.”¹³⁸

Em 1913, foi instalada a primeira escola primária pela Sociedade de Ensino General Osório, na sede, que funcionou como escola particular até 1942, passando então ao Estado. Contava com 48 alunos e o ensino, nos primeiros, era em língua alemã, já que os professores faziam parte da comunidade. Quando a escola passou para a responsabilidade do governo estadual, em 1942, os professores contratados vinham de Cruz Alta e a língua portuguesa passou a ser a oficial. A escola situava-se bem no centro do povoado, onde hoje é a avenida Getúlio Vargas.¹³⁹

As escolas dos imigrantes alemães e teuto-brasileiros se diferenciavam de outras por estarem vinculadas ao projeto de comunidade. Em *Os alemães no Sul do Brasil*, Lúcio Kreutz escreve: “Os estudos que tratam da imigração alemã no Rio Grande do Sul são praticamente unânimes em apontar alguns aspectos para os quais essa etnia deu atenção especial. Trata-se da escola comunitária, difusão da imprensa, ênfase no associativismo, organização das comunidades religiosas, criação de estruturas de apoio para dinamizar e canalizar as iniciativas locais e regionais, vinculando-as a um projeto comum. A escola foi uma das instâncias a merecer atenção especial dos imigrantes. E todas estavam vinculadas a uma perspectiva comum, a um projeto.”¹⁴⁰

A educação escolar não era privilégio apenas dos meninos na Colônia General Osório. A menina tinha seus afazeres em casa, na roça, trabalhando em serviços pesados,

¹³⁷ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de Integração - 35 anos*. 1990. p. 9. Edição especial.

¹³⁸ MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 120.

¹³⁹ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de integração - 35 anos*. 1990. p. 9. Edição especial.

¹⁴⁰ KREUTZ, Lúcio. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas. Ed. ULBRA, 1994. p. 152..

mas, tinha compromisso com o estudo, diferentemente das meninas-moças das regiões coloniais italianas, como coloca Jussara Maria Della Flora em sua dissertação de mestrado, *Rosas na Coroa, Pranto na Vida*: “Analfabetas por vontade expressa da ordem colonial, as meninas e mulheres mantiveram-se em situação de profunda subordinação, submetidas a uma dura exploração, familiar e extra-familiar.”¹⁴¹

Quando questionada sobre a educação na escola, Vilma Persch, de 78 anos, responde: “Óia, na escola, um lado é dos meninos e outro lado é das meninas. Mas a educação com a professora era igual.”¹⁴² Eli Welzer, de 71 anos, afirma o mesmo: “Isso era aquela classe, então, era parelho. Aquela classe entre meninos e meninas, isso era parelho né.”¹⁴³

2.14 A medicina e os hospitais

No início da colonização, não havia recursos médicos e a primeira e muitas vezes única solução encontrada quando adoecia alguém, era a medicina caseira. Segundo depoimento de Lira Sand, 71 anos: “Antigamente era na dura sorte.”¹⁴⁴ Mais tarde, conforme se viu, o pastor evangélico (IECLB) Albert Adam, cujo pastorado desenvolveu-se de 1909 a 1920, atuou como médico com a colaboração da diaconisas. Eram senhoras evangélicas, casadas e solteiras que se dedicavam à caridade, junto às igrejas evangélicas, organizando grupos de senhoras e ajudando na preparação dos cultos, atendimento ao primeiro jardim de infância da colônia e culto infantil.¹⁴⁵ Além disso, atendiam enfermos e assumiam responsabilidades em lugares onde existissem hospitais. Foram de grande ajuda nessa época, pois apoiavam o pastor, quando apareciam os casos de pessoas adoentadas. As diaconisas foram pressionadas a se retirar da colônia, em 1942, quando da “campanha de nacionalização”, imposta pelo governo de Getúlio Vargas, pois falavam pouco a língua portuguesa.¹⁴⁶

¹⁴¹ DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na Coroa, Pranto na Vida*. Dissertação de mestrado, UPF. 2005.

¹⁴² Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

¹⁴³ Depoimento de Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

¹⁴⁴ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-2006 e 13-5-2007.

¹⁴⁵ RESGATE HISTÓRICO – Centenário da comunidade Evangélica de Ibirubá/RS. 2007. p.114.

¹⁴⁶ Depoimento de Regina Arlete Trein 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 31-01-2007; RESGATE HISTÓRICO – Centenário da comunidade evangélica de Ibirubá/RS. 2007. p.114-115.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 20: Diaconisas evangélicas: Luiza, Sibila e Scheila.

Devido à necessidade, em 1928 foi fundado o primeiro hospital da colônia - Hospital Santa Helena. Após dez anos, em 26 de março de 1949, numa assembléia dos sócios fundadores, foi criada a Sociedade Hospital Santa Helena, que passou a administrar a casa de saúde, tendo como diretor presidente o médico Arlindo Fredrich, o qual iniciou seus trabalhos na colônia em 1946. Em 1977, o Hospital Santa Helena ficou sob responsabilidade da Cotribá (cooperativa).¹⁴⁷



Fonte: Arquivo do jornal Visão Regional de Ibirubá.

Figura 21: Fundos do Hospital Santa Helena em 1947.

¹⁴⁷ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. 2005. p. 33. Edição especial.

A história do Hospital Annes Dias iniciou muito antes de sua construção. Um agricultor de nome Theodoro vendeu sua propriedade em Arroio Grande (hoje interior de Ibirubá), para realizar a construção de um hospital na então Colônia General Osório. Comprou um terreno de Oswaldo Krames e, motivado pelo médico Carlos Ciro Campani, iniciou a construção que foi concluída em 1944. As obras eram acompanhadas pela Secretaria de Saúde de Cruz Alta. Em 1960 o Hospital foi vendido à Sociedade Hospitalar Beneficente Annes Dias. Seu primeiro presidente foi Olavo Stefanello. Em 1978, a Sociedade Hospitalar que passava por dificuldades financeiras, transferiu o Hospital para a responsabilidade da Coprel (cooperativa de eletrificação).¹⁴⁸



Fonte: Arquivo do Jornal Visão Regional de Ibirubá.

Figura 22: Hospital Annes Dias em 1944.

Para o entrevistado Loda Klein, a construção dos hospitais foi positiva para a colônia, apesar das “competições” que havia entre os médicos: “Eu vim pra vila em 1947 e já tinha os dois hospitais. Era uma grande concorrência entre eles. Inclusive havia uma guerra política porque o doutor Campani era de um partido e atendia o Hospital Annes Dias; o doutor Friedrich era de outro partido e atendia o Hospital Santa Helena. Para a vila era muito bom porque eles foram construídos.”¹⁴⁹

Segundo Telmo Lauro Müller, em *Colônia Alemã – Imagens do Passado*, a medicina caseira utilizada largamente pelos nativos brasileiros, também foi utilizada nas colônias alemãs: “Chás é que não faltavam na colônia. Esses conhecimentos faziam parte

¹⁴⁸ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá – Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005. p. 33. Edição especial.

¹⁴⁹ Dep. de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Reg. em 15-5-2007.

da herança indígena que nossa civilização herdou. Para qualquer coisa um chá de laranjeira era uma solução.”¹⁵⁰

Eram comuns os acidentes de trabalho na colônia. Mais ainda para as crianças, que na época precisavam ajudar nos trabalhos, muitas vezes, pesados. Telmo Lauro Müller escreve: “Qual a criança da colônia que não tem sempre alguma ferida? É o facão que em vez de cortar o pau, a cana ou a fruta, pegou no dedo ou na mão. É o prego na tábua do galpão que furou a camisa... e a pele. É o arame farpado que deixou sua arma na perna. Bolhas nos pés era a coisa mais comum. O sapato era pouco usado e quando se ia à igreja, a volta já era feita de pés descalços, pois as bolhas se faziam sentir.”¹⁵¹ Para os acidentes comuns, era necessário ter algum conhecimento sobre curas, até a chegada de um médico atendente ou transferência do ferido para um hospital.

Oswaldo Persch, de 83 anos, diz que os pais tratavam das doenças dos filhos em casa: “Cuidavam em casa e às vez levava em algum curador. Naquele tempo Ibirubá tava mal de médico.”¹⁵² A prática da benzedura e a cura através dos chás caseiros eram usadas para *resolver* as enfermidades e sofrimentos mais simples, aliviando pelo menos as dores. As plantas medicinais eram usadas por todos, tanto os moradores das cidades quanto os moradores do campo, ricos ou pobres e até médicos.¹⁵³ Lira Sand descreve: “Era tentado em casa. Eu nunca fui no hospital. Com gripe eu nunca fui prô hospital. Se afomentava com banha e cachaça, botava a compressa no peito e nas costinhas e daí, com febre botava compressa de água fria nos pezinho... um chazinho... Agora, o que tinha e que faleceu bastante criança era a falta de vacina. Falecia bastante criança: a cachumba, a tosse comprida, o grupe... Umass quantass doenças que matavam as crianças.”¹⁵⁴ A “tosse comprida”, lembrada pela depoente, era a coqueluche, doença infecciosa que tinha como característica a tosse violenta.

Wilma Schüssler, de 91 anos, lembra sobre os esforços dos pais: “Fizeram remédio, depois levavam no dottor. Era longe naquela época.”¹⁵⁵ Segundo Brumilde Friedrich, de 58 anos: “Primeiro sempre o chazinho. O meu pai sempre usava remédio de homeopatia, mandava trazê de São Paulo.”¹⁵⁶

¹⁵⁰ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã – Imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 36.

¹⁵¹ Id. ib., p.37

¹⁵² Depoimento de Oswaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

¹⁵³ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: EDUFMS; Bauru: EDUSC, 1999. p.190-191.

¹⁵⁴ Depoimento de Lira Sand, de 72 anos, residente em Ibirubá. Registro 20-9-2006.

¹⁵⁵ Depoimento de Wilma Schüssler, de 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006.

¹⁵⁶ Depoimento de Brumilde Friedrich, de 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9- 2006.

2.15 Os melhoramentos na colônia

Com o passar dos anos, surgiram os melhoramentos públicos. Em 1913, foi instalada a Agência do Correio, sendo nomeado como primeiro agente, Balduino Henrique Kochenborger. Inicialmente as correspondências eram levadas e trazidas de Cruz Alta a cavalo. Mais tarde, os cavalos foram substituídos por automóveis, tendo como motorista Albino Luft. Depois de um longo tempo, Reinoldo Simm colocou o primeiro caminhão-ônibus que transportava os passageiros e as correspondências.¹⁵⁷



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 23: Residência de Willy Kochenborger, onde funcionava o correio.

Nos primeiros tempos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, a figura do caixeiro-viajante ou “musterreiter”, como era chamado, fazia o papel dos correios, trazendo informações e, não raro, cartas. No lombo de um cavalo ou mula, ele percorria as colônias com seu mostruário e vendia alguns objetos, como agulhas, chapéus, ferramentas, linhas, perfumes, rendas. Além disso, e não menos importante, trazia notícias das cidades para os interiores, deixando os colonos camponeses a par do que estava acontecendo no

¹⁵⁷ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de Integração - 35 anos*. 1990. p. 8 . Edição especial.

mundo. Com o desenvolvimento dos transportes e crescimento das povoações do interior, o caixeiro-viajante deixou de existir.¹⁵⁸

Até 1914, a povoação pertencia ao distrito de Rincão dos Valos. Depois, foi elevada à categoria de 7º Distrito de Cruz Alta pelo intendente Coronel Firmino de Paula Filho, sendo nomeado sub-intendente e sub-delegado de polícia o capitão Henrique Zeilmann; como juiz distrital, Alberto Veeck e escrivão distrital Ulysses Eugênio da Rosa.¹⁵⁹ A ligação telefônica com a cidade de Cruz Alta foi estabelecida em 1906. A barca sobre o rio Lagoão (Jacuí Mirim) foi substituída por uma ponte, em 1918, facilitando o transporte e melhorando todos os setores de atividades econômicas.¹⁶⁰

Em 1922, com ajuda financeira de Theodoro Fredrich, Willy Reichembach ligou um gerador elétrico à roda de água, do engenho de serrar, de propriedade de João Thiesen. Desde então, a eletrificação foi aperfeiçoada de ano para ano, surgindo mais tarde sociedades que melhoraram o fornecimento de luz para o vilarejo, como a empresa de Energia Elétrica General Osório. Mas, ainda naqueles anos era difícil obter luz elétrica com eficiência.¹⁶¹

Em 1945, Ibirubá era uma vila pacata, com casas esparsas nas poucas quadras urbanizadas, ruas sem passeios, gramados com vacas e cavalos pastando tranqüilamente. A luz elétrica que era fornecida somente para uso caseiro, apresentava deficiências: só depois das 22 horas é que as famílias conseguiam reunir-se para escutar o rádio. Até 1949 as oficinas e as indústrias tinham a sua própria força motriz, com motores velhos a óleo, gasolina e mesmo gás. Com a criação e inauguração da usina hidrelétrica da empresa Força e Luz Pinheirinho Ltda., que utilizou como fonte geradora a queda d'água do Rio Pinheirinho, as indústrias entraram em nova fase de expansão, modificaram e ampliaram as suas instalações. Novas máquinas e motores elétricos foram adquiridos e, com isso aumentou a produção. Pode-se dizer que foi justamente a energia elétrica que deu novo impulso ao desenvolvimento de setores econômicos da antiga colônia General Osório.¹⁶²

¹⁵⁸ MÜLLER, Telmo Lauro, *Colônia Alemã – Histórias e Memórias*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 121.

¹⁵⁹ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo Regional de Integração - 35 anos*. 1990, p. 9. Edição especial.

¹⁶⁰ REVISTA IBIRUBÁ. *Um coração aberto - 25 anos*. 1980, p. 12. Edição especial.

¹⁶¹ Id. ib., p. 13.

¹⁶² REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005, p.5.

2.16 Anos difíceis

O projeto de nacionalização, que ocorreu, sobretudo nos anos do Estado Novo, trouxe sérios conflitos para o colono alemão. Nos lugares públicos, havia a obrigatoriedade da língua portuguesa, que provocou confusão na mente das crianças e adolescentes, além de dificultar a comunicação das pessoas mais velhas. E para agravar a situação, a Segunda Guerra aumentou a vigilância sobre os alemães.

Sérgio R. Dillenburg escreve em, *Tempos de incerteza*, certamente exagerando nos ritmos e razões desse processo: “Mesmo antes da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 22 de agosto de 1942, o nacionalismo desencadeado pelo Estado Novo alcançava aceleradamente os bolsões das minorias étnicas, forçando-os à absorção de um integral espírito de brasilidade, ao esquecimento a cultura e a língua cultivada por seus ancestrais.”¹⁶³

Conforme relato do livro *Resgate histórico – Centenário da comunidade evangélica de Ibirubá*, as pessoas não podiam ter em seu poder qualquer escrito na língua alemã: “Durante a II Guerra Mundial mais uma vez, as pessoas viviam angustiadas não saíam mais de casa e por medo, não abriam a porta da casa antes de espiar quem se encontrava atrás dela com receio do que lhes pudesse acontecer. As perspectivas de futuro não eram as melhores. Nessa época, os policiais, informados por delatores (Deutschfresse) invadiam as residências, em busca de tudo que identificasse o idioma alemão. Entre estes objetos, as bandeiras, quadros que tivessem escritas alemãs eram destruídos, livros e documentos foram recolhidos. As pessoas tentavam resguardar escondendo e até enterrando, aquilo que lhes era de maior valor sentimental da língua alemã.”¹⁶⁴

Em tempos de guerra a gasolina era racionada e somente taxistas e motoristas de ônibus recebiam o combustível. Por isso, surgiu a idéia com Athanásio Schneider, de fazer o “gás pobre” a base de carvão vegetal. Temporariamente funcionou para a locomoção de alguns carros da época.

Também foi um período de descaso das autoridades em relação à colônia. As estradas do interior eram conservadas pelos colonos. Quem possuía um lote de terra trabalhava durante sete dias ao ano na estrada, ficando isento do imposto territorial. Em cada turma atuava um capataz, responsável para supervisionar os trabalhos. Em certos

¹⁶³ DILLENBURG, Sérgio R. *Tempos de incerteza*. Porto Alegre: EST, 1995. p.84.

¹⁶⁴ RESGATE HISTÓRICO – *Centenário da comunidade evangélica de Ibirubá/RS – 1906-2006*. 2007. p.141.

pontos, mulheres e crianças também ajudavam nessa tarefa, conforme se vê na próxima figura.¹⁶⁵



Fonte: Comunidade Evangélica (IECLB) de Ibirubá.

Figura 24: Grupo de colonos se preparando para os trabalhos de manutenção da estrada. Ao fundo, a casa da família de João Kuffel.

2.17 A emancipação

Por volta de 1953, iniciou-se o movimento pró-emancipação da região, com campanha que percorreu todo o interior do futuro município, preparando o plebiscito, que culminou com a criação do mesmo, em 15 de dezembro de 1954, pela Lei Estadual nº 2.528. Foram anexados os distritos de Alfredo Brenner e Quinze de Novembro, que em 1987, passou a ser um novo município. Em 28 de fevereiro de 1955, foi instalado o município de Ibirubá, com a posse do primeiro prefeito Edgar Otto Fleck e do vice Edmundo Roewer. A comissão que se formou para iniciar o movimento pela emancipação contava com Franz Hümmler (padre Chico), Henrique Roetger, Theobaldo Becker, Edgar Otto Fleck, Edmundo Roewer e Ari Rui Ritter. Olando Schäfer, Edgar Wommer e Lindolfo Jandrey foram responsáveis para recolher assinaturas e o número do título de eleitor dos moradores da colônia.¹⁶⁶

O município contou com os seguintes prefeitos: Edgar Otto Fleck, do PSD (1955 a 1959), Edmundo Roewer, do PSD (1959 a 1963), Olavo Stefanello, do PSD (1963 a 1969),

¹⁶⁵ RESGATE HISTÓRICO – Centenário da comunidade evangélica de Ibirubá?RS – 1906-2006. 2007 p. 131.

¹⁶⁶ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá – apenas o início de uma grande história*. 2005. p.5.

Frederico Gunnar Dürr, da ARENA (1969 a 1973), Celso Maia Tagliari, da ARENA (1973 a 1974), Edgar Otto Fleck, da ARENA (1974 a 1977), Neri Zeilmann, da ARENA (1977 a 1983), Olando Kanitz, da ARENA (1983 a 1988), Mauri Eduardo de Barros Heinrich, da PMDB (1989 a 1992), Mathias Jacobs, do PDT (1993 a 1996), Olando Kanitz, do PPB (1997 a 2000), Mauri Eduardo de Barros Heinrich, do PMDB (2001 a 2004) e novamente Mauri Eduardo de Barros Heinrich, do PMDB (2005 a 2008).¹⁶⁷

Entre 11 e 15 de abril de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, Olavo Stefanello, acompanhado por caravana de líderes locais, recebeu o diploma oficial conferido a Ibirubá, de Município Modelo do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo os relatórios do CISPE (Centro de Investigação Social, Política e Econômica): “Da observação do funcionamento da comunidade de Ibirubá, em seus aspectos culturais, religiosos, educacionais e recreativos, chegou-se à conclusão de que o comportamento social está ajustado às normas convencionais. Não há ambiente para vícios sociais, como o jogo, a prostituição, o alcoolismo e o uso de entorpecentes.”¹⁶⁸ Como decorrência da vitória, Ibirubá recebeu em comodato, por dez anos, um caminhão-caçamba, um gabinete odontológico montado sobre o chassi de uma Kombi e um trator esteira, além de algumas verbas federais.¹⁶⁹

2.18 A economia

Até a emancipação do município, predominava na colônia a economia de subsistência, destacando-se a suinocultura, para a produção de banha e carne e as atafonas, para o fabrico de raspa e de farinha de mandioca que servia de alimento, principalmente para os porcos. Para complementar essas atividades, foram surgindo pequenas indústrias como marcenarias, olarias, serrarias, moinhos, cervejarias, monjolo, frigorífico, fábrica de enlatamento de fumo, de selas de cavalo, de óleo de linhaça.¹⁷⁰

Quanto à circulação de mercadorias, existia neste período pequenas casas comerciais, como a Cotribá (1971), Fleck e Cia Ltda, Germano Hepp e Cia Ltda. No início do século XX, o transporte das mercadorias era feito por cavalos e mulas e por carroças

¹⁶⁷ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá – Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005, p.47

¹⁶⁸ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de Integração - 35 anos*. 1990, p. 78. Edição especial.

¹⁶⁹ Id. ib., p. 75.

¹⁷⁰ Id. ib., p.14.

puxadas por mulas. A partir da década de 1930, surgem os primeiros veículos motorizados.¹⁷¹

Já nesse período, havia rica diversificação de culturas: criação de gado, produção de arroz, batatinha, cana-de-açúcar, feijão, linhaça mandioca, milho, trigo, enfim, tudo que se fazia necessário para a subsistência da população. E excedente era comercializado, comprando-se, especialmente açúcar, café, combustível, sal, vestuário, ou seja, gêneros de primeira necessidade não produzidos na colônia.¹⁷²

Com o surgimento da modernização na agricultura, por volta de 1950, desapareceu a policultura e abriu-se caminho para a monocultura de trigo e da soja. Queimaram-se os canaviais, arrancaram-se os ervais, desapareceram alambiques, atafonas, moinhos. Com a abertura do crédito bancário, surgiram as máquinas e os implementos que facilitaram o trabalho do agricultor e conduziram a agricultura ao binômio trigo e soja. Com isso, tornou-se desnecessária a mão de obra familiar e o produtor deixou de produzir as culturas que exigiam mais trabalho manual. Acabou sendo consumidor dos gêneros que antes ele mesmo produzia. Decaiu igualmente a taxa de expansão demográfica.¹⁷³

Em *História econômica do Rio grande do Sul*, Carlos Alves Müller escreve: “O acelerado crescimento da lavoura de soja gerou uma renda monetária para os produtores (inclusive pequenos) que dificilmente seria obtida de outra forma. Não foram poucos os casos de pequenos produtores que eliminaram galinheiros, pocilgas e pequenas pastagens para aumentar a área de soja, passando a adquirir alimentos que antes produziam para o comércio. A ‘febre da soja’ fez com que o estado se transformasse no maior mercado nacional para certas linhas de máquinas e insumos agrícolas.”¹⁷⁴

A produção em maior escala e a falta de local para armazenamento na própria lavoura exigiram a aquisição de tratores, caminhões, carretas adaptadas para o transporte dos produtos aos celeiros das cooperativas ou firmas compradoras. O agricultor, filho do antigo colono, foi se tornando escravo dos financiamentos e dos contratos. Foi obrigado a esperar nas filas dos bancos e das cooperativas e a ceder às exigências burocráticas. Precisou correr e comprar um carro menor, para transportar as compras menores dos

¹⁷¹ REVISTA IBIRUBÁ; *Pólo regional de integração – 35 anos. 1990* p.15. Edição especial.

¹⁷² Id. ib., p. 15.

¹⁷³ Id. ib., p. 16-17.

¹⁷⁴ MÜLLER, Carlos Alves. *História econômica do rio grande do Sul*. Porto Alegre: Ed.Grande Sul, 1998. p. 201.

supermercados que antes produzia em seu lote. Em consequência, foram desaparecendo as pequenas indústrias.¹⁷⁵

Atualmente, Ibirubá conta com algumas metalúrgicas e indústrias de implementos agrícolas, também dependentes da agricultura da região. Assim como os outros municípios colonizados no início do século passado, Ibirubá teve um bom desenvolvimento até a emancipação. Com a troca da policultura para o plantio do trigo e principalmente soja, muitas famílias dos antigos colonizadores mudaram sua forma de trabalhar, produzir e viver.¹⁷⁶

Algumas pequenas indústrias que surgiram nos primeiros tempos da colônia desapareceram para dar lugar às maiores que hoje fazem parte do cenário da cidade.

Não apenas imigrantes e descendentes de alemães colonizaram a Colônia General Osório. Os italianos participaram de seu povoamento deixando uma riqueza cultural junto com os poucos caboclos e antigos posseiros que “teimaram” em continuar vivendo na região, servindo de mão-de-obra para os colonizadores que pagaram pelas terras.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 25: Pequena fábrica de queijo – Início da colonização.

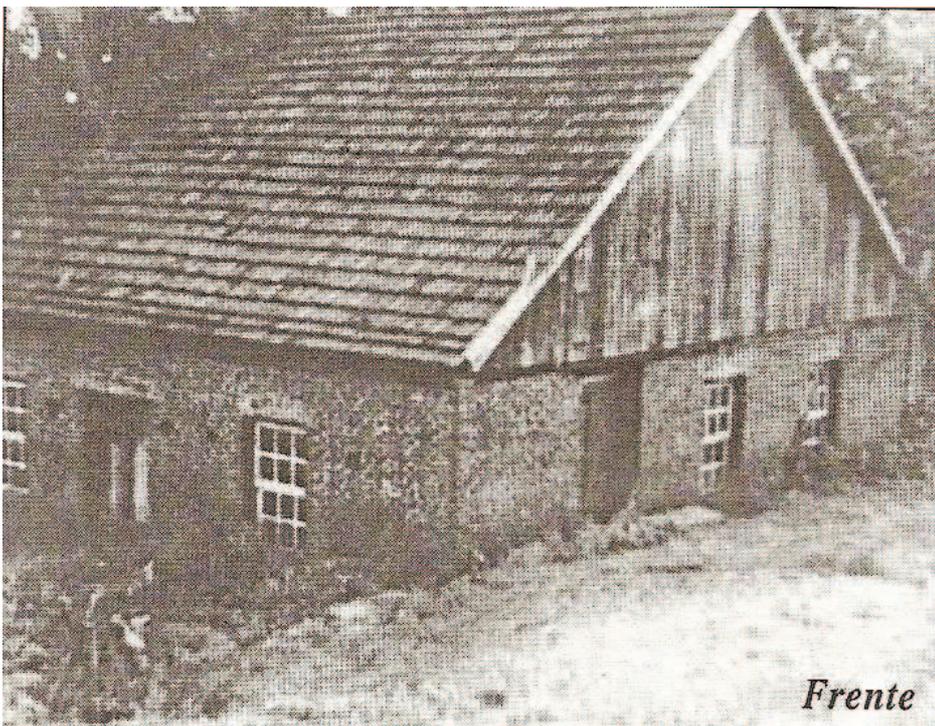
¹⁷⁵ REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de Integração - 35 anos*. 1990, p. 16-17. Edição especial.

¹⁷⁶ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá - Apenas o início de uma grande história*. 2005, p.4-5. Edição especial.



Fonte: Museu municipal de Ibirubá.

Figura 26: Seção de enlatamento de fumos de Henrique Zeilman – Início da colonização.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 27: A primeira cervejaria da colônia (1915).



Fonte: Arquivo do Jornal Visão regional.

Figura 28: Ferraria de Lino Bomann (1939).

3 A PRODUÇÃO COLONIAL E A VIDA DOS IMIGRANTES E TEUTO-BRASILEIROS

As colônias dos imigrantes alemães e de seus descendentes diferenciavam-se das áreas dos luso-brasileiros, da região da Campanha, devido à pequena propriedade e ao grande número de povoações ou vilarejos próximos um dos outros. Nas outras áreas sul-rio-grandenses, devido ao latifúndio, havia uma grande distância entre uma propriedade e outra, favorecendo o isolamento de um vizinho e outro.¹⁷⁷ O isolamento relativo das colônias germânicas acontece em relação aos centros maiores, como já assinalado.

O povoamento dos imigrantes alemães não se realizou de maneira espontânea, pois o governo brasileiro é que fez a distribuição das terras para a colonização. Para Jean Roche, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, as “colônias alemãs constituem uma série de ‘áreas’ que sobressaem do resto do Rio Grande pela precisão dos limites dentro dos quais os homens adotaram ou conservaram um gênero de vida característico.”¹⁷⁸ Até chegar à aquisição real dos lotes, desde o início das demarcações, 1824, em meados do século 19, os primeiros imigrantes passaram momentos de muito conflito e tensão. Isso se deveu ao duvidoso comportamento de Schaeffer (responsável pelo recrutamento de colonos alemães) e do inspetor da colônia, José Tomás de Lima, como já foi visto. Os contratos eram mal elaborados e a demarcação das terras foi bastante demorada. Para Marcos Justo Tramontini, no livro *Os alemães no Sul do Brasil*, o “processo de colonização com imigrantes alemães no Rio Grande do Sul teve como um dos seus focos de maior tensão e geração de conflitos a questão da propriedade da terra. Se a promessa de se tornarem proprietários se colocava como o mais intenso motivador da aventura emigratória, a terra vai constituir-se no bem maior dos colonos. Ao mesmo tempo, a

¹⁷⁷ SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.29.

¹⁷⁸ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 176.

imigração, tanto no seu caráter de colonização, como no de importação de mão-de-obra branca e livre, participou do processo, por vezes dramático para seus agentes da organização fundiária brasileira que se desenvolveu durante o século XIX e onde se consolidou a propriedade privada da terra.”¹⁷⁹

Esse problema do registro e propriedade dos lotes, se arrastou por muito tempo em algumas regiões, mais precisamente em Santa Cruz do Sul, onde especuladores, que através de fraudes, legitimaram uma grande área de terras e revendiam aos colonos por preços fora do mercado da época. Nas regiões da Serra e do Planalto existia uma indústria de legitimação fraudulenta das terras públicas, onde os lotes não foram demarcados com precisão, criando uma insegurança e desconfiança dos colonos.¹⁸⁰ Jean Roche expõe: “Pode-se dizer que, durante todo o século XIX e, por vezes, ainda no XX, a vida das colônias foi agitada pela questão do cadastro dos títulos de propriedade. O tranqüilo prazer da posse era turvado pelas ameaças de expropriação, de reivindicações ou de indenizações que criavam uma agitação endêmica dos espíritos e tornavam sempre precária a propriedade. Essa incerteza, acrescida à valorização das terras, explica a aspereza das reivindicações, pois o colono não podia viver sem terra para cultivar.”¹⁸¹

3.1 O lote e a picada

Desde o início, as colônias alemãs mantiveram a mesma estrutura agrária. A forma retangular dos lotes foi medida e distribuída pelas pessoas da administração que cuidavam desses assuntos. Em geral, a frente dos lotes de terras media 220 ou 110 metros; o comprimento desse retângulo era de 2200 a 3200 metros de fundos. Essa média se encontrava comumente em todas as antigas colônias. Segundo Jean Roche, em *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, a superfície dos lotes entregues aos colonizadores foi diminuindo com o passar dos tempos: “A principal cláusula do contrato apresentado aos primeiros imigrantes de 1824 era a concessão, a título gracioso, de uma colônia de 160.000 braças quadradas, ou seja, 77 hectares. Aplicou-se esse regime apenas em São Leopoldo, Tórres, Três Forquilhas e em Santa Cruz do Sul, nos primeiros anos. A área da propriedade concedida aos imigrantes que se instalaram a partir de 1851, foi

¹⁷⁹ TRAMONTINI, Marcos Justo. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 55.

¹⁸⁰ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 567-568.

¹⁸¹ Id. ib., p. 568.

reduzida a 100.000 braças quadradas, isto é, 48,4 hectares. Constituiu a da colônia-tipo quase até fins do século XIX. A contar de 1889, nas colônias, a superfície já não era senão de 25 hectares, unidade que se chamou ‘lote colonial’. Foi a área adotada pelas empresas particulares de colonização.”¹⁸²

Nos lotes, depois de demarcados, os colonos proprietários abriam uma clareira, onde construíam a moradia e uma série de instalações complementares: um curral para porcos, a estrebaria, paiol, etc. O acesso entre uma propriedade e outra era feita através da picada, que nada mais era do que uma trilha entre terras e matas. Mas, com o passar dos anos, a chamada picada passou a ser um lugar comum e referencial para os colonos como lembra Martin N. Dreher, em *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*: “Era unidade humana, na qual se encontrava templo, a escola, o cemitério, a residência do professor ou do padre/pastor, o salão de festas comunitárias. Cada picada abrigava uma casa comercial, entreposto para o qual eram vendidos os excedentes de produção e através do qual se adquiriam bens não produzidos na comunidade.”¹⁸³

Alguns serviços estratégicos foram aparecendo, para um melhor funcionamento da picada: alambiques, carpintarias, ferrarias, funilarias, marcenarias, moinhos, etc., e também profissionais como o alfaiate. Martin N. Dreher escreve: “O bem estar da picada dependia do bem estar das famílias.”¹⁸⁴ Se criou nela uma unidade de moradores que se ajudavam mutuamente na época de colheita, nas festividades, no luto, na doença de algum vizinho, etc. A picada também era conhecida como Linha.¹⁸⁵

Uma consequência da propriedade colonial foi a saída de descendentes alemães para procurar novas terras e começar uma nova vida. A divisão dos lotes acontecia, devido ao grande número de filhos dos primeiros imigrantes. Para Jean Roche, os imigrantes e descendentes eram proprietários e ao mesmo tempo pioneiros, pois “foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e a continuar ou voltar a ser pioneiros”¹⁸⁶.

A chegada dos colonizadores europeus não portugueses mudou a paisagem do sul do Brasil. Eles impuseram seu domínio e sua maneira peculiar de exploração das riquezas extraídas da terra e da exploração do trabalho familiar. E um dos sinais da presença dos

¹⁸² ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 321.

¹⁸³ DREHER, Martin N. *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 15-16.

¹⁸⁴ Id. ib., p.18

¹⁸⁵ Id. ib., p.14.

¹⁸⁶ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p.317.

alemães no Rio grande do Sul foi, conforme Jean Roche, a “casa, o ‘habitat rural’ e a povoação.”¹⁸⁷

3.2 A casa

O novo ambiente em que se encontravam os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, mudou muitos de seus hábitos de alimentação, vestuário, moradia e trabalho. A falta de ferramentas, a falta de alguns alimentos consumidos no país de origem, a dificuldade em conseguir roupas e tecidos novos, obrigaram a uma mudança de vida radical. Esses homens e mulheres que também colaboraram para modificar a paisagem do Rio Grande do Sul, foram forçados a assimilar as diferenças da nova terra como o clima, as distâncias, os recursos humanos, materiais e os costumes das pessoas que já habitavam a região.¹⁸⁸

Telmo Lauro Müller lembra em *Colônia alemã – Imagens do passado*, que a “casa de nossos colonos de origem alemã era muito modesta, sem artificios, sem luxo, sem sofisticação. Não havia o supérfluo. Apenas o necessário. A casa, embora espaçosa, não era muito grande em termos de espaço que sobrasse. Raramente havia um quarto não ocupado.”¹⁸⁹

Acostumados a construir suas casas com pedras, tijolos e tábuas, a habitação, nos primeiros anos, era feita de maneira bastante rústica, ocupando a abundância de madeira e barro que havia em cada lote. Era simplesmente uma choupana. Conforme Jean Roche, os “imigrantes, na sua maioria, incapazes de construir outro abrigo que não uma choça, assentavam uma cobertura de ramos sobre uma viga sustentada por dois postes fixados no solo. Desse modo, sofriam com as chuvas, o frio e o vento.”¹⁹⁰

Com o passar do tempo, os alemães aprenderam com caboclos vizinhos e construíram choupanas mais fortes, com quatro estacas fincadas no chão, com vigamento amarrado com cipó, paredes de ramos de árvores, coberturas de barro amassado, algumas aberturas para a janela e a porta e o telhado feito de capim. O chão era de barro batido sem assoalho e no teto não havia forro.¹⁹¹ A primeira capela, que ficava onde hoje é São

¹⁸⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969. p. 198.

¹⁸⁸ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 49.

¹⁸⁹ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – Imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 23

¹⁹⁰ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 199.

¹⁹¹ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 50.

Leopoldo, foi construída da mesma forma e, segundo Jean Roche em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, essas “cabanas ainda ali eram visíveis em 1877, transformadas em depósitos ou celeiros, desaparecendo completamente depois.”¹⁹²

Num segundo momento, as casas passaram a ser feitas com material mais resistente, onde o bambu, os ramos de árvores e o capim foram substituídos por grandes troncos de árvores, com paredes de taipa, pedra e tijolos, telhado de madeira ou telha e as vigas eram feitas de madeira ou tijolos. Foi chamada fase do enxaimel.¹⁹³ Nesse tipo de habitação, os imigrantes alemães colocavam algumas madeiras grossas para que a casa tivesse mais estabilidade e nos intervalos dessas, na região do Rio dos Sinos, por exemplo, introduziam barro com pedaços de madeira ou varas para o fortalecimento da parede. Já na Serra, colocavam entre os intervalos das vigas algumas pedras porque esse material era comum na região.¹⁹⁴

Para a cobertura da casa eram feitas telhas de madeira ou telhas de barro, pequenas e planas. Desse mesmo material foram construídos galpões e currais, devido à abundância de madeira de lei e ao desenvolvimento de olarias que permitiam o uso freqüente dessas telhas. Para Carlos de Souza Moraes, em *O colono alemão*, esse “segundo tipo de habitação foi o que mais se expandiu e o que mais resistiu ao progresso da Colônia.”¹⁹⁵

Mesmo antes do aparecimento das serrarias e engenhos, que se deveu ao aproveitamento da força motriz de cursos e quedas d’águas, os colonos construíram casas totalmente de madeira e o revestimento de tetos e assoalhos com tábuas. Isso facilitou a vida e o trabalho do colono, resolvendo alguns problemas práticos, como coloca Carlos de Souza Moraes: “A edificação da moradia seria rápida e menos trabalhosa, o levantamento dos galpões para as vacas-leiteiras, porcos e depósitos de forragem far-se-ia com mais facilidade, bem como a constituição de seu modesto mobiliário. Até as precárias carroças experimentariam sensíveis melhoramentos com a instalação das serrarias, que marcaram o início de um período de maior expansão.”¹⁹⁶

A casa de madeira demorou um bom tempo para ser construída nas regiões ou picadas distantes. Para Carlos de Souza Moraes, as casas dos imigrantes e descendentes alemães eram construídas conforme os recursos das regiões: “Os tipos de habitação que acompanhavam o desenvolvimento da colônia alemã são essencialmente produtos do meio.

¹⁹² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo. 1969. p. 199.

¹⁹³ Id. Ib., p.199.

¹⁹⁴ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST 1981. p.53.

¹⁹⁵ Id. ib., p.54.

¹⁹⁶ Id. ib., p. 55.

Nenhum estilo do país de origem conseguiu impor-se aqui.”¹⁹⁷ Por fim, desde o início da Segunda guerra Mundial – 1939 - começaram a surgir as primeiras casas feitas de tijolos e cimento. Mas isso foi um processo lento que trouxe mais conforto dentro de casa.¹⁹⁸

Para Jean Roche, a evolução das casas dos imigrantes e teuto-brasileiros revelava a influência do homem sobre a natureza e vice-versa: “A choupana de paredes de barro, a casa de enxaimel, a casa de tijolos e cimento corresponderam, cada uma em seu tempo, a uma utilização racional dos recursos locais em função das necessidades, das técnicas e das possibilidades financeiras.”¹⁹⁹

O interior das primeiras casas ou ranchos era bastante humilde, com duas ou três peças. A sala de visitas era ocupada para realizar as refeições e também servia de cozinha. Nas famílias menores, em um mesmo quarto dormiam o casal e os filhos. Os quartos continham camas com colchões de palha de milho, uma mesa e uma cômoda.²⁰⁰

Com o passar dos anos, surgiram mais cômodos e a cozinha passou a ter uma peça própria. A cozinha era o local de encontro de toda a família no final do dia: enquanto a mãe ou a filha mais velha preparava o jantar, após um dia inteiro de trabalho na colônia, os homens da família descansavam.²⁰¹ Para a construção do fogão a lenha, colocava-se uma chapa de ferro sobre pequenos muros de pedra ou tijolos. O fogão móvel chegou à colônia bem mais tarde.²⁰²

Moraes comenta sobre os objetos da cozinha: “Entre os utensílios de cozinha, o porongo ocupou lugar saliente, nos primeiros tempos, como prato, xícara, copo e, sobretudo, como recipiente para água potável. A louça só muito mais tarde foi introduzida.”²⁰³

Não havendo luz elétrica nos primeiros anos, o lampião é que fazia parte dos utensílios essenciais da casa. Perto dele, no anoitecer, a família se reunia, segundo experiência contada por Telmo Muller: “Havia um lugar muito disputado na cozinha, no inverno: era ao lado do fogão, no espaço que ficava entre ele e a parede. Era comum empilhar-se ali a lenha cortada em pedaços pequenos e que servia de assento. A luz do lampião de querosene dava um ar de tristeza ao ambiente.”²⁰⁴

¹⁹⁷ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 58.

¹⁹⁸ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 207.

¹⁹⁹ Id. ib., p.207.

²⁰⁰ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 61.

²⁰¹ MÜLLER, Lauro Telmo. *Colônia alemã-Imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981. p.27.

²⁰² MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 61.

²⁰³ Id. ib., p.62

²⁰⁴ Id .ib., p.27.

3.3 O vestuário

O vestuário do imigrante alemão modificou-se depois da sua chegada ao atual estado do Rio Grande do Sul. O clima subtropical das áreas de colonização ajudou para a mudança das espessas roupas de lã e linho para tecidos de brim, algodão e chita, mais leves e mais adaptados ao ambiente. Mas o principal motivo pela mudança foi a falta de recursos dos colonizadores que provocou o abandono dos trajes regionais da terra natal.²⁰⁵

Os primeiros germânicos que chegaram na região do rio dos Sinos contavam apenas com o auxílio das autoridades que tinham a responsabilidade da sua localização e manutenção. E, segundo Carlos de Souza Moraes, o inspetor da Colônia, José Tomás de Lima, escreveu ao presidente da província sobre as condições desses imigrantes chegados a 25 de julho de 1824: “Os colonos Allemaens que para ali forão há pouco mandados, acham-se inteiramente destituídos de vestuário, cuja falta lhes he muito penosa na presente Estação, e sem meios de areparar: conseguintemente he de maior necessidade que se fornecesse a cada homem daquelles indivíduos, pelo menos, uma coberta, ou ponche, uma jaqueta e pantalona de pano azul, e uma camisa, e às mulheres uma coberta, um vestido de beata, e uma camisa, devendo este fornecimento ser extensivo aos adultos e menores.”²⁰⁶ Essa situação continuou por muitos anos e só melhorou com o aumento gradativo da produção agrícola e artesanal da colônia. Um maior intercâmbio comercial com a capital da Província facilitou a obtenção de alimentos e de tecidos.²⁰⁷

Regina Trein, de 58 anos, comentou sobre o vestuário na antiga Colônia General Osório: “Era tudo comprado em metro e tinha que costurá. Se ganhava roupa nova uma vez por ano e se trocava só no final de semana.”²⁰⁸ Acardi Gentz, 66 anos, complementa: “A roupa, quase sempre, assim se usava toda semana. Trocava só no sábado. Isso se fazia quase sempre. A minha mãe e a minha tia costurava as ropa tudo a mão, antes de eu nascê, sabe. Costurava o vestido inteiro tudo a mão.”²⁰⁹ Para Wilma Schüssler, 92 anos, as roupas eram muito discretas, sem aberturas que pudessem mostrar partes do corpo: “A mãe

²⁰⁵ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 72

²⁰⁶ Id. ib., p. 73.

²⁰⁷ Id. ib., p. 78.

²⁰⁸ Depoimento de Regina Trein, 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 08-12-2006.

²⁰⁹ Depoimento de Acardi Gentz, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 19-5-2006.

costurava tudo. As roupa era tudo fechado, manga comprida, vestido comprido. Não era como hoje.”²¹⁰



Fonte: Arquivo do Jornal Visão Regional de Ibirubá.

Figura 29: Família Holdefer, uma das primeiras a ocupar Ibirubá. Foto que mostra a vestimenta (em dias de festa) dos primeiros colonizadores.

Para a lida na lavoura, era muito comum a trabalho descalço. O chinelo era usado para as idas ao armazém, para as reuniões aos domingos, para os costumeiros jogos de cartas. O sapato, raramente usado, servia para os dias de missas e cultos, para os bailes, casamentos, batizados e enterros.²¹¹ Havia o tamanco e o sapato de pau, que surgiram antes do chinelo. Acardi Gentz, lembrou: “Na lavora, quase sempre a gente ia pé descalço. Os tamancos era pra ir lá fora, na estrebaria, tirá leite, essas coisa.”²¹² Regina Trein, comentou: “Antes do tamanco tinha o sapato de pau. É que nem o tamanco. Daí, depois veio o tamanco. Meu pai usava uns quantos anos. Era tamanco ou pé descalço. Muitos anos depois é que veio o chinelo.”²¹³

As festas religiosas, principalmente, eram oportunidades para ganhar roupas novas, onde os pais aproveitavam para fotografar a família, conforme lembra Loda Klein, 72 anos: “Eu não cheguei a usar o tamanco. Na infância era pé descalço mesmo. Digamos, até

²¹⁰ Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 25-5-2007.

²¹¹ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 81.

²¹² Depoimento de Acardi Gentz, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 19-5-2006

²¹³ Depoimento de Regina Trein, 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 08-12-2006.

os 10 anos, por aí e depois, quando nós vimos morar aqui, então já se usava sapato. Mas o pai usava os tamancos. Nós, na infância, era calça curta e camiseta. A mãe costurava. E os vestidos das meninas eram bem simples, uma fazenda grossa, pra dura. Quando tinha festa – natal, fim de ano – ganhava roupa nova e daí tirava foto.”²¹⁴

Na colônia os homens vestiam calça com cinto de couro, camisa de algodão e, algumas vezes, um colete velho; no verão, usavam um chapéu de palha e no inverno um chapéu de feltro. A camisa colorida era usada, mas só mais tarde, nos dias de festa e domingos.²¹⁵

À medida que o tempo foi passando, o vestuário feminino foi-se aproximando do estilo das roupas da cidade: os vestidos escuros e pesados foram substituídos pelos mais leves e com cores claras. As mulheres mais velhas cobriam a cabeça com um lenço, enquanto que as mais jovens andavam de cabeça descoberta. Quase não tinham jóias, a não ser uma cruz e uma aliança para as casadas.²¹⁶

O cavalo começou a ser usado pelos colonos, inicialmente pelos comerciantes e caixeiros-viajantes, que passaram a imitar a indumentária gaúcha, como expõe Jean Roche no livro *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*: “Desde a primeira fase da colonização, os teuto-rio-grandenses adotaram o equipamento do cavaleiro gaúcho, a sela, os arreios ornados, as pesadas esporas, a larga cinta; depois, pediram-lhe emprestados seu modo de trajar, a *bombacha*, o *poncho* e mesmo o grande chapéu de barbicacho.”²¹⁷

O vestuário do colono alemão não era mais o germânico, mas também não se igualava ao do morador dos pampas.²¹⁸

A roupa da criança sofreu a mais lenta modificação, no relativo às transformações ocorridas no vestuário masculino e feminino, pois se igualava com a dos adultos, sobretudo nos dias de festas e domingos. Fenômeno que não era apenas no que se refere aos alemães e descendentes. As crianças, no geral, eram vistas como adultos pequenos e isso se refletia no jeito de se vestir.²¹⁹

²¹⁴ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-1007.

²¹⁵ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo. 1969. p. 635.

Id. ib., p. 635.

²¹⁷ Id. ib., p. 635.

²¹⁸ Id. ib., p. 636.

²¹⁹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p.81.

3.4 O trabalho da família

O imigrante e o descendente de imigrantes tinham como seu maior bem a propriedade de onde tirava a sustentação da sua família, diferentemente do escravista ou do estancieiro do Rio Grande do Sul. Era um pequeno camponês, figura que também existia na Europa. Friedrich Engels define, em *A questão agrária*: “Por pequeno camponês entendemos aqui o proprietário ou arrendatário – principalmente o primeiro – de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares.” E o mesmo pensador diferencia o camponês (proprietário) do proletário que possui apenas o trabalho: “Esse pequeno camponês é, portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário moderno pelo fato de ter ainda a posse de seus meios de trabalho; é conseqüentemente, um vestígio de um modo de produção de tempos pretéritos.”²²⁰

Mesmo existindo outros profissionais entre os imigrantes alemães que vieram ao Brasil, a prioridade do governo imperial era a povoação através do trabalho agrícola. Depois de adquirir os registros das terras, o colono camponês passou a viver e trabalhar em função do lote - da colônia - que era a base de sua liberdade e soberania.²²¹

Para fazer render a produção na colônia, a família foi essencial, pois a disposição de trabalho de todos os membros é que levava aos rendimentos da propriedade. João Carlos Tedesco, no livro *Um pequeno grande mundo*, coloca: “O trabalho é condição única de sobrevivência. Não é possível encontrar na família do colono outra forma social de sobrevivência que não seja o trabalho. O esforço no trabalho, a cooperação familiar, a reprodução da força de trabalho familiar e as condições concretas do mesmo dão conformidade a um espírito mercantil do trabalho na ótica da precisão.”²²²

Na colônia, o homem é que dava as ordens e administrava a produção. Era o dono da terra que submetia a família a um trabalho sacrificado. A mulher trabalhava de sol a sol e tinha mais deveres do que direito. Era responsável pelo aumento da mão-de-obra familiar através da maternidade. João Carlos Tedesco escreve, ainda: “O pai mandava sobre a mulher, os filhos e a propriedade; a mulher perdia seu sobrenome de família, tomando o do esposo. A mulher era caracterizada pelo seu significado de esposa e de mãe, elementos

²²⁰ SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verene: organizadores. *A questão agrária*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1981. p. 62.

²²¹ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 63.

²²² TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 78.

indispensáveis para a reprodução, não se descuidando da capacidade física, habilidade e vontade no trabalho.”²²³

Essas características de trabalho familiar não eram próprias apenas entre os imigrantes e descendentes alemães, mas é semelhante às colônias italianas e polonesas, onde o trabalho, mais do que tudo era uma questão de sobrevivência. Se algum membro da família adoecesse, era um grande prejuízo material.²²⁴

Em Santa Cruz, região do fumo, devido a uma integração entre a produção colonial camponesa e o grande capital industrial, que fez aumentar a produção do fumo, as crianças eram obrigadas a trabalhar desde muito cedo. Mário Maestri escreve: “Devido à posse da terra pelo colono e ao controle monopolista dos preços, a agroindústria obrigava o grupo familiar da unidade e minifundiária a trabalhar intensivamente, inclusive crianças a partir de cinco anos, fato proibido pela legislação.”²²⁵ Isso acontecia por conta de correr atrás de possíveis prejuízos. Maestri explica que “através do financiamento dos fornos, das sementes, dos adubos e do controle técnico, a agroindústria determinava o tipo, qualidade, quantidade e época de produção do fumo, sem arcar com a compra/arrendamento de terras e com os riscos agrícolas – granizo, pragas, etc.”²²⁶

3.5 A alimentação

Assim como a habitação e o vestuário, a alimentação dos imigrantes mudou radicalmente, comparado com a que estavam acostumados. Em 1824, a batata-inglesa, a carne de ganso, a carne de porco, o centeio e o trigo não se encontravam no Rio Grande do Sul. Por isso, os recém chegados aprenderam a cultivar e a consumir a batata-doce, o feijão, a mandioca, o milho e alguns legumes como a abóbora e o chuchu. Passaram também a utilizar o charque, produto estranho aos hábitos alimentares, além de consumir uma maior quantidade de carne. Como de início não havia a cerveja e o vinho, bebiam água pura ou a cachaça.²²⁷

Os primeiros cinco anos da colonização alemã no rio Grande do Sul foram difíceis, mas com a concretização da promessa de distribuição de vacas, bois e porcos pelo governo imperial, o colono iniciou sua criação e assim produziu a manteiga, o queijo, a banha, a

²²³ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 51-52.

²²⁴ Id. ib., p. 78.

²²⁵ MAESTRI, Mário. *HRS :A República Velha*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 76.

²²⁶ Id. ib., p. 76.

²²⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 637.

carne para o consumo próprio e, mais tarde o fornecimento para a capital da Província. Havia também as frutas comuns na região, como ananás, banana, figo, laranja, lima, limões, uva, onde as famílias alemãs usavam para fazer o “schimier” (doce de frutas para colocar em fatias de pão).²²⁸

Com a criação de suínos, a colônia passou a ter perspectiva de desenvolvimento, pois essa atividade tornou-se uma das suas principais fontes de riquezas. A banha, carne de porco, e a lingüiça abriram oportunidades para o comércio com a capital, Porto Alegre, além de melhorar a mesa dos habitantes da colônia.²²⁹ O desenvolvimento da criação de suínos foi a base de uma alimentação farta de riquezas protéicas e gordurosas, onde nem a criança escapava dessa comida excessivamente pesada.²³⁰



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 30: Criação de porcos, chiqueiro que ficava atrás do Hotel Central, em 1930.

Quando questionada a respeito da alimentação, Acardi Gentz, 66 anos, residente em Ibirubá, comentou: “Nóis comia arroz, feijão, mandioca e daí carne também. Isso a gente sempre tinha. Carneava porco e tudo, antigamente. Carne de caça era poco, assim. A gente sempre tinha as hortas e tudo, daí plantava e a gente sempre tinha verdura, essas coisa. Leite a gente sempre tinha as vacas né, que davam leite.”²³¹

²²⁸ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969. p. 637.

²²⁹ Id. ib., p. 88.

²³⁰ Id. Ib., p. 94.

²³¹ Depoimento de Acardi Gentz, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 19-5-2006.

A carne de gado vacum era escassa, servida à mesa em momentos especiais. A ausência de campos próprios para a criação em grande quantidade de bois e vacas ajudou à predominância da criação de porcos, pois era mais fácil a manutenção, proporcionada pelos produtos da lavoura que servia para a engorda.²³² Arnildo Sand, de 66 anos, confirma: “Milho dava mais, então se fazia pão de milho. Comia carne à vontade. Só carne de gado a gente comprava uma vez por semana, porque não tinha congelador, nada. Tinha açougue, daí se comprava aí.”²³³ Lira Sand, de 71 anos comentou a respeito da alimentação, quando criança: “Carne tinha de tudo: galinha, porco. Quando se carneava um porco, assim, então não tinha geladeira. Daí se fritava a carne e se guardava na banha. A mãe fazia pão de milho. Gostava do pão de milho.”²³⁴ O pão de milho era servido todos os dias por ser considerado em alimento forte e nutritivo. Somente em dias festivos era feito o pão de trigo, considerado um alimento especial. Loda Klein, de 72 anos comentou: “Quando era um dia de festa, então a mãe fazia pão de trigo. Era como se fosse um bolo, uma cuca. No resto do ano era só pão de milho. Era porque era mais abundante e também que diziam que aquilo dava mais resistência. Porque o trabalho era pesado: arado... Fruta e verdura tinha à vontade. Era tudo mais natural.”²³⁵ O imigrante fabricou e usou o arado de ferro fundido para a policultura agrícola. Na década de 1960, o arado foi comumente substituído pelo trator que modernizou a lavoura e alterou o ritmo de trabalho.

Um aspecto importante para o abastecimento das colônias nos gêneros de primeira necessidade, como o arroz, o café, o charque, farinhas, fósforos, sabão, tecidos, vinagre e vinho e óleo, entre outros, era a venda. O colono trocava por algo produzido em seu lote, como um saco de feijão, uma lata de banha, algumas dúzias de ovos, galinhas, batatas, etc.²³⁶ A medida que o colono prosperava, as vendas também evoluíam, aparecendo outros artigos como a aguardente, biscoitos, caramelos, cerveja, lata de conserva, perfumarias, pratos, talheres, tecidos variados e outros. Para Hilda Agnes Hübner Flores, a “venda foi elemento de intermediação mercantil e financeira entre o colono e o centro urbano, aquele a colocar os excedentes agrícolas e este a fornecer os produtos industrializados.”²³⁷

²³² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 91.

²³³ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

²³⁴ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro Dia 20-9-2006 e 13-5-2007.

²³⁵ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

²³⁶ ROCHE, Jean *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.413.

²³⁷ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 97.

3.6 O Kerb e os bailes

Entre os festejos anuais na região colonial alemã, trazidos pelos primeiros imigrantes, estava o Kerb ou “kirchweith” que, na Alemanha era uma festa em homenagem ao padroeiro da igreja, durante três dias. A festa iniciava com os rituais religiosos, na igreja, e depois as pessoas partiam com a banda de música para o salão de baile. Junto às danças havia uma mesa farta para as refeições.²³⁸ Com o passar dos tempos, no sul do Brasil, a festa passou a ser feita por protestantes e católicos, tornando-se não mais uma simples celebração religiosa, mas uma comemoração para toda a população colonial.²³⁹

Para o colono alemão, a festa era um momento especial que merecia a participação de todos com as melhores roupas. Carlos de Souza Moraes escreve, em *O colono alemão*: “O colono preparava-se com a melhor indumentária para as festas do “Kerb”. É quando se submetia ao *sacrifício* de usar sapatos. As crianças também participavam dos bailes e as mulheres com filhos no colo, participavam das festividades por toda a noite. E de quando em quando arriscavam também a dançar, enquanto as filhas mais velhas ou pessoas amigas zelavam pelos nenês. É que o “Kerb” era a festa máxima da colônia, a que ninguém faltava.”²⁴⁰ Os músicos responsáveis pelos bailes visitavam as casas dos colonos, nos intervalos da festa, para ali tocar e receber alguma iguaria ou algum dinheiro.²⁴¹

Era uma festa que muitos anos depois da chegada dos primeiros imigrantes alemães, ainda era sucesso nas regiões coloniais camponesas. Era um momento de renovação, do vestuário, pois as moças recebiam vestidos novos e os meninos calças novas. Praticamente eram as únicas roupas novas durante todo ano.²⁴² Loda Klein lembra: “Era um acontecimento anual, que era o aniversário da inauguração da igreja. Aí, era costume de os rapazes ganhar uma fatiota nova, um sapato novo; as meninas ganhavam vestido. Era até mais importante para a juventude do que o natal.”²⁴³

Além disso, as casas eram enfeitadas e arrumadas para a ocasião. Os alimentos já eram preparados durante a semana. Telmo Müller comenta em *Colônia alemã – Histórias e memórias*: “O Kerb trazia uma faxina geral na casa. Cortinas eram lavadas. O assoalho era escovado cuidadosamente. No meio da semana começavam os quitutes: sobremesas, doces

²³⁸ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p.132.

²³⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 642.

²⁴⁰ MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 129.

²⁴¹ Id. ib., p. 130.

²⁴² MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – Histórias e memórias*. Porto Alegre: EST, 1981. p.88.

²⁴³ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

em calda, coco ralado, ameixa preta; cucas, ‘Streusel-kuchen’; ‘pandeló’ e tortas. Sexta e sábado eram os dias das carnes: assado de porco, galinhas assadas. O “Sauerkraut”, chucrute, já estava no “krug”, pequenas talhas de barro, há muito tempo, vendendo seu cheiro característico. Preparavam-se bebidas caseiras: “Hausbier”, cerveja caseira; “Spritzbier”, gengibira; framboeza. Cerveja de fábrica era a conhecida “Becker” da antiga fábrica de Bopp, Sassen & Ritter, de Porto Alegre, hoje Brahma. Não havia luz elétrica na maioria das casas e refrigerador era coisa totalmente inexistente. As bebidas eram colocadas num balde e dependuradas no poço cuja água era sempre fresquinha.”²⁴⁴

O Kerb era um pretexto para o colono receber visita de parentes que vinham de outros vilarejos, em cima de carroções, a cavalo, ou até mesmo a pé. Durante meses, a família colonial economizava para poder festejar nessa época.²⁴⁵



Festa de Kerb - A foto registra a festa de 04 de novembro de 1945, no Salão Friedrich (Rua do Comércio). No dia do Kerb, todos iam ao culto na igreja e depois festejavam com muitas brincadeiras. Uma das brincadeiras era subir em um poste liso enfeitado para pegar o prêmio que estava no alto.

Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 31: Festa de Kerb que se realizou em novembro de 1945, no Salão Friedrich (Rua do Comércio).

O baile para os colonos teuto-brasileiros era um ato social, onde famílias inteiras se encontravam para conversar e se entreter. Não havia mesas reservadas e ninguém permanecia a noite inteira sentada num mesmo lugar, pois todos queriam se movimentar e falar com os presentes.²⁴⁶ Os pais levavam as crianças, ou por não terem com quem deixar ou pelo fato de ser costume a presença dos menores. Havia um lugar especial onde havia camas para quando os pequenos quisessem dormir, ou as mães poderem amamentar os bebês.²⁴⁷

²⁴⁴ MÜLLER, Telmo Lauro. *A colônia alemã – Histórias e memórias*. Porto Alegre: EST, 1981. p.88.

²⁴⁵ Id. ib., p.126.

²⁴⁶ Id. ib., p.108.

²⁴⁷ Id. ib., p.91.

Quando perguntados sobre as crianças e os bailes, os entrevistados lembram que, quando pequenos, acompanhavam os pais, mesmo porque os bailes não eram tão frequentes. Albino Friedrich, de 97 anos, residente no interior de Ibirubá, comenta: “Levavam junto. No tempo só tinha três bailes por ano.”²⁴⁸ Estes bailes aconteciam por ocasião do ano novo, do Kerb e em comemoração à páscoa. Wilma Schüssler, de 91 anos, residente em Ibirubá, também lembra: “Levavam e deixavam. Pode deixá as criança na cama. A gente leva a criança no quarto quando eles quer dormi. As vez tinha dois, três cama. Hoje em dia non é assim.”²⁴⁹ Também Arnildo Sand, de 66 anos, residente no interior do município de Ibirubá lembra dos tempos em que era criança: “Nóis ia junto nos baile porque era diferente de hoje: era mais respeito.”²⁵⁰

3.7 O preconceito, o sexo antes do casamento e o casamento

Nos primeiros anos da colonização alemã, os casamentos aconteciam apenas entre jovens da mesma etnia. A população colonial não tinha muita proximidade, inicialmente, com outras pessoas nativas ou com outros imigrantes europeus. Os casamentos mistos começaram a acontecer com mais frequência há poucos anos.²⁵¹

Os jovens de origem alemã eram livres para escolher os seus futuros parceiros, desde que da mesma religião e da mesma descendência, para garantir a manutenção dos valores e dos costumes da família. Os chamados “brasileiros” não eram bem quistos para fazer parte das famílias. Loda Klein, comenta: “Claro, dentro da origem alemã, não se obrigava casar com esse ou aquele. O que havia, em certas ocasiões, em certas famílias, o racismo, infelizmente. Na religião também. Não se casava católico com luterano. Não se admitia que o homem virava de religião.”²⁵²

Sobre o assunto, Lira Sand deu alguns exemplos de sua família: “Sabe, a Doralice Hilgerth, a minha prima, então ela era evangélica e o Ade, o marido dela era católico. E o meu tio, ele tinha só dois filho, então ele não quis que ela casasse com católico. Oi, aquele Ade queria tanto a Doralice. Ia lá e pedia pra casá e daí a tia disse: ‘É, mas você é católico’. Daí o Ade se rolava na sala e chorava porque ele queria a Doralice. Então foram

²⁴⁸ Depoimento de Albino Friedrich, 98 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9-2006.

²⁴⁹ Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-200 e 25-5-2007

²⁵⁰ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006.

²⁵¹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 601-602.

²⁵² Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

lá. Os pais foram então se falá: ‘Pois é, então cada um fica pro seu lado e popdem casá’. Daí casaram, mas não podia ser na igreja. Tinqe sê lá em cima no hotel Boa Vista. Lá foi feiro altar.” E Lira continua: “Mas eu tinha um moreno, ele era bem claro assim, mas era de raça brasileira. E a minha mana também. Mas acha que a mãe deixô nós casá? De jeito nenhum. E era um rapaiz trabalhador né, mas...”²⁵³ Flora Meike, de 86 anos, lembra de um fato parecido: “Pra casá tinha que se batizá. Minha prima casô com um católico. Então teve que se batizá católica. Então, pra não contrariá a mãe dela, daí ela foi pra Tapera se batizá primero. Minha tia nem ficô sabendo.”²⁵⁴

O namoro começava nos bailes, que era um divertimento para quase toda a família. Quando, em muitos bailes, o mesmo casal se encontrava, era sinal de compromisso à vista. O namoro acontecia na casa da família da moça, que durava mais ou menos uns dois anos para depois marcar o noivado e, após meio ano de noivado, acontecia o casamento.²⁵⁵

Não raro acontecia, o que nos primeiros anos e meados do século XX era considerado vergonhoso, o sexo antes do casamento. Propositalmente ou por ignorância, algumas moças engravidavam e passavam, às vezes, por situações constrangedoras. Loda Klein, comenta que a falta de informação a respeito do sexo e suas conseqüências, levavam algumas vezes a uma gravidez não esperada: “Era tabu. Na maioria das vezes, a juventude não tinha informação sobre essas coisas e também muitas mocas ficavam grávidas por causa disso.”²⁵⁶ Lira Sand descreve um caso: “Eu sei que lá, uma moça tinha um noivo né, e ficô grávida do noivo e ele não casô com ela. A sociedade, disseram que ela era uma “china” né. Coitada. Isso era triste até.”²⁵⁷ Como o vestido branco era sinal de pureza, virgindade – qualidades importantes para a sociedade – nem todas poderiam usá-lo no casamento, conforme explica Wilma Schüssler, de 92 anos: “A moça que engravidava antes de casá nom podia botá vestido branco no casamento.”²⁵⁸

Para a comemoração do casamento, quando a situação econômica das colônias já progredira, era feita uma festa com a participação de todas as famílias. A festa de casamento era preparada em um sistema de mutirão, onde todos ajudavam no preparo dos comes: as mulheres se encarregavam de fazer as cucas e outros doces e salgados enquanto que os homens se ocupavam do abate dos animais e preparo das carnes. Isso tudo,

²⁵³ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

²⁵⁴ Depoimento de Flora Meike, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006 e 28-5-2007.

²⁵⁵ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 134.

²⁵⁶ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

²⁵⁷ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

²⁵⁸ Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 15-5-2007.

conforme a situação financeira das famílias dos noivos. Hilda Flores comenta em *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*: “A abrangência da festa traduzia o status das famílias dos nubentes: uma centena e meia de convidados significava famílias econômica e socialmente bem sucedidas. A comilança era grande, englobando almoço, café da tarde, jantar e, pela madrugada, uma fatia de bolo da noiva. A dança adentrava a noite e podia durar até o amanhecer, quando todos retornavam a seus lares, para o trabalho.”²⁵⁹

3.8 O papel da mulher na colônia

Para Hilda Flores, o casamento estável e o maior número de filhos era interessante para o desenvolvimento da propriedade colonial: “O compromisso moral assumido redundava em uniões estáveis, abençoadas com uma prole numerosa – sempre bem vinda, porque era mão de obra barata e eficiente para o trabalho da lavoura e do artesanato. Colonos de família numerosa tinham mais chances de “progredir” do que aquelas desprovidas de filhos.”²⁶⁰ Essa visão se distancia da realidade da mulher camponesa alemã, italiana, polonesa, etc. O grande número de filhos, impossibilitava a tranquilidade e o descanso da mãe, que desdobrava-se para atendê-los, além dos afazeres na casa e na lavoura, junto com o marido. Assumia um lugar inferior ao marido pois sua vida se resumia apenas em trabalhar, parir e criar os filhos (quantos Deus mandasse), sem o devido lazer e descanso.²⁶¹

Complementando a idéia, Loda Klein, 72 anos, lembra o dia a dia de sua mãe, na Colônia General Osório. Mesmo sendo menino, percebia a diferença nos compromissos do homem e da mulher teuto-brasileira camponesa: “Imagina, por exemplo, o que uma dona de casa fazia. A dona de casa, por exemplo, além de fazer os afazeres da casa, logicamente que naquele tempo não se usava tanto capricho dentro de casa – tem que limpá ali – porque não havia tempo. Mas a dona de casa... O único que passava bem era o marido: chegava da roça, sentava e tomava chimarrão, ia na mesa comia. Enquanto a mulher tava fazendo a comida, preparando a mesa, lavando a louça e ele ia fazê a sesta dele. E ela ainda ia na roça

²⁵⁹ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 135.

²⁶⁰ Id. Ib., p. 135.

²⁶¹ ZAMBERLAM, Cristina Oliveira. *Os novos paradigmas da família contemporânea*. Rio de Janeiro, 2001. p. 67-69.

com ele. Lavava a roupa de meio dia pra podê ir na roça. A mulher era quase uma escrava porque simplesmente não tinha hora de descanso. Eram incansáveis.”²⁶²

Quando questionada sobre o trabalho da mulher e sua importância para a família, Flora Meinke expôs: “E nada do homem ajudá na cozinha. Era só a mulher. O meu marido também. Ele descansava na hora de meio dia e eu ficava trabalhando. Era assim.”²⁶³

A mulher era ensinada a se conformar com essa situação - não ficava *bem* para o homem fazer serviços domésticos, tidos como exclusivamente femininos. Mas a mulher, na sua condição “inferior”, se sujeitava fazer tarefas do homem, não raro pesadas, para aumentar o orçamento da família. Um exemplo disso é colocado por Olgário Vogt em *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS*, onde 70 a 80% dos safristas da indústria fumageira de Santa Cruz do Sul, são mulheres que não deixam de atender ainda suas “obrigações” caseiras.²⁶⁴

3.9 Alemão ou brasileiro?

Hoje mesmo, com características específicas de um germânico, na fala, no físico, em certos rituais religiosos, os teuto-brasileiros sentem-se parte da terra escolhida por seus antepassados, porque já se imbuíram dos costumes dos chamados “brasileiros”. Quando perguntado sobre sua identidade, Loda Klein de 72 anos responde: “Eu me sinto mais brasileiro, porque eu não sei nem ler em alemão. Eu leio em português. O sentimento é aquele que você pratica. O sentimento é mais brasileiro. Mas se eu me encontro no meio dos alemães, eu também me sinto à vontade. Praticamente a gente pende para o Brasil.”²⁶⁵

Flora Meinke, de 86 anos, fez o seguinte comentário: “Eu, como tenho uma nora brasileira, eu já me acostumei muito. Eu falo alemão, canto alemão, escrevo e leio alemão, mas eu gosto muito do brasileiro. Eu me sinto brasileira.”²⁶⁶

Os imigrantes, aparentemente romperam relações com a terra natal, renunciando a tudo para viver em suas propriedades, tornando a colônia a sua nova pátria. Mas, mesmo com muito sacrifício para ganhar a naturalização brasileira, o sentimento de pertencer ao povo alemão perdurou até entre os teuto-brasileiros. No artigo do livro, *Os alemães no sul*

²⁶² Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

²⁶³ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006 e 28-5-2007.

²⁶⁴ VOGT, Olgário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS 1849 – 1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 203.

²⁶⁵ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

²⁶⁶ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 21-11-2006 e 28-5-2007.

do Brasil: “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”, Giralda Seyferth comenta: “A expressão ‘criar raízes’, no contexto pioneiro, remete à questão da cidadania brasileira, reivindicada através do ato de naturalização. Mas a cidadania, por si mesma, não anula o ideal de pertencimento ao povo alemão.”²⁶⁷

A identidade étnica, nas colônias foi preservada, contudo, os descendentes de alemães são brasileiros.²⁶⁸ Lira Sand, de 71 anos, explica: “Eu me sinto mais brasileira por que eu nasci aqui, os filho, os netos são daqui [Brasil].”²⁶⁹ A convivência com as gerações mais novas, mudou nos teuto-brasileiros a maneira de ver os “brasileiros” e seus hábitos. Mesmo considerado-se alemães há uma maior integração entre as partes. Prova disso é o grande número de casamentos atuais entre descendentes de alemães e outras etnias.

Para Arthur Blasio Rambo, em *Os alemães no sul do Brasil*: “Nacionalidade e cidadania”, ser um “alemão” não significa estar ligado diretamente ao país Alemanha, e sim preservar os tidos costumes que ficaram cristalizados na memória dos primeiros imigrantes: “Na tradição histórica alemã e também de outras tradições européias, a nacionalidade configura uma condição humana desvinculada da condição de cidadania. Esse fato deve-se antes de mais nada à conceituação de nacionalidade a partir de uma série de fatores que independem da vinculação com algum estado e, como consequência, o fato de alguém com ele estar comprometido como cidadão.”²⁷⁰

²⁶⁷ SEYFERTH, Giralda. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 15.

²⁶⁸ Id. ib., 21

²⁶⁹ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

²⁷⁰ RAMBO, Arthur Blasio. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 43-44.

4 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

4.1 A memória

A memória é um instrumento muito utilizado entre os que estudam e os que ensinam a História, pois serve como matéria-prima para as pesquisas sobre os indivíduos e grupos sociais.²⁷¹ É através dela que o ser humano dá significado ao cotidiano e acumula experiências para utilizar durante toda a vida. É a base do conhecimento e a soma de todas as lembranças existentes na consciência, que podem ser reveladas ou ocultadas.²⁷²

Nos depoimentos dos imigrantes alemães e teuto-brasileiros são encontradas memórias que revelam vitórias, sucessos, trabalhos, costumes trazidos de uma Alemanha distante. Em contrapartida, são em geral ocultados os vícios, a violência sexual, os fracassos, etc., como se não existissem problemas semelhantes entre as famílias em questão. É muito comum receber como resposta sobre certos assuntos - violência sexual dentro das famílias, o homossexualismo, o alcoolismo – das pessoas entrevistadas: “Isso deve ter existido, mas eu não lembro de nenhum fato.”

Sendo assim, as memórias do passado são recriadas no presente e ajudam, em parte, a entender o contexto histórico em que vive um indivíduo ou um grupo. A própria negação do conhecimento de sucessos particulares, associada ao reconhecimento de sua existência geral, é registro da forma como eram enfrentados esses casos. Por isso, a fonte oral é uma fonte viva que acende a memória das pessoas, fazendo a ligação do antigo com o novo, mas pode ser usada conforme a vontade do narrador. Em *Nas cercanias da memória*, João Carlos Tedesco defende: “As memórias são compostas de multiplicidade de imagens que constituem vários passados, vão-e-vem, atendendo às solicitações do presente. Essa relação

²⁷¹ LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (org.). *A memória e o ensino da História*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000. p.23

²⁷² Id. ib. p.36

é capaz de estabelecer contemporaneidade com o passado pela voz do narrador; dessa forma, o passado é restaurado no presente. Às várias gerações transmitem-se tradição pelo veio da oralidade, imprimindo subjetividades, contextualizações, reaproximações de representações passadas e presentes, ajustadas e compartilhadas às atuais identidades individuais e grupais.”²⁷³

No contexto do crescimento da Colônia General Osório (atual Ibirubá), a história particular e silenciosa das crianças aconteceu com privações, muito trabalho, castigos e brinquedos que, na maioria das vezes, eram confeccionados pelas próprias mãos. Nas primeiras décadas do século XX, a educação marcou a vida de homens e mulheres que hoje assistem seus netos, bisnetos e tataranetos crescerem, mais comumente, sem a severidade e rigidez que foram obrigados a viver nas escolas e nas famílias daquela época.

Naqueles anos os métodos de educação e ensino eram muito rígidos, algumas vezes brutais, conforme entrevistas realizadas durante os anos de 2006 e 2007, com homens e mulheres entre 50 e 97 anos de idade. De certo modo, eles correspondiam igualmente a rusticidade das condições materiais de produção da época, apoiadas fortemente na força de trabalho familiar.

Devido à liberdade que as pessoas possuem de ocultar ou revelar lembranças armazenadas na memória, alguns depoentes omitiram certos assuntos, como a opressão da mulher na família, a violência sexual na infância e adolescência, a promiscuidade, e o incesto. Isso se deve, ou pela vergonha e timidez ou por não querer “manchar” a história contada pelos seus pais, avós e, comumente, vividas por eles mesmos. João Carlos Tedesco complementa: “Os idosos querem que seus rastros não se apaguem, principalmente os que *Produziram frutos*.”²⁷⁴

4.2 O contato físico

Mesmo com o passar dos anos e com as facilidades de sobrevivência devido ao desenvolvimento da colônia, a aproximação dos adolescentes e das crianças com os pais e professores, não foi muito expressiva. Assuntos relacionados ao nascimento dos bebês, ao sexo, às mudanças na puberdade, ou qualquer outro relacionado a sentimentos e

²⁷³ TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 117.

²⁷⁴ Id. i., p. 284.

intimidades, não eram cogitados na escola com os mestres, ou mesmo na família, nas conversas entre pais e filhos.

Expressões físicas de carinho, como beijos e abraços, dos pais entre si e dos pais para com os filhos, não eram comuns. Se para os entrevistados nascidos nas décadas de 50 e 60 era difícil presenciar isso, era menos para os nascidos em décadas anteriores. As datas comemorativas, como aniversários, oportunizaram à criança e ao adolescente sentirem o abraço do pai e da mãe. Lenir Lamb de Campos, 50 anos, fazia parte de uma família de quatro filhas, sendo ela a mais velha. Quando questionada sobre os carinhos dos pais, respondeu: “Não, só quando fazia aniversário.”²⁷⁵ Para Regina Arlete Trein, 52 anos, a mais velha de um casal de filhos, não havia aquela intimidade que estamos acostumados a ver em nossos tempos: “Era bastante puritano. Nós já sentava no colo do pai e da mãe e tudo mais. Mas assim, por exemplo, hoje em dia é diferente. Tem pais que dizem prô filhos: ‘vamo tomá banho?’ levam os filhos juntos. Deus me livre, naquele tempo. Isso era o comunismo. Era tudo muito fechado, ninguém se trocava perto de um filho como hoje em dia, não.”²⁷⁶ O comunismo não é visto pela depoente, como um sistema econômico de alguns países, mas simplesmente como algo negativo e deplorável. Essa informação ideológica foi passada propositalmente ao povo, no período do Estado Novo, onde Getúlio Vargas utilizou-se da “ameaça do comunismo” para permanecer no poder, e quando da Ditadura Militar, de 1964-1985.²⁷⁷

Os pais provavelmente não sabiam como demonstrar afeto, ou por medo ou vergonha, pois não foram acostumados a conviver numa relação mais amorosa, sem pudores, além de disporem de pouco tempo para tal. Brumilde Friedrich, de 58 anos, fez parte de uma família de seis filhos, quatro meninos e duas meninas. Comentou com um tom humorado sobre o assunto: “Os pais tinha, às vez, vergonha. Tinha demais filhos pra criá; então no meu tempo não tinha nada disso. Iam achá bem bobo ainda, se alguém fosse dá um abraço.”²⁷⁸ Osvaldo Persch, de 83 anos, lembrou que o grande número de filhos para atender era um empecilho para as demonstrações de afeto, já que em sua família eram entre oito irmãos, quatro meninos e quatro meninas: “Não, não. Tinha demais, muitas crianças pra atendê. Era difícil naquele tempo. Não, não davam beijo e abraço.”²⁷⁹ Albino Friedrich, de 98 anos, viveu sua infância e adolescência numa família de onze irmãos,

²⁷⁵ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

²⁷⁶ Depoimento de Regina Arlete Trein, 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 08-12-2006.

²⁷⁷ WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.

68

²⁷⁸ Depoimento de Brumilde Friedrich, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9-2006.

²⁷⁹ Depoimento de Osvaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

quatro meninos e sete meninas. Com alguma dificuldade comentou: “Antigamente não foi como hoje.”²⁸⁰

Psiquiatra e psicodramatista há 34 anos, Içami Tiba escreve em *Disciplina, Limite na medida certa*, sobre os desafios na educação familiar ontem e hoje: “Mesmo que o pai tivesse sem fazer nada, os filhos não podiam se aproximar.”²⁸¹ Segundo ele, os pais, mais precisamente o pai, não dispunha de tempo para os filhos devido ao trabalho e ao merecido descanso porque trabalhou. E assim, tornava-se figura distante dos filhos.

Sobre o pai, Vilma Persch, de 78 anos, uma menina em família de onze filhos, lembrou: “Nunca me lembro se ganhei um beijo do pai. Não me lembro. A mãe era mais carinhosa nessa parte, mas o pai não.”²⁸² Flora Meinke, de 86 anos, era única filha mulher e tinha três irmãos. Para ela, o pai era extremamente sério e isso os levava, cada vez mais, a um afastamento. A mãe, por sua vez, era uma figura rigorosa que se fazia mais presente apesar de seus mandos: “O meu pai era muito sério. A mãe era braba; brigava comigo. O pai era muito calado; quase não conversava com a gente. A mãe, o que ela queria dizê, ela dizia e mandava na gente.”²⁸³

Economizando comentários, Arnildo Sand, de 66 anos, um dos mais novos da família de nove irmãos, respondeu quando questionado sobre os afetos: “Isso ninguém abraçava especialmente.”²⁸⁴ Conforme Eli Welzer, de 71 anos, a mais velha de cinco filhos: “Isso não existia muito. Pelo menos na nossa família não existia muito isso, assim, abraça e beijá. Isso a gente pouco aprendeu em casa.”²⁸⁵

4.3 A educação na família

O beijo, o abraço, os carinhos não faziam parte da educação familiar. Os pais defendiam a idéia de que os filhos, para vencerem na vida, precisavam aprender um ofício e ter educação através do estudo, imposição de limites e castigos. Mas esse limite era castrador e os castigos eram corporais.²⁸⁶

²⁸⁰ Depoimento de Albino Friedrich, 98 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9-2006.

²⁸¹ TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo. Ed.Gente. 1996. p. 64.

²⁸² Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

²⁸³ Depoimento Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

²⁸⁴ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006.

²⁸⁵ Depoimento Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

²⁸⁶ TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo. Ed.Gente, 1996. p. 64.

Sabe-se que cada criança tem seu próprio ritmo na aprendizagem, no crescimento e por isso mesmo precisa ser respeitada como tal. A auto-estima da criança e adolescente depende do tratamento dado pelos pais e mestres. No livro *Quem ama educa*, Içami Tiba escreve: “O respeito à criança lhe ensina que ela é amada não pelo que faz ou tem, mas pelo simples fato de existir. Sentindo-se amada, ela se sentirá segura para realizar seus desejos. Portanto, deixá-la tentar, errar sem ser julgada, ter seu próprio ritmo, descobrir coisas permite à criança perceber que consegue realizar algumas conquistas. Falhar não significa uma catástrofe afetiva. Assim, a criança vai desenvolvendo a auto-estima, grande responsável por seu crescimento interno, fortalecendo-se para ser feliz, mesmo que tenha que enfrentar contrariedades.”²⁸⁷

Habitualmente, as crianças e os adolescentes das famílias alemãs na Colônia General Osório eram julgadas pelos pais, sem ter o direito de expressar-se ou defender-se. Os adultos da época, não tinham conhecimento para lidar com as travessuras e possíveis faltas cometidas por elas e eram tratadas como adultos em miniatura. Frederico Antônio Schüsler, de 58 anos, membro de uma família de sete irmãos e uma irmã, quando perguntado sobre a educação recebida em casa durante sua infância e adolescência, respondeu: “Eles [os pais] dialogavam pra gente assim, mas num extinto opressor. Não era amor e carinho. Isso não existia. Era a maneira de como eles foram criados em casa. Uma maneira racista alemã: ou tu faz ou tu apanha. Se não fazia, apanhava. O meu falecido pai, pra ser bem franco, ele era daqueles alemão bastante radicais. Ele, bastava olhá, a gente sabia que já vem problema.”²⁸⁸

O autoritarismo dos adultos combina alto controle com pouco afeto e carinho, conforme Robert V. Kail expõe em *A criança*: “Esses pais fixam as regras e esperam que elas sejam seguidas sem discussão. Trabalho duro, respeito e obediência são o que os pais autoritários desejam cultivar porque o autoritarismo não permite que sejam consideradas as necessidades ou desejos das crianças.”²⁸⁹

Não havia diferença de tratamento dos pais em relação aos filhos mais velhos e filhos mais novos. E, aos mais velhos cabia mais responsabilidade do que aos mais novos. Entre outros compromissos, o de cuidar os irmãos menores e, junto a isso, fazer o almoço quando os pais precisavam trabalhar na lavoura. Essa necessidade sacrificava os primeiros filhos, que nem por isso se sentiam injustiçados pelos pais. Eli Welzer, de 71 anos,

²⁸⁷ TIBA, Içami. *Quem ama educa*. São Paulo. Ed Gente, 2002. p. 55.

²⁸⁸ Depoimento de Frederico Antônio Schüsler, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

²⁸⁹ KAIL, Robert V. *A criança*; tradução Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo:Prentice Hall, 2004. p. 276.

colocou como foi cuidar dos irmãos: “A mais velha tinha que ficá. Eu cuidava das criança, depois daí. Então às vezes, a gente se cozinhava uma coisa diferente quando os pais não tavam aí. Me lembro bem um dia. Então era na época dos figos né. Então: ‘Ah, hoje nós imo cozinhá uma panelada de figo pra nós comê.’ Cozinhemo, fizemo, comemo de meio dia.” Eli Welzer continuou a dizer: “Porque eu era a mais velha, enton eu tinha que corrê em todo que era lugar. Ali tinha as tias, quando ia nasce o nenê, ali vinham lá em casa e eu tinha que fazê o serviço. E depois, os mais novos já não era mais assim. Aí já tava mudado tudo. Assim, diferença que um era mais que o outro não. Era só no trabalho né.”²⁹⁰

Não raramente levavam os filhos menores para a lavoura, deixando “debaixo de uma pé de milho”, segundo comenta Lenir Lamb de Campos, de 50 anos.²⁹¹ Para Frida Ristow, de 81 anos, a mais nova de seis irmãos, dois meninos e quatro meninas: “A mãe nos levô junto. Mas eu me lembro, a minha irmã mais velha, às vez fez o almoço e cuidô de nós quando era pequena.”²⁹² Arnildo Sand, lembrou que era sofrido para as crianças acompanharem os pais na lavoura, devido os bichinhos que circulavam na área: “Botavam num lugar, nem que fosse nos pé de milho. As formiga, isso, às vez, mordía. Daí choravam. Tinha formiga e mosquito, geralmente.”²⁹³ Loda Klein complementou dizendo: “Exatamente. Tinha até cobra em redor das crianças; formigas. Coisa boa era muito pouco na infância.”²⁹⁴

A criança e o adolescente, menino ou menina, eram incumbidos de várias tarefas para ajudar no andamento da casa. Por isso, não só as meninas mas também os meninos tinham a responsabilidade de cuidar os irmãos menores. Eláudio Knop, de 62 anos, o mais velho de quatros irmãos homens, comentou com humor quando perguntado sobre o assunto: “Era ou eu ou o outro irmão mais velho. Ou cuidava ou brigava.”²⁹⁵

O encontro da família acontecia à tardinha ou à noite, depois das “lidas”. Era um momento para as conversas sobre o trabalho, sobre as lições dadas na escola e, como a música fazia parte da vida dos imigrantes alemães e dos teuto-brasileiros, um momento para as cantorias. Assim colocou Frida Ristow, de 81 anos: “Nós tinha vaca e tudo. Até quando nós tava pronto, de tardinha, tinha tirado leite, daí a gente se lavô , tomô banho e daí nós sentemo na área e toquemo violão. Eu sempre toquei a melodia e a minha irmã

²⁹⁰ Depoimento de Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

²⁹¹ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

²⁹² Depoimento de Frida Ristow, 81 anos, residente em Ibirubá. Registro em 06-10-2006.

²⁹³ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

²⁹⁴ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

²⁹⁵ Depoimento de Eláudio Knop, 62 anos, residente em Ibirubá. Registro em 23-11-2006.

tocava, fez o acompanhamento, então.”²⁹⁶ Para Wilma Schüssler, de 91 anos, era o momento especial do dia: “Ah, ele [o pai] sempre conversava com as meninas, com os guris. Eles sentam tudo assim ao redor. Báh, só pra vê. De noite fez a janta e tudo, daí conversava... tomá chimaron...”²⁹⁷

Os pais orientavam os filhos nas lições de aula, durante esses momentos de descanso, como comentou Eli Welzer: “Conversavam assim, e quando nós vinha da aula, ele [o pai] perguntava as lições, o que que o professor disse, tudo. E se nós não sabia alguma coisa, eles ensinavam, explicavam também em casa; ajudavam nós a fazê conta, a tabuada. Era pareio as meninas e o meu irmão. A mãe me ensinou a ler em alemão.”²⁹⁸

O interesse dos pais pela educação escolar era tanto para com os meninos, quanto para com as meninas, com algumas exceções. Elas, além da formação doméstica, recebiam instruções nos bancos escolares, diferentemente da maioria das meninas de descendência italiana, que eram educadas para o trabalho na casa, na horta, na roça, sobretudo.²⁹⁹ O depoimento de Frida Ristow, reforça essa idéia: “Eu fiz a 4ª série. Lá era só até o quarto ano. Meu pai, ele queria me mandá estudá mais. Não era fácil naquela época né, porque era longe e pra ficá na cidade, também né. O pai queria muito que a gente estudasse; a mãe também. E, depois, quando não dava mais assim, daí ele [o pai] mando nós estudá música. Nós todos tocamos música. Meu irmão mais velho, ele tocava clarineta e nós todos, depois, tocamos violão. Meu pai tocava violino.”³⁰⁰

Se o pai ou a mãe não tinha tempo ou condições para ajudar nos deveres de aula, os mais velhos eram incumbidos dessa tarefa. Edgar Welzer, de 73 anos, um dos filhos mais novos de uma família de dez irmãos, sete meninos e três meninas, expôs: “Ah, o meu pai não tinha tanto tempo, mas ele sempre dava ordem prô meu irmão mais velho. Ele timque nos ensiná alguma coisa porque só na aula... Nos ajudá fazê o dever. Isso é o que meu pai fazia então. O Osvaldo, que era o mais velho, sentava na mesa e ajudava nós em alguma coisa; ajudá a fazer os dever quando nós tava apertado.”³⁰¹

²⁹⁶ Depoimento de Frida Ristow, 81 anos, residente em Ibirubá. Registro em 06-10-2006.

²⁹⁷ Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 25-5-2007.

²⁹⁸ Depoimento de Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

²⁹⁹ DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na Coroa, Pranto na vida*. Dissertação de Mestrado. Orientação de Mário Maestri. Passo Fundo. UPF, 2005. p. 132.

³⁰⁰ Depoimento de Frida Ristow, 81 anos, residente em Ibirubá. Registro em 06-10-2006.

³⁰¹ Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-6-2006.

4.4 A educação na escola

Os imigrantes alemães e descendentes tinham grande interesse em criar e manter escolas, como já visto. Não era luxo, mas uma necessidade proporcionar formação cultural para os filhos. E, quando não havia professor formado para tomar frente aos estudos das crianças, se improvisava alguém da comunidade. Por isso, entre esses colonos não havia praticamente analfabetos.³⁰²

No início do século XX, quando os primeiros imigrantes começaram a ocupar a colônia General Osório, as famílias reuniram-se e elegeram a primeira diretoria da Escola Dedicção ao Estudo, que entrou em contato com a colonizadora Dias e Fagundes, de Cruz Alta, para obter um lote de terra e construir uma escola e a moradia do professor. Portanto, em 10 de março de 1910, foi fundada a mais antiga escola de Ibirubá, localizada na chamada Linha Seis. O primeiro professor foi Ernest Wilm, que trabalhou durante quinze anos na escola.³⁰³



Fonte: Arquivo do Jornal Visão Regional de Ibirubá.

Figura 32: Alunos e professor da escola Linha Seis.

No entanto, para quem morava em outra localidade do interior, com dificuldade de conseguir professor, procurava-se algum membro do próprio povoado que pudesse transmitir algumas noções de matemática, o alfabeto e o que mais pudesse ensinar. Para Edgar Welzer, foi o que aconteceu: “Ah é, isso [a escola] era até bom. Depois nós peguemo um professor, que era o Rodolfo Prank, mas ele não era assim que ele surrava.

³⁰² KREUTZ, Lúcio. *Os alemães no sul do Brasil: “Escola da imigração alemã no Rio Grande do Sul”*. Canoas. Ed.ULBRA,1994. p. 149.

³⁰³ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos de Ibirubá – apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005. Edição especial. P. 25.

Ele nem professor não era. Como não tinha outro, então diziam: ‘O Rodolfo vai ser o professor da 5ª série’.”³⁰⁴

Nos primeiros tempos da Colônia General Osório, nas escolas existentes, a língua falada entre professores e alunos era a alemã. Mais tarde, já na sede, a escola era atendida por professores de outras etnias, que vinha de Cruz Alta e falavam mais o português. Eram chamados pelos teuto-brasileiros de “brasileiros”. Wilma Schüssler, de 91 anos, comentou: “Escola é bom. Eu fui quatro ano na escola. Só alemon. Só, só, só alemon.”³⁰⁵ E Flora Meinke, de 86 anos, que estudou na primeira escola criada na sede, complementou: “Primeiro era alemão. Aprendi lê e tudo em alemão. Depois eu fui no ‘grupo’ e tudo e daí o segundo professor que eu tive, ele ensinava a traduzir e tudo.” A depoente continuou a dizer: “As professoras do grupo vinha de Cruz Alta e elas já eram brasileiras. Elas não castigavam, ensinavam trabalhos manuais. Os guris faziam de serrinha, recortavam aqueles estojos, como é que se diz, porta-cuias, isso eles faziam. E se não tinha outros trabalhos manuais pra fazê, eles iam bordá. Até o Hugo [irmão] ia bordá. Sábados sempre tinha trabalhos manuais pra fazê. E os guris faziam também. Tinha muita ginástica e aquele vôlei e basquete tinha. Isso tudo no grupo. No alemão não era assim.”³⁰⁶

Nesse caso, o Grupo Escolar Ibirubá chamado na época de Grupo Escolar da Sede, foi criado em 1913, quando o município ainda pertencia a Cruz Alta. Surgiu através do decreto Governamental nº 7.764. A escola de 1ª a 5ª série situava-se na atual Avenida Getúlio Vargas.³⁰⁷

Depois de alguns anos, com o crescimento da colônia, foram surgindo várias escolas no interior e na sede. Entre elas, a Escola Sinodal Visconde de Porto Seguro, que na época de sua fundação (05-09-1915) foi chamada de “Deutsh-Evengelische Schulgemeinde”. As aulas eram ministradas pelo professor Reinoldo Bratz, em língua alemã. Já a Escola Santa Teresinha, fundada em 24 de maio de 1929, pela Comunidade Paroquial Católica, primeiramente foi administrada por pessoas da comunidade e, mais tarde, em 1935, foi assumida por irmãs da Congregação de Nossa Senhora.³⁰⁸

³⁰⁴ Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-6-2006.

³⁰⁵ Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 25-5-2007

³⁰⁶ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006 e 28-5-2007.

³⁰⁷ REVISTA NOSSA TERRA. *50 anos Ibirubá – Apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. 2005 Edição especial. P. 21.

³⁰⁸ Id. ib., p. 22.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 33: Alunos e professor da Escola Evangélica, na sede (1926).



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 34: Alunos e professor da Escola Católica, na sede (1934).

Os moradores da sede, geralmente escolhiam a escola dos filhos conforme a tendência religiosa. Os pais de Frederico Antônio Schüssler, de 58 anos, eram católicos: “Estive em colégio de freiras. Elas eram alemãs, mas o colégio era português.”³⁰⁹ Já os pais

³⁰⁹ Depoimento de Frederico Antônio Schüssler, de 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

de Regina Arlete Trein, de 52 anos, a colocaram na escola evangélica: “A gente já estudou em escola evangélica porque os professores eram alemães e tudo. Por isso que os pais já procuravam colocar em escola evangélica. A educação era mais rígida.”³¹⁰

4.5 A língua e a campanha de nacionalização

A língua alemã predominou na localidade de General Osório (atual Ibirubá), nos primeiros anos de colonização, isto é, era usada em quase todos os lugares e atividades sociais. Na família, os pais falavam entre si e com os filhos; os irmãos também falavam entre si apenas o alemão. Para os mais antigos até na escola a língua alemã era unânime. Sobre o assunto, Albino Albino Friedrich, de 97 anos, comentou quando questionada sobre a língua falada em casa e na escola: “Só o alemão né. Na escola nós falava tudo alemão. O professor era alemão.”³¹¹

Para Wilma Schüssler, de 91 anos, não foi diferente. E com seu sotaque carregado, confessou que era uma exigência do marido a língua alemã em casa. Por isso, levou muito tempo até falar o português: “Só alemon. Só, só, só alemon. Aqui meo marido, também dentro de casa, não se pode falá brasileiro, só alemon. Fora pode falá o que quer. Eu tinha trinta e cinco ano quando eu começa falá brasileiro. Por isso é meo atrasado.”³¹²

Os avós maternos de Flora Meinke vieram da Alemanha para a chamada Linha Duas, interior de Ibirubá, a procura de terras. E, segundo ela, “Minha mãe não sabia falar brasileiro, só alemão.”³¹³

Armassa Knop, de 83 anos, a mais velha de três irmãos, declarou: “Em casa, o alemão e na escola também era só alemão. O professor era alemão, da comunidade.”³¹⁴ Osvaldo Persch, de 83 anos, também deu seu depoimento sobre o assunto: “Tudo em alemão. Até quando eu fui no colégio era tudo em alemão. Eu foi até o terceiro ano e deu que chega.”³¹⁵

Os livros usados na escola, naquele período eram apenas na escrita alemã. Frida Ristow, de 81 anos, comentou: “Só o alemão, em casa é. E na escola, primeiro, nos

³¹⁰ Depoimento de Regina Arlete Trein, de 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 08-12-2006.

³¹¹ Depoimento de Albino Friedrich, de 98 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9-2006.

³¹² Depoimento de Wilma Schüssler, de 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006.

³¹³ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

³¹⁴ Depoimento de Armassa Knop, de 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 23-11-2006.

³¹⁵ Depoimento de Osvaldo Persch, de 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

primeiros anos era só alemão. Aprendemo só em alemão; todos os livros, todos em alemão.”³¹⁶

Como se observa, não havia qualquer objeção à língua falada pelos colonos e seus filhos. Mas, após algum tempo, no Governo de Getúlio Vargas (Estado Novo), período que aconteceu de 1937 até 1945, isso se tornou um problema. Já antes do Brasil entrar em guerra (Segunda guerra mundial, em 1942) os habitantes das colônias alemãs foram proibidos de falar publicamente outra língua que não fosse a portuguesa; os livros das escolas foram apreendidos ou queimados e isso refletiu diretamente na vida das famílias da colônia General Osório.³¹⁷

Em lugares públicos, a língua obrigatória era a portuguesa e as escolas sofreram modificações devido a essa imposição do governo brasileiro, que fez uma campanha de nacionalização, pois queria tornar o país uma nação exclusivamente brasileira. Criou-se, em 1930, o Ministério da Educação a nível federal e, em 1935 foi fundada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação em Saúde Pública. Com isso, a educação em muitos povoados de descendentes alemães, que tinha uma estrutura própria por, muitas vezes, faltar professores e escolas, teve que se modificar e seguir as novas ordens.³¹⁸ O projeto de nacionalização do governo de Getúlio, era uma das formas para poder governar e dominar, com mais facilidade, a população brasileira. Florence Carboni e Mário Maestri escrevem em, *A linguagem escravizada*: “A dominação de classe dá-se e consolida-se por meio da dominação de linguagem.”³¹⁹

Para Vilma Persch, de 78 anos, mesmo não entendendo exatamente o porque dessa mudança no país, a vida se tornou difícil durante esses anos. Talvez, como fruto da imaginação, se viram vigiados e ameaçados: “Óia, nós, quando entro aquela lei que não é prá falá em alemão... o pai nem deixo mais falá em alemão. Até o professor, tinha um livro em alemão e ele tomo. Era tudo em brasileiro. Antes nós falava a alemão. Depois, de dia, nós falava o alemão. Mas, de noite, nós tinha medo que cruzava um brasileiro e ovía nós falá o alemão. Eles avançavam. Tudo que tinha dentro de casa, de livro alemão, eles tomavam.”³²⁰

³¹⁶ Depoimento de Frida Ristow, de 81 anos, residente em Ibirubá. Registro em 06-10-2006.

³¹⁷ WEBER, Regina. *Os alemães no sul do Brasil- “Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí.”*. Canoas. Ed. ULBRA, 1994. p. 115.

³¹⁸ PETRY, Andréa Helena; NEUMAN, Rosane Márcia. *História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã- “Imigrantes alemães e seus descendentes no contexto da campanha de nacionalização.”*. São Leopoldo. Ed. Oikos, 2005. p. 33.

³¹⁹ CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.105.

³²⁰ Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

Também para Lira Sand, de 71 anos, a mais velha de cinco irmãos, o português aprendido na escola ajudou nesse período: “Se falava o alemão. Quando chegava uma visita, assim, dos moreno né, daí a gente falava brasileiro. Nós sabia né; nós aprendemo na escola né. Os moreno cuidavam como a gente falava, se nós falava em alemão. Era a época que queimavam os livro em alemão e não podia falá em alemão. Eu comecei com oito ano ir na escola.”³²¹

Para Edgar Welzer era difícil até a ida ao armazém: “Mas nós muito tempo não podia saí na rua por causa disso. Óia, pra ir na bodega, o pai e a mãe faziam um bilhete: ‘entrega lá’. Aí eles [os comerciantes] preparavam e tu ficava... óia, foi brabo, muitos anos.”³²²

Foi um processo dolorido para as famílias que falavam apenas dialetos alemães. Mas, as crianças tiveram sua participação nessa mudança quando, em contato com a escola, foram forçados a “descobrir” a língua portuguesa e, conseqüentemente, falar entre irmãos e com os pais não apenas o alemão.

4.6 A vida depois de Getúlio

Após esse período em que o governo de Getúlio Vargas impôs o projeto de nacionalização em todo país, ainda se falava a língua alemã em casa mas, já na escola, era apenas o português. Sérgio Dillenburg escreve em, *Tempos de incerteza*: “As crianças eram atingidas mais diretamente, pois não podiam entender a brusca mudança de comportamento e insegurança de seus pais.”³²³

Eládio Konp comentou: “Em casa se falava o alemão. Na escola nós falava o brasileiro, o português.”³²⁴ E, para Arnildo Sand, também não foi diferente: “Nóis era direto o alemão. Só depois de ir pra escola que começemo a falá o brasileiro.” E Arnildo continuou: “Na minha época, na esciola se falava tudo em brasileiro. Quando eu fui pra escola, eu só sabia falá alemão. O português, depois foi aprendendo um poco por conta assim. Os mais velho diziam que não podiam falá alemão em qualquer lugar.”³²⁵

³²¹ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006.

³²² Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro 11-6-2006.

³²³ DILLEMBURG, Sérgio R. *Tempos de incerteza*. Porto Alegre: EST, 1995. p.85.

³²⁴ Depoimento de Eláudio Konp, 62 anos, residente em Ibirubá. Registro 23-11-2006.

³²⁵ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro 20-9-2006.

Loda Klein também colocou sua experiência: “Essa para mim, foi uma fase muito difícil, porque quando eu fui pra aula era justamente o começo da proibição. E nós não sabíamos falar o português. O meu pai não aprendeu português até a morte dele. A mãe sim. Mas nós então, a gente tinha que se cuidá muito. Durante a aula e durante o recreio, muitos ficavam em silêncio, não falavam por que não sabiam. E, felizmente, depois caiu tudo. Foi uma coisa completamente negativa porque poderiam seguir com o ensinamento do português e do alemão. As famílias tinham que se adaptar com essas coisas. Os velhos advertiam a gente pra não se falar mais o português: ‘Cuidado, tu não vai falá o alemão, se não tu vai preso’.”³²⁶

Como já foi assinalado, o período do Estado Novo foi altamente prejudicial, de um ponto de vista psico-social, para as famílias, em especial para as crianças e adolescentes de origem alemã. De uma hora para outra, foram obrigados a mudar parcialmente de hábitos, em forma autoritária. Muitos deixaram de participar das atividades por medo de pronunciar algo na língua alemã. As mudanças ocorreram em todas as colônias alemãs, como foi o caso de Santa Cruz do Sul: muitas sociedades, eventos culturais como o canto, corais, foram perdendo espaço pelo medo da repressão.³²⁷

Uma consequência visível, nesse período de nacionalização, foi a substituição do ensino privado pelo ensino público, da língua alemã pela portuguesa, fenômenos positivos, caso tivesse se dado em forma não autoritária e, sobretudo, não excludentes no relativo ao falar. Alguns professores que ainda ensinavam com a língua alemã nas escolas mantidas pelos colonos, foram obrigados a parar ou mudar seu modo de trabalho. A maioria dos filhos dos colonos conhecia apenas a língua alemã e a ida para a escola obrigou-os a estudar, além do conteúdo, a língua do país que habitavam.³²⁸ Foi assim com Lenir Lamb de Campos: “No interior, quando nós morava no interior, falava só, quase o alemão em casa. E depois que a gente começou ir no colégio, daí entrô o português né.”³²⁹ O mesmo aconteceu com Frederico Antônio Schüssler: “Em casa só o alemão. Entrei no colégio com sete ano de idade; eu não sabia falá uma palavra em português.”³³⁰ Regina Arlete Trein lembrou que, diferente dos pais, falava as duas línguas: “Bom, a gente já falava o

³²⁶ Depoimento de Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 15-5-2007.

³²⁷ AZAMBUJA, Lissi Bender. *A língua alemã: um legado dos imigrantes alemães em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.63.

³²⁸ KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937 – 1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979. p.34.

³²⁹ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá. Registro 29-11-2006.

³³⁰ Depoimento de Frederico Antônio Schüssler, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro 04-12-2006.

português porque a gente já ia pra aula também. Nós já falava o português e o alemão, diferente dos nossos pais que só era o alemão.”³³¹

A língua alemã [dialetos] ainda é falada pelas pessoas mais velhas do interior do município, nas regiões rurais de algumas antigas colônias. É algo que serve como referência, como ligação, entre e para os teuto-brasileiros. Em *Língua alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul – RS*, Lissi I. Bender Azambuja escreve: “Apesar de tudo, a língua ainda é uma realidade existente e persistente entre muitos descendentes, falada de forma espontânea, numa linguagem que serve mais do que para comunicar; tem o sentido nobre de comungar entre si de uma mesma identidade que os une.”³³²

4.7 O castigo na escola

A cara feia, a mão pesada, a paciência curta eram tidas como melhor forma para a educação das crianças e adolescentes. Possivelmente os pais e professores passaram por esse mesmo “aperto” e não lhes foi mostrado outro modo de agir diante das travessuras dos filhos. Os castigos eram violentos e humilhantes tanto em casa quanto na escola. Por isso, a aceitação dos pais de alguma atitude mais severa ou brutal dos professores. Os mais antigos lembram que sofriam agressões físicas na escola. Assim ocorreu com Albino Friedrich: “Na escola eles botavam grão de milho no chão, daí botavam de joelho no chão, em cima. Daí eles tinham uma varinha de marmelo né. E o professor, ele costumava batê assim, a mão na cabeça [mostrou com as mãos].”³³³ Flora Meinke, também sofreu com essas repreensões na escola: “Eles surravam. A gente tinha que botá as mãos e surravam em cima com régua e até vara.”³³⁴

Para o senhor Osvaldo Persch, a figura do professor era lei. Por isso ninguém se rebelava contra essas atitudes: “A professora tinha a vara de marmelo. Naquela época as professoras tinha a lei né. Podiam castigá criança né. Podia surrá e segurá numa repartição fechada. Eles podiam fechá os alunos e depois largá de meio-dia. Era um tipo de castigo.

³³¹ Depoimento de Regina Arlete Trein, 52 anos, residente em Ibirubá. Registro 08-12-2006.

³³² AZAMBUJA, Lissi Bender. *Língua alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.88.

³³³ Depoimento de Albino Friedrich, 98 anos, residente em Ibirubá. Registro 25-9-2006.

³³⁴ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006 e 28-5-2007.

Agora, aconteceu num lugar, o professor boto o aluno num poron fechado e tinha uma cobra. E, quando viram tava morta. Eu me lembro ainda.”³³⁵

Eram várias as maneiras de castigar um aluno, como contou Vilma Persch: “Na escola nós também ganhava castigo. Ficava uma tábua erguida, uma hora sem baixá os braços. Quando baixava, ele [o professor] dizia: ‘Levanta os braço!’ Ficava lá. Tinha que ficá com a tábua pesada, segurando.” Vilma continua dizendo que: “O professor, aquele, pegava e botava a cabeça do piá no meio das pernas e ó [batia]. Um rapaiz ele surrô tanto, que ele fico oito dia de cama.”³³⁶

Olemar Friedrich, de 60 anos, casou-se anos depois com a filha de seu professor, mas não hesitou em comentar sobre o tratamento dado aos alunos: “Olha, se é pra dizê a verdade, na escola o professor não era fácil. Ele abria a mão assim e dava com régua e tinha que ajoelhá na tampinha de garrafa. Quem não respeitava, era assim.”³³⁷

Os castigos não se restringiam aos alunos mal comportados, mas também àqueles que não entendiam o conteúdo. Esses também eram agredidos fisicamente, o que levava a “classe” a reagir com medo diante do professor austero. Ninguém gostava de presenciar os maus tratos com os colegas. Assim colocou Eli Welzer: “Ah, ele [professor] surrava. Até ele tirava o chinelo do pé e atirava com chinelo quando não prestavam atenção. Isso ele fazia. Ele era enérgico. Nós tinha medo do nosso professor. Agora, o meu [professor], ele exagerou. Porque tinha alunos que não compreendiam né, que não tinha as idéias, não aprendiam fácil né. Eu sei que tinha um tal de Paulo lá. Pra esse era difícil tudo. Ele não aprendia. Aí, o professor queria que ele estudasse e ele [professor] pegava na nuca e batia na parede. Isso ele fazia. Ele era muito enérgico e nós ficava com ‘dó’ dele [colega] e nós ficava olhando. Nós tinha medo.”³³⁸

Anos depois, essa situação humilhante não mudou muito. A régua na classe da professora era uma ameaça e inibia qualquer atitude inadequada, como colocou Lenir Lamb de Campos: “Por comportamento, eles [os alunos] recebiam castigo; tinha que ficá na escola, tinha dois degraus bem largos, viravam assim pra rua [mostrou os braços abertos] ajoelhados e quem passava já sabia que aquele aluna tava de castigo. E por falta, às vez, por dificuldades de estudo, ganhavam castigo também. Tinha que estudá. Eu, por exemplo, eu não sabia a tabuada do sete, então eu esquecia sempre e ficava ajoelhada até

³³⁵ Depoimento de Osvaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro 01-6-2006.

³³⁶ Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro 01-6-2006.

³³⁷ Depoimento de Olemar Friedrich, 60 anos, residente em Ibirubá. Registro 05 -9-2006.

³³⁸ Depoimento de Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro 11-7-2006.

decorá a tabuada. E nós não colava do outro porque a professora, na mesa dela tinha a vara ou uma régua grande.”³³⁹

Conforme depoimento de Frederico Antônio Schüssler, havia um lugar especial para os alunos mal comportados, segundo a visão dos professores que trabalhavam na escola dirigida por freiras: “Na escola, bastava virar prô lado ou qualquer coisinha, bastava pra ganhá uma reguada na mão. Se um dos alunos criava contrariedades, era castigado. Existia na casa das freiras, a escadaria que subia no quarto delas. Embaixo dessa escada existia o quartinho escuro. Então, qualquer desvio de conduta do aluno era levado prô quartinho escuro.”³⁴⁰

Os procedimentos usados nas escolas para ensinar, resultavam numa criança introvertida e sem coragem para desenvolver sua criatividade e expor suas opiniões. Muito diferente das idéias defendidas pelos teóricos da pedagogia crítica, que definem a escola como um empreendimento na vida política e cultural do ser humano. Em *A vida nas escolas*, Peter McLarem escreve: “Os teóricos educacionais críticos argumentam que os professores devem entender o papel que a escolarização representa ao unir conhecimento e poder, para usar este papel no desenvolvimento de cidadãos críticos e ativos.”³⁴¹

4.8 O castigo em casa

Os castigos físicos eram também comuns em casa. Não havia diálogo para evitá-los e os instrumentos usados para tal eram, no mínimo, estranhos. O pai, segundo a maioria dos depoentes, usava os castigos com mais freqüência e com mais violência. Albino Friedrich lembra: “Meu pai castigava, dava laço até com enxada. A mãe não.”³⁴² No caso do Osvaldo Persch, também: “O pai castigava mais e a mãe dava mais conselho e tudo né. E outra coisa, se a gente ia saí com vizinho, brincá com otros colegas ansim, a gente tinha de voltá com sol, não podia deixá entrá o sol, senão a varinha pegava.”³⁴³

A violência não era privilégio dos mais antigos e os motivos eram variados. Para Lenir Lamb de Campos, o pai era uma figura furiosa: “O pai, quando ficava brabo, era muito violento. A mãe era aquela surra assim...” E Lenir comentou um episódio em sua

³³⁹ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá. Registro 29-11-2006.

³⁴⁰ Depoimento de Frederico Antônio Schüssler, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

³⁴¹ MCLAREN, Peter. *A vida nas escolas*. Tradução de Lucia Pellanda Zimmer. Porto Alegre: Artes médicas, 1977. p. 192.

³⁴² Depoimento de Albino Friedrich, 98 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9-2006.

³⁴³ Depoimento de Osvaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

vida: “Tinha um bolicho perto de casa, que nem duas quadras. Daí, do lado do bolicho era a escola. E me lembro que eu era pequenininha e tinha que buscá cigarro com uma marca bem comum. E daí fui dizendo a marca pra não esquecer e quando fui chegando perto da escola, eu tinha vergonha de passá porque era hora do recreio. E eu sentei no barranco e daí eu esqueci a marca do cigarro. Daí eu voltei pra casa e apanhei.”³⁴⁴

Como já assinalado, é bem verdade que naquela época, os adultos não conheciam outra linguagem a não ser os castigos, tapas e pontapés, porque também eles foram educados dessa maneira. A violência, segundo Içami Tiba, serve apenas para descarregar a raiva, pois não é, de maneira nenhuma, educativa: “O pai que descarrega um palavrão ou um tapa na orelha da criança deixa de usar o melhor de si mesmo, os infindáveis recursos do cérebro humano, para lidar com a pessoa que mais ama, o próprio filho.”³⁴⁵

Além das crianças e adolescentes, os pais se achavam no direito de bater também nos filhos já moços. A submissão e o medo do pai facilitava essa atitude. Com o autoritarismo os pais acreditavam ganhar o respeito dos filhos. Frederico Antônio Schüsler, um dos filhos mais novos da família, recordou: “Eu me lembro que meus irmãos mais velhos, com vinte quatro, vinte cinco anos, ainda apanhavam.” E continua dizendo: “Eles mo [os pais] mostravam que quem mandava, mandava e quem tinha que obedecer, obedecia.”³⁴⁶

Devido aos exageros, se criava um sentimento de injustiça ou tristeza, que depois de alguns anos não foram esquecidos. É o caso de Vilma Persch: “Eu apanhei do pai sem culpa. Naquele tempo tinha aqueles potes pra fazê coalhada, e daí, eu queria limpá o fogon e o pai tava sentado do lado tomando mate. Eu era menina ainda e derrubei aquele pote no chão. Meu pai tiro a cinta e ó,ó,ó...Eu não tinha culpa.”³⁴⁷ Na visão de Lira Sand, a surra era merecida: “Nóis apanhava pouco. Mas às vez valia a pena. Mas a gente merecia.”³⁴⁸

Erik H. Erikson escreve, em *Infância e sociedade*: “Toda sociedade é constituída por indivíduos sujeitos ao processo de se desenvolverem de criança a genitores. Para assegurar a continuidade da tradição, a sociedade deve preparar desde cedo suas crianças para a futura condição de genitor.”³⁴⁹ A maneira encontrada pelos pais, para educar ou

³⁴⁴ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

³⁴⁵ TIBA, Içami. *Quem ama educa*. São Paulo: Ed Gente, 2002. p. 170.

³⁴⁶ Depoimento de Frederico Antônio Scüsler, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

³⁴⁷ Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

³⁴⁸ Depoimento de Lira Sand, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

³⁴⁹ ERIKSON, Erik H. *Infância e Sociedade*. Tradução de Gildásio Amado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 372.

impor respeito através dos castigos e agressões físicas, era vista como a única forma de gerar os futuros pais e donas de casa.

4.9 O trabalho

A vida para a criança e o adolescente era muito compromisso e seriedade, com o trabalho e com a escola, e pouca diversão e brincadeiras. A necessidade de ajudar na subsistência da família levava meninos e meninas, ainda pequenos, para o trabalho junto com os pais. Para ajudar os pais nas atividades da colônia, não era necessário conhecimentos aprendidos na escola, apenas força braçal.³⁵⁰ Wilma Schüssler, lembrou: “Sim, nós precisava trabaiá. Desde pequininho. Quando tu já pode caminha, precisa ajudá a mãe carregá lenha pra dentro.” Wilma continuou dizendo que “no meo casa, do meo pai, tudo mundo ia pra roça. Tudo um como outro, as menina e os guri. Com sete ano eu tive que fazê crochê.”³⁵¹

Vilma Persch, comentou sobre as tarefas realizadas: “Ah, de sete e oito ano já tinha que ajudá trabalhá. Era enxada, era machado, era puxá mandioca pra casa, pros bicho, tratá os bicho, tudo. Puxá água a muque e fazê a lenha. O pai ia serrá uma coisa e era eu que tinha que ajudá na serra. Eu não tinha nem dez ano, já tinha que ajudá em tudo.”³⁵² Conforme Osvaldo Persch, quando criança precisava levantar cedo, ajudar o pai e só depois ir à escola: “Naquele tempo a gente trabalhava. A finada mãe ficava em casa pra fazê comida. Sete, oito ano em diante né, ajudá em tudo que era serviço. A gente fazia o que podia, ansim. A gente madrugava naquela época. No começo, o finado meu pai, ele era fumero. Fazia fumo em corda pra vendê e aí ele enlatava né. Então eu tinha de às vez segurá o latonzinho né, já de manhã cedo e depois a gente ia na aula né, às oito hora, a pezito, pé no chão.”³⁵³

Para algumas crianças, era preciso trabalhar nas casas de outros para ajudar a família, como relatou Edgar Welzer: “Com oito ano, sete ano, eu já trabalhei. Fazia horta, tratá porco... Eu tive que trabalhá numa casa de um professor, ganhando.”³⁵⁴ O mesmo aconteceu com Flora Meinke. Primeiramente trabalhou em casa ajudando a mãe; quando

³⁵⁰ WENCZENOVICZ, Thais Janaina. *Montanhas que furam as nuvens*. Dissertação de mestrado. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 110.

³⁵¹ Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 25-5-2007.

³⁵² Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

³⁵³ Depoimento de Osvaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

³⁵⁴ Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

já adolescente precisou ajudar com as despesas e serviu a uma família cuidando de crianças. Após, trabalhou como costureira: “A mãe, ela sempre fazia todo o serviço de casa. Então, lavá casa, lavá ropa, isso sempre tocava pra mim. E quando eu tive treze anos, eu já fui aprendê a costura. Porque nós tava mal. Então, primero eu fui num casal lá em cima cuidá os guris, os nenê. Daí a minha mãe disse: ‘Tu vai agora aprendê a costura a mão.’ Tinha que corrê lá, aprendê a costurá a mão. Não pagava nada, mas eu tinha que trabalhá pra ela, pra costurera. E, e daí, depois de lá, eu saí e foi trabalhá com um alfaiate pra aprendê a costurá calça.” E Flora continuou: “Daí, no fim, quando eu já sabia, ele pagava: três mil reis por uma calça. Esse dinheiro eu tinha que ajudá em casa.”³⁵⁵

Tanto as meninas quanto os meninos, precisavam ajudar em serviços sem segurança ou pesados, desde muito cedo, como comentou Arnildo Sand: “Com oito ano já ia atrás do arado de boi. Bem dizê, não tinha diferença: o piá tinha que carpi e as menina tinha que ajudá; era tudo a muque.”³⁵⁶ Era uma produção apoiada essencialmente na força de trabalho – a muque -. Portanto, necessitava da força de trabalho das crianças e adolescentes.



Fonte: Museu Municipal de Ibirubá.

Figura 35: O trabalho com o arado.

³⁵⁵ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

³⁵⁶ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

Mais sorte teve Acardi Gentz, de 66 anos. Vivia com a mãe, o padrasto e um irmão mais velho. Para ela, o trabalho não era levado tão a sério: “Bom, antes de ir na aula eu já ia nas lavoras, nem que não fazia nada, só brincava. E se plantava batatinha, daí eu botava a batatinha nos buracos; era tudo plantado à mão. Com cinco anos nós já ia pra lavora.”³⁵⁷

Já para os nascido anos mais tarde, o trabalho já não tinha como objetivo a ajuda no sustento da família, como colocou Regina Arlete Trein: “Trabalhá fora mesmo, eu comecei com vinte anos. Em casa sim, a gente tinha que ajudá. A mãe era sempre doente e eu ajudava a fazer o serviço: tirá leite, dá pasto. A gente voltava da escola e tinha que ajudá depois. O meu pai tinha olaria, então nós não tinha lavora. Meu irmão ajudou só um pouco na olaria.”³⁵⁸ Também para Frederico Antônio Schüsller: “Com oito anos de idade eu já ia pras construções com meu falecido pai, juntá tijiolos,, pregá parque...Chegava o fim de semana, tinha os meus troquinhos no bolso e a gente se divertia.”³⁵⁹

4.10 As brincadeiras

Além das dificuldades econômicas, a criança sofria as conseqüências de uma “criação” sem respeito e sem o conhecimento dos adultos das fases da vida. E, apesar disso, havia momentos agradáveis e divertidos: jogos de crianças onde, algumas vezes, meninos e meninas brincavam juntos.

Os brinquedos, na maioria, eram feitos pelas próprias crianças: as carretas, bonecos de panos, bolitas de barro, jogo de ossos de boi etc. Para Acardi Gentz, não havendo brinquedos comprados, a boneca era uma das poucas opções: “Eu e a minha prima, nós brincava de boneca de noite sentado na cama. Era muito difícil brinquedo comprado. As vez, nós fazia umas quantas boneca de pano.”³⁶⁰ Lenir Lamb de Campos, também criava suas bonecas com a ajuda da avó: “Eu tinha boneca de pano com cabelo de pelego. A minha vó fazia. E também fazia boneca de espiga de milho.”³⁶¹

Segundo Wilma Schüsller, meninas trabalhavam com agulhas para transformar panos em bonecas: “Fiz boneca, ropa de boneca, mas deus me livre! Nós tinha um poron embaixo. Brincava com a vizinha. Eu fiz a ropa das boneca. Uma vizinha, amiga da mãe

³⁵⁷ Depoimento de Acardi Gentz, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro 19-5-2006.

³⁵⁸ Depoimento de Regina Arlete Trein, 52 anos, residente em Ibirubá. Registro em 08-12-2006.

³⁵⁹ Depoimento de Frederico Antônio Schüsller, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

³⁶⁰ Depoimento de Acardi Gentz, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 19-5-2006.

³⁶¹ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

dizia: ‘vizinha, a senhora não pode deixá as criança com agulha e tesora. Isso é muito perigoso.’ Então a mãe dizia: ‘Non, as criança precisa agora aprendê’.”³⁶²

O mesmo aconteceu com Vilma Persch. E, segundo ela, meninos e meninas brincavam juntos: “Não tinha nada de brinquedo, não tinha bonequinha, não tinha nada. Não existia brinquedo comprado. Tinha que fazê os brinquedos. Nos domingo vinha a gurizada e nós brincava tudo junto. Nós fazia roda e daí fazia uma bola de pano e daí onde tu soltava tinha que alguém continuá. Era o ovo choco.”³⁶³

Para Osvaldo Persch, até o barro servia como matéria prima para brincar: “Óia, a gente brincava de bolita ansim, fazia bolita de barro ansim; e também de carrinho a gente fazia. Era um divertimento, uma alegria pra gente.”³⁶⁴ Eli Welzer comentou que as brincadeiras entre meninos e meninas eram comuns no final de semana: “Ah, se misturava. Nos domingo à tarde as crianças do vizinho vinham e a gente ia longe no potrero. Lá em casa tinha uma sanga, tinha um barranco alto e ali que nós trepava, subia e descia lá em baixo.”³⁶⁵ Também para Edgar Welzer a convivência entre meninos e meninas era pacífica: “O que nós jogava muito era ‘sete maria’, principalmente no tempo de pêssego por causa do grão de pêssego. Aquilo até que é muito bonito.”³⁶⁶

Para alguns, o brinquedo era algo escasso. Foi assim para Albino Friedrich, “quase non tinha brinquedo.”³⁶⁷ Também para Armassa Knop: “Oh, brincava de escondê, pega-pega. Nós nunca tinha boneca. Inventava os brinquedo.”³⁶⁸

4.11 A ignorância sobre questões do sexo

O adolescente tem consciência das mudanças que ocorrem em seu corpo e algumas dessas mudanças afetam o seu desenvolvimento psicológico.³⁶⁹ Mas, para os meninos e meninas das colônias, não era dada a oportunidade de conhecerem ou questionarem sobre suas intimidades. A natureza oferecia algumas explicações, como por exemplo, o nascimento que algum animal doméstico e mesmo assim, continuavam ignorantes a esse

³⁶² Depoimento de Wilma Schüssler, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 25-5-2007.

³⁶³ Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

³⁶⁴ Depoimento de Osvaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-7-2006.

³⁶⁵ Depoimento de Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

³⁶⁶ Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

³⁶⁷ Depoimento de Albino Friedrich, 98 anos, residente em Ibirubá. Registro em 25-9-2006.

³⁶⁸ Depoimento de Armassa Knop, 83 anos, residente em Ibirubá.

³⁶⁹ KAIL, Robert V. *A criança*. Tradução de Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo:Prentice Hall, 2004. p. 411.

respeito. Em *Colônia Alemã – imagens do passado*, Telmo Lauro Muller escreve: “No meu tempo de colônia, não havia qualquer coisa parecida com educação sexual. Havia coisas terminantemente proibidas; havia assuntos sob severa censura. Tanto isso era verdade que, de repente, nascia uma criança e a gente ficava admirado de onde ela tinha vindo. Com vacas, porcos, galinhas, gatas, deveria ter sido fácil uma educação sexual, pois os exemplos estavam aí. Mas não era assim. Era tabu e pronto.”³⁷⁰

Certos assuntos que diziam respeito ao nascimento dos bebês, a menstruação, ao sexo, ao namoro etc. eram evitados. Era algo que envergonhava os adultos e se tornava mistério para crianças e adolescentes. Nada era explicado para esses meninos e meninas que recebiam respostas fantasiadas a essas curiosidades e dúvidas. A cegonha era responsável pelo surgimento dos bebês, para a maioria dos entrevistados. Frederico Antônio Schüssler confessou: “Nunca ouvi falá. Uma vez eu perguntei pra minha mãe: ‘Como vem um nenê?’ ‘Ah, mas é a cegonha, ela traz no bico o nenê pra gente.’ A mãe falou isso.” O mesmo, passou a entender melhor o assunto depois de casado: “Quando eu casei já tinha relacionamento com amigas, mas nunca um relacionamento de sexo explícito. A gente se tocava, se conhecia, mas nunca entrava na parte do sexo. A gente não sabia. Eu comecei a saber dessas coisas depois que casei.”³⁷¹

As crianças e adolescentes começam a adquirir auto-confiança e a ter uma identidade própria, quando são estimuladas para as discussões, quando são respeitadas em suas particularidades. Mas isso é difícil quando os pais colocam regras e as impõem sem dar as devidas explicações.”³⁷² E a regra para as crianças e adolescentes, no passado, era não questionar sobre assuntos relacionados ao sexo. Isso traziam um sentimento de curiosidade e ao mesmo tempo insegurança antes do namoro ou casamento.

Em certos casos a mãe nunca explicou sobre os nascimentos e nunca tomou conhecimento sobre a menstruação da filha. Tudo era vergonhoso. Com Flora Meike, foi assim: “Deus me livre a mãe explicá como era de verdade. Meu pai era muito sério, ele não dava bola. Deus me livre falá essas coisa de namoro assim. Quem me explicô foi uma prima minha. Ela me convidava, ela era um pouquinho mais velha que eu. Ela mesma me costurava uma cinta com umas faixinhas. Minha mãe nem fico sabendo direito. A gente se escondia e ficava com vergonha.”³⁷³

³⁷⁰ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981. p. 11.

³⁷¹ Depoimento de Frederico Antônio Schüssler, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

³⁷² KAIL, Robert V. *A criança*. Tradução de Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Prentice Hall, 2004. p. 482.

³⁷³ Depoimento de Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006 e 28-5-2007.

Também para Vilma Persch não foi diferente. Não lhe foi explicado e por isso sentia vergonha quando menstruava.: “Nunca, nunca,nunca a mãe falo isso pra mim. Eu sei que tinha dezesseis ano quando fiquei mocinha, daí ela perguntô pra minha cunhada: ‘Não sei se já tá mocinha ou não.’ Ela pra mim nunca pergunto. Eu lavava minha ropa e escondia atrás da porta do quarto, pra ela não enxergá minha ropa.”³⁷⁴

Para os meninos também não era dito nada. Arnildo Sand comenta ressentido: “Ninguém explicava. Eu teve que aprendê por conta.”³⁷⁵

O pavor tomava conta das adolescentes quando menstruavam pela primeira vez . Foi o que aconteceu com Lira Sand,: “Pois é, a mãe nem me explicô como era a coisa da menstruação. Numa noite eu sujei o lençol, daí a mãe me chamou no outro dia na cama. Eu tinha treze ano e eu chorei e achei que ia morre. Mas a mãe não tinha me explicado nada. Daí eu fiquei bem triste.”³⁷⁶

A mágoa pela falta de informação é evidente. Não apenas nas colônias alemãs mas nas regiões coloniais italianas, o assunto era proibido para crianças e adolescentes que cresciam cheios de dúvidas e medo. Em sua dissertação *Rosas na coroa, pranto na vida*, Jussara Della Flora lembra quando escreve sobre as camponesas oestinas ítalo- catarinenses: “A ignorância, a infância truncada, o trabalho duro faziam com que a menina colonial, filha da repressão familiar, soubesse muito sobre o trabalho, mas quase nada sobre si mesma. Ao ingressas no mundo das adultas, acrescia o domínio de saberes específicos sobre trabalho, mas pouco sobre seu corpo e sua sexualidade. Conhecia o silêncio sobre esses domínios de parte daquela que mais deveria ajudá-la – sua mãe.”³⁷⁷

4.12As outras crianças

A aproximação das crianças de origem alemã com crianças italianas, negras ou “brasileiras” como eram chamadas as crianças caboclas, aconteceu anos mais tarde à colonização. Antes da chegada dos alemães para a Colônia General Osório, já existiam na região alguns caboclos que só não tinha suas terras registradas, mas que viviam ali há

³⁷⁴ Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

³⁷⁵ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

³⁷⁶ Depoimento de Lira Sand, 72 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

³⁷⁷ DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na coroa, pranto na vida*. dissertação de mestrado. Orientação de Mário Maestri. UPF, 2005. p. 134.

muito tempo. Os colonos alemães foram os primeiros na região a ter as escrituras das terras.

Alguns caboclos que permaneceram na região trabalhavam para os colonos alemães. E a partir daí, houve um maior contato com esses dois grupos étnicos, como expôs Osvaldo Persch: “Às vez o pai dava um servicinho pra eles, um troquinho; às vez ganhavam comida né. Trabalhavam bem, eram bem educado.”³⁷⁸ As crianças brincavam juntas mas não eram vistas como iguais. Segundo o depoimento de Edgar Welzer: “No nosso caso, nós se dava com eles. Só que nós tinha que cuidá. A mãe sempre dizia: ‘Tem que cuidá um pouco com eles. Geralmente esses te piolho.’ Ele traziam piolho em casa e a mãe tinha serviço de matá os piolho. Eles sempre andavam com a cabeça cheia de piolho.”³⁷⁹ Wilma Schüsller lembra que na sua infância, a aproximação com os caboclos da região, não acontecia e a diferença chamava a atenção: “A gente non brincava com eles. Quando eles passava, o pai sempre diz: “Olha só esses cabocla, olha só esses cabocla.”³⁸⁰

Após alguns anos, filhos de colonos alemães e caboclos passaram a estudar na mesma escola. A convivência era pacífica, como colocou Lenir Lamb de Campos: “A gente conversava com eles na escola. A gente tinha pena do jeito que eles comiam. Eles não tinha as coisas que nós tinha, como a sobremesa todos os dias. Nós era pobre mas sempre tinha a sobremesa e eles não tinham nada disso. A gente ficava com pena.”³⁸¹

Nas entrevistas não aparece claramente a distância que havia entre os colonos alemães e os caboclos. Mas, nas entrelinhas se observa que esses “brasileiros”, assim chamados, não eram vistos como iguais, devido seus costumes e maneira de trabalhar. Eláudio Knop comentou: “Tinha negro, brasileiro. Até tinha uns que trabalhava, com o pai. Eles cumpriam o horário deles e terminavam. Nós, em casa, trabalhemo de sol a sol. Mas como eles eram pagos, só faziam o serviço daquela hora.”³⁸²

Segundo Eli Welzer, a relação das crianças de origem alemã com os negros e os caboclos era pacífica, mas esses não se adequavam ao sistema de trabalho dos colonos camponeses: “Nóis brincava junto, assim. Eles eram educados; eles não eram maus e nós dava pão. O pai e a mãe fazia um pão com chimia e davam pra eles.” Eli continua dizendo: “Agora, caboclos tinha, mas bugres não tinha. Eles eram, assim, diaristas. Eles trabalhavam por dia pra gente né. Cortá lenha com machado, isso eles gostavam de fazê.

³⁷⁸ Depoimento de Osvaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

³⁷⁹ Depoimento de Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

³⁸⁰ Depoimento de Wilma Scüsller, 92 anos, residente em Ibirubá. Registro em 28-5-2006 e 25-5-2007.

³⁸¹ Depoimento de Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá. Registro em 29-11-2006.

³⁸² Depoimento de Eláudio Knop, 62 anos, residente em Ibirubá. Registro em 23-11-2006.

Porque pra derrubá mato,então, assim né,no sistema do alemã é deixá os toquinhos bem baixinho. O serviço do nego não, do caboclo. Eles cortavam alto aqueles tocão. O pai sempre dizia: ‘Isso ali, esse serviço não me serve.’ Não eram assim caprichosos como o alemão.”³⁸³

Arnildo Sand expôs: “Os moreno trabalhavam por dia. Eles trabalhavam, mas se não cagavam na entrada, cagavam na saída. Nós, às vez fizemo sociedade co uma turma. Daí eles dizem que tava pronto e nós não fomo olhá antes e nós já tinha desconfiança. Quando fomo vê, só tinha carpido no meio e não ao redor da horta.”³⁸⁴

O racismo era algo passado para os filhos através dos pais e não apenas contra negros ou caboclos. O relacionamento entre descendentes alemães com negros, caboclos e italianos não era visto com bons olhos. Segundo depoimento de Frederico Antônio Schüsller, “entre a juventude não existia radicalismo. A gente foi criado com italianos, morenos, negros. A gente sempre brinco junto. Os pais é que ensinavam o racismo naquela época.”³⁸⁵ Vilma Persch comentou: “Nóis se dava com todo mundo. Podia ser preto, nós nunca brigava. A única coisa que o pai não queria era casá com gringo. Daí ele não gostava, gringo não.”³⁸⁶

³⁸³ Depoimento de Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá. Registro em 11-7-2006.

³⁸⁴ Depoimento de Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá. Registro em 20-9-2006 e 13-5-2007.

³⁸⁵ Depoimento de Frederico Antônio Shüsller, 58 anos, residente em Ibirubá. Registro em 04-12-2006.

³⁸⁶ Depoimento de Vilma Persch, 78 anos, residente em Ibirubá. Registro em 01-6-2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente investigação, houve o interesse em apresentar aspectos econômicos, políticos, sociais e religiosos da imigração de colonos-camponeses de origem alemã no município de Ibirubá (antiga Colônia General Osório), desde os primeiros anos da colonização até 1979. O povoamento dessa região é consequência de uma série de fatores históricos, que teve início na Alemanha, com os problemas fundiários, a industrialização e o desemprego que provocaram a emigração para outras regiões do mundo, com destaque para o Brasil.

No presente estudo, foi feita uma abordagem sobre a infância e adolescência dos alemães e teuto-brasileiros na colônia em questão: a convivência com os pais e irmãos; o relacionamento com professores, com os colegas e com as crianças de outras etnias; as brincadeiras; os castigos; a ignorância sobre as questões do sexo; o trabalho e o compromisso com a prosperidade da família; os problemas relacionados com os dialetos alemães no período do Estado Novo (1937 a 1945).

A primeira leva de imigrantes alemães chegou ao Rio Grande do Sul em 1824, ocupando a região do Vale do Rio dos Sinos. Enfrentando o preconceito dos latifundiários e o isolamento relativo dos grandes centros comerciais, a demora na obtenção da cidadania e o registro dos lotes, aumentaram o número de filhos e passaram a trabalhar com a agricultura e criação de animais domésticos, dedicados, inicialmente, a uma economia de subsistência e, a seguir, crescentemente voltada para o mercado. O trabalho nos lotes era feito por todos os membros da família, com destaque para os jovens e inclusive as crianças.

A policultura foi a marca das colônias alemãs, e o que também as diferenciava das explorações latifundiárias dos fazendeiros do Rio Grande do Sul, amplamente dominantes, na metade sul da província, nas Missões, nos Campos de Cima da Serra, etc. A ligação dos

colonos com outras regiões e pessoas de outras etnias era feita boa parte através do caixeiro viajante ou da venda, do comerciante. Com a aceleração da industrialização no Brasil, com a melhoria dos meios de transportes, com o serviço militar, com rádio, etc., esses contatos tenderam a crescer.

A religiosidade marcou a presença dos alemães no rio Grande do Sul, ainda mais que praticavam, na sua maioria, o protestantismo, que, diferentemente da religião católico-romana, dos habitantes no resto do RS e do Brasil, incentivava a alfabetização, necessária para a leitura da Bíblia, e para a gestão tendencialmente autônoma das questões espirituais.

Como as famílias eram numerosas devido às necessidades de mão-de-obra para a lavoura, muitos filhos desses primeiros imigrantes, depois de adultos, foram obrigados a comprar terras em outras regiões, oferecidas pelo governo ou por empresas colonizadoras particulares, que realizaram grandes ganhos às custas desses trabalhadores rurais. Foi nesse processo que surgiram as “colônias novas”. O esgotamento da fertilidade da terra ensejava igualmente a migração de colonos-camponeses, já que era mais fácil e rentável a compra de novas colônias, do que a adubação das terras exauridas.

Em 1899, como parte da expansão colonial-camponesa das “colônias velhas” para as “colônias novas”, à procura de terras para serem exploradas, chegaram os primeiros colonos-camponeses à Colônia General Osório, pertencentes ao município de Cruz Alta. Alguns eram oriundos da Alemanha e outros das chamadas colônias velhas e também de Santa Cruz do Sul.

A construção da estrada de ferro ligando Santa Maria a Passo Fundo, favoreceu enormemente a venda de terras da região, já que permitia escoar a produção local, em direção aos centros consumidores, mesmo na ausência de rios navegáveis. O colonos-camponeses adquiriram os lotes através da empresa colonizadora Dias e Fagundes, criada em 1898 para lucrar com o atendimento da demanda.

A partir daí, o lugar passou a se modificar com as características de uma colônia alemã: casas simples, cerimônias religiosas, associações, corais, festas e outros costumes mais.

A imigração e a formação das colônias alemãs, italianas, polonesas, judaicas, etc. no Rio Grande do Sul foram bem estudadas pela historiografia riograndense. A questão dos dialetos italianos e alemães, no período da nacionalização, também foram alvo de vários estudos. Mas faltam análises mais consistentes sobre a realidade das crianças e adolescentes que viveram nos anos de criação dessas colônias.

A criança, mesmo sem se fazer notar e com a severidade da educação familiar e escolar, colaborou para a prosperidade das famílias e para as mudanças políticas e sociais nas comunidades. Por exemplo, o aprendizado forçado do português na escola pública, no período da campanha de nacionalização do governo de Getúlio e após esses anos, ajudou a que pais e irmãos mais velhos conhecessem a mesma língua. As escolas comunitárias, mantidas pelos colonos camponeses, foram obrigadas a fechar ou adaptar-se às novas regras, tudo em pouco tempo, pois a língua oficial das colônias passou a ser a portuguesa.

Diferentemente dos outros imigrantes, a educação na escola era prioridade dos alemães e teuto-brasileiros, pois estava vinculada a um projeto comunitário. A escola não era um luxo, mas uma necessidade para a formação da personalidade dos filhos. Por isso, os métodos utilizados pelos professores eram aceitos pelos pais. Os castigos faziam parte desse cenário, assim como em casa, não apenas para alunos e filhos indisciplinados, mas também para aqueles que tivessem alguma dificuldade para entender os conteúdos ou cumprir as ordens dadas. Pais e professores defendiam a idéia de que as crianças e adolescentes deveriam aprender um ofício e ter uma boa “criação” através do estudo, do trabalho, da imposição de limites, através de castigos corporais e humilhantes. Os castigos violentos usados nas escolas e na família contribuíram para formar uma criança introvertida e com pouca coragem para desenvolver sua criatividade e expor suas opiniões.

A aproximação dos adolescentes e das crianças com os pais e professores era pouco expressiva. Carinhos - beijos e abraços - não eram comuns. Por falta de tempo ou por vergonha e pudor, alguns pais jamais beijaram os filhos. Havendo essa distância entre os pais e os filhos, certos assuntos jamais eram conversados ou explicados para as crianças e adolescentes. Não raro, os jovens chegavam ao casamento sem saber sobre os assuntos relacionados ao sexo, nascimento dos bebês etc. A falta de informação criou uma certa mágoa entre os filhos e principalmente filhas, expressas quando adultas, por não saberem como agir diante da primeira menstruação, devido à omissão das mães.

A vida para a criança e o adolescente se resumia a poucos brinquedos, muito trabalho e castigo. Era necessário que os filhos compartilhassem das tarefas de casa, pois também deles dependia a sobrevivência da família. Aos filhos mais velhos cabia maior responsabilidade pois ajudavam na lavoura, na criação dos animais, na limpeza da casa e no cuidado dos irmãos mais novos. Para a menina, era até mais difícil, pois, assim como a mãe, não tinha o mesmo descanso que o pai e outros homens da casa. As mulheres, além de ajudarem na lavoura igualmente ao marido, enquanto o marido descansava, cozinhavam, lavavam roupas, cuidavam das crianças. As meninas-moças aprendiam, na

prática, essa diferença de tratamento e assim, educavam nessa visão de mundo as filhas e filhos, após casarem. Casadas, deixavam de trabalhar nas terras dos pais, para trabalhar com o marido nas mesmas condições que a mãe.

O casamento era importante para os jovens, que tinham o direito de escolher os futuros cônjuges, desde que fossem preferencialmente da mesma etnia e religião. Os “brasileiros” ou “morenos”, como eram chamados os caboclos ou todos aqueles que não fossem descendentes de alemães, italianos, poloneses, não eram considerados dignos de entrarem na família como genros e noras. Os italianos e poloneses não eram também bem-vindos. Os casamentos entre protestantes e católicos eram raros e desaconselhados. Não se admitia a união de jovens de igrejas diferentes, a não ser após longas conversas ou algum acordo entre os pais dos noivos.

Devido ao preconceito que se criou entre os teuto-brasileiros e os chamados “brasileiros”, a aproximação entre as crianças alemãs e as de outras etnias demorou a acontecer. Com o crescimento da colônia e a criação das escolas mantidas pelo Estado, a convivência foi cada vez mais freqüente e aparentemente pacífica. Não se tem comumente destacado essa grande contribuição da escola pública.

Em relação à Colônia General Osório, a vida de seus habitantes dos primeiros anos de fundação se resumia em trabalho e aprimoramento dos lotes, mesmo com a falta de algumas ferramentas, isolamento e difícil acesso até Cruz Alta (centro maior mais próximo). Para esses colonos-camponeses, além das escolas para os filhos, era primordial participar da igreja e ter algum lugar apropriado para praticar os rituais religiosos. Atualmente, o município de Ibirubá congrega várias igrejas – IECLB, IELB, Assembléia de Deus, Adventista, Igreja Evangélica Quadrangular e Católica. Mas os primeiros colonizadores faziam parte da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). A seguir, chegaram colonos católicos e da IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil).

O entrosamento entre os habitantes da colônia era pacífico, quando se referia aos mutirões para as construções das casas e para a manutenção das estradas, sobretudo durante o período da 2ª Guerra – 1939 a 1945.

Pastores e padres exerciam grande autoridade sobre a população da colônia General Osório. Padre Chico, como era conhecido Franz Hümmler, assumiu a Igreja Católica de 1940 até 1974 e, além da liderança religiosa, trabalhou para a emancipação de Ibirubá e foi eleito vereador (ARENA) em 1973. Retornou em 1979 à Alemanha, sua terra natal. Em 1909, Albert Adam chegou à colônia e atuou como pastor da IECLB, além trabalhar na assistência aos doentes com a ajuda das diaconisas. Isso se fazia necessário pois os

hospitais foram construídos anos mais tarde: 1928 – Hospital Santa Helena e 1944 – Hospital Annes Dias (atual Univida).

Os festejos anuais e bailes eram momentos importantes para os habitantes da colônia. O mais importante deles era o *Kerb*, festa religiosa que tinha duração de três dias e movimentava a todos com os preparativos dos alimentos e bebidas, limpeza das casas, costura de roupas novas (únicas durante todo o ano), etc. A sociedade de cantos, que também teve início na IECLB, tinha como objetivo preservar costumes da longínqua Alemanha e dos primeiros imigrantes, de animar as festas, cultos e participar das comemorações cívicas. Mas, acima de tudo, era uma oportunidade para seus membros se fazerem presentes e serem vistos pelos habitantes da colônia.

A Colônia General Osório, se fez principalmente com o trabalho característico das colônias alemãs e teuto-brasileiras: Sustento da família tirado da terra, trabalho familiar que não poupou a mão-de-obra infantil e a mulher, nas atividades da casa, do artesanato e da policultura. O surgimento de casas de comércio, de pequenas indústrias (cervejarias, enlatamento de fumo, marcenarias, olarias, moinhos, etc.), da cooperativa, da usina hidrelétrica, da construção das escolas públicas e hospitais, da agência do correio e de melhores vias e meios de transporte foram também importantes para o desenvolvimento e emancipação da colônia, hoje município de Ibirubá.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Org.). *História, cultura e memória: 180 anos da imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

AZAMBUJA, Lissi Bender. *Língua alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2 ed. Revista ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses vá in América*. Passo Fundo: UPF, 2002.

DELLA FLORA, Jussara. *Rosas na coroa, pranto na vida: história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2005.

DILLENBURG, Sérgio R. *Tempos de incerteza*. Porto Alegre: EST, 1995.

ENCICLOPÉDIA BARSA.

ERIKSON, Erik H. *Infância e Sociedade*. Trad. Gildássio Amado. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. *Os luteranos no Brasil*. Revista da História Regional, 2001.

GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloísa Heberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

KAIL, Robert V. *A criança*. Trad. Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (org). *A memória e o ensino da história*. Santa Cruz do Sul, 2000.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política familiar e industrialização*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MACLAREN, Peter. *A vida nas escolas*. Trad. Lúcia Pellanda Zimmer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra*. Passo Fundo:UPF, 2005.

_____. *Uma história do Rio Grande do Sul: O Império*. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. *Uma história do Rio grande do Sul: A República velha*. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. *Uma história do Rio Grande do Sul: A ocupação do território*. Passo Fundo: UPF, 2006.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994.

MÜLLER, Carlos Alves. *História econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: UNISSINOS, 1994.

_____. *Colônia alemã – História e memórias*. Porto Alegre: EST, 1981.

_____. *Colônia alemã – Imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981.

MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RAMBO, Arthur Blasio. *A escola comunitária teuto-brasileira*. São Leopoldo: UNISSINOS, 1994.

RESGATE HISTÓRICO – *Centenário da Comunidade Evangélica de Ibirubá/RS*.

REVISTA NOSSA TERRA – *50 anos Ibirubá – apenas o início de uma grande história*. Rio Grande do Sul. Edição especial, 2005.

- REVISTA IBIRUBÁ. *Um século de história*. 1999. Edição especial.
- REVISTA IBIRUBÁ. *Pólo regional de integração – ano 35*. Rio Grande do Sul. Edição especial, 1990.
- REVISTA IBIRUBÁ. *Um coração aberto – 25 anos*. Rio Grande do Sul. Edição especial, 1980.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1999.
- SESQUICENTENÁRIO da imigração alemã – álbum oficial. Porto Alegre: Edel, 1974.
- SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verene (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- TATSCH, Dirce Terezinha. *Relações entre pais e filhos em diferentes comunidades étnicas*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004
- _____. *Imigração e integração cultural: interfaces*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- _____. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- _____. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: EST, 2000.
- TIBA, Içami. *Quem ama educa*. São Paulo: Gente, 2002.
- TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente, 1996.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: UNISSINOS, 2004.
- VANINI, Ismael. *O sexo, o vinho e o diabo: Demografia e sexualidade na colonização italiana no RS.- 1906-1970*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2002.
- VOGT, Olário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS 1849 – 1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: EDUFMS; Bauru: EDUSC, 1999.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. *Montanhas que furam as nuvens*. Passo Fundo: UPF, 2002.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. *Novos paradigmas da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

ANEXOS

LISTA DOS ENTREVISTADOS

- Acardi Gentz: 66 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 19 de maio de 2006 e 08 de março de 2007.

-Wilma Schüssler: 91 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 28 de maio de 2006 e 25 de maio de 2007.

Vilma Persch; 78 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 01 de junho de 2006.

Oswaldo Persch, 83 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 01 de junho de 2006.

Eli Welzer, 71 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 11 de julho de 2006.

Edgar Welzer, 73 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 11 de julho de 2006.

Lira Sand, 71 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 20 de setembro de 2006 e 13 de maio de 2007.

Arnildo Sand, 66 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 20 de setembro de 2006 e 13 de maio de 2007.

Albino Friedrich, 98 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 25 de setembro de 2006.

Oleomar Friedrich, 60 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 25 de setembro de 2006.

Brumilde Friedrich, 58 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 25 de setembro de 2006.

Frida Ristow, 81 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 06 de outubro de 2006.

Armassa Knop, 83 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 23 de novembro de 2006.

Eláudio Knop, 62 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 23 de novembro de 2006.

Flora Meinke, 86 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 29 de novembro de 2006 e 28 de maio de 2007.

Lenir Lamb de Campos, 50 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 29 de novembro de 2006.

Frederico Antônio Schüssler, 58 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 04 de dezembro de 2006.

Regina Arlete Trein, 52 anos, residente em Ibirubá
Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2006 e 09 de março de 2007.

Loda Klein, 72 anos, residente em Ibirubá.
Entrevista realizada em 15 de maio de 2007.

CRONOLOGIA

1815	Substituição do Sacro Império pela Confederação Germânica composta por 35 estados, no Congresso de Viena.
1824	Chegada dos primeiros imigrantes alemães no Vale dos Sinos, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul
1830 - 1844	Suspensão da colonização no Brasil devido às crises políticas que abalaram o Império brasileiro.
1835 - 1845	Período em que ocorreu a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.
1846	Alemães de São Leopoldo recebem a cidadania brasileira, através da Lei de 3 de setembro.
1849	Instalação da Colônia de Santa Cruz.
1850	Os lotes passaram a ser vendidos aos colonos, pela Lei das Terras.
1855	Criação da colônia Santo Ângelo (atual Agudo); Lageado passou a ser colonizado.
1856	Loteamento das terras para as famílias alemãs do atual município de Estrela.
1871	Unificação da Alemanha.
1875	Chegada dos primeiros imigrantes italianos em terras sul-riograndenses.
1885 - 1910	Período da criação de estradas de ferro no Sul, na Depressão Central e Norte do Rio Grande do Sul.
1889	Proclamação da República no Brasil.
1889 - 1914	Período de rápido crescimento das colônias fundadas pelos governos imperial e estadual.
1898	Criação da empresa colonizadora Dias e Fagundes em Cruz Alta.
1899	Chegada dos primeiros alemães na Colônia General Osório (atual Ibirubá).
1901	Construção do primeiro moinho e de uma serraria na Colônia General Osório.
1903	Construção das primeiras casas de comércio (vendas). Fundação da Sociedade de Canto General Osório.
1905	Criação da primeira marcenaria. Fundação da Comunidade Evangélica Alemã.
1909	Inauguração da primeira capela católica na colônia. Chegada do pastor Albert Adam na colônia.
1911	Fundação da Genossenschaft General Osório (cooperativa).

1907 - 1908	Criação de sociedades escolares nas linhas do interior.
1913	Instalação da primeira escola primária pela Sociedade de Ensino General Osório. Instalação da agência de correios.
1918	Substituição da barca por uma ponte sobre o Rio Lagoão (Jacuí Mirim).
1928	Fundação do primeiro hospital da colônia.
1944	Conclusão das obras do Hospital Annes Dias (atual UNIVIDA).
1949	Inauguração da usina hidrelétrica da empresa Força e Luz Pinheirinho Ltda.
1953	Início do movimento emancipatório.
1954	Alfredo Brenner e Quinze de Novembro foram anexados como distritos.
1955	Instalação do município de Ibirubá.
1966	Ibirubá recebe título de Município Modelo.
1987	Quinze de Novembro desmembra-se de Ibirubá.